



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

001

1. DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento):

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos

Responsável pela Demanda:

SIMÃO PEDRO LEME

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Justificativa da necessidade da contratação: A aquisição tem como finalidade a promoção de mais qualidade para os serviços diários prestados pela Secretaria de Obras. Ainda tendo em vista que tal recurso é oriundo do governo do estado, com aporte de contra partida através do termo de convênio nº 306/2024.

2. Descrições e quantidades

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	VEÍCULO NOVO TIPO CAMINHÃO, Zero KM	UND	01
ANEXO 07 - REVISADO E APROVADO PELO PR CIDADES			

3. Observações gerais

3.1. Prazo de Entrega/ Execução: 90 (NOVENTA DIAS) DIAS APÓS EMISSÃO DE REQUISIÇÃO.

3.2. Local e horário da Entrega/Execução:

ALTO PARAÍSO/PR.

3.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos – Simão Pedro Leme

3.4. Houve contratações anteriores?

NÃO

3.5. Gestor (a) fiscal (is) indicado (s) (nome completo):

3.5.1 - GESTORES

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos

SIMÃO PEDRO LEME

3.5.2 - FISCAL

EUDINETE DA SILVA PEDROTA

3.6. Prazo para pagamento: até 30 (trinta) dias após o recebimento.

3.7. O objeto solicitado não consiste em características de luxo.

3.8. Regime licitatório adotado: Lei 14.133/2024.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 002

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664.1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

cabíveis.

Alto Paraíso-Pr., 26 de Abril de 2024.

SIMÃO PEDRO LEME

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS
PÚBLICOS**



SAM

Sistema de Acompanhamento
e Monitoramento de projetos

Autorização para Licitação

Município : Alto Paraíso	Etapas : 004/2024
Associação : AMERIOS	Escritório Regional : Regional de Umuarama
Nº Projeto : 49	
Descrição : Lote 1 - Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO UTILITÁRIO CARGA SECA 4X2, Fabricação/Modelo 2023/2023 (novo, zero km), potência mínima 160 CV, equipado com carroceria de madeira e demais características técnicas constantes no MODELO 07.	
Modalidade : PREGÃO ELETRÔNICO	Valor Viabilizado : R\$ 481.666,67
Nº do Convênio :	
Local do Objeto : Lote : 1 ==> Município de Alto Paraíso - Pr.	
Indicadores : Lote : 1 ==> Equipamento 1,00 unid -	
Objeto : Lote : 1 ==> Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO UTILITÁRIO CARGA SECA 4X2, Fabricação/Modelo 2023/2023 (novo, zero km), potência mínima 160 CV, equipado com carroceria de madeira e demais características técnicas constantes no MODELO 07. *	



SAM

Sistema de Acompanhamento
e Monitoramento de projetos

Autorização para Licitação

Município: Alto Paraíso
Valor Viab.: R\$ 481.666,67

Nº Projeto: 48 Lote: 1

Autorizo o início dos procedimentos licitatórios do Projeto de acordo com as características acima descritas.

Os Procedimentos licitatórios ora autorizados, bem como todas as atividades ligadas à contratação, execução, fiscalização e recebimento do Projeto em questão, deverão seguir as normas e orientações prescritas na legislação vigente.

É vedada a alteração do presente edital, bem como a inclusão de anexo ou adendo sem prévia autorização formal da Diretoria Executiva do PARANACIDADE, sob pena de nulidade do procedimento licitatório, além das penalidades legais.

Alertamos que:

a) Deverá ser observado o contido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para efetivação dos atos ora autorizados e, também, que este lote tem um valor total viabilizado de R\$481.666,67, com a seguinte composição financeira: Contrapartida Municipal: R\$81.666,67; montante de SECID - Transferência Voluntária: R\$400.000,00.

b) Para a publicação do edital deverá ser obedecida: (i) a anexa Instrução Normativa nº 002/2022 do PARANACIDADE de 06/04/2022, caso a licitação esteja ocorrendo de acordo com o regime jurídico da Lei nº 8.666/93; ou (ii) a anexa Instrução Normativa nº 003/2023 do PARANACIDADE de 26/10/2023, caso a licitação esteja ocorrendo de acordo com o regime jurídico da Lei nº 14.133/21.

A publicação deverá ser feita imediatamente.

Curitiba, 26/04/2024

Carlos Massa Ratinho Jr
Governador do Estado do Paraná


Valdemiro Hrysay
Diretor Geral



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

005

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos a Servidora Designada para fins específico de pesquisa de preço, conforme portaria nº 045/2024, para faça que uma pesquisa de preço do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR.

26 dias do mês de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

006

PORTARIA Nº 045/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE REALIZAR PESQUISA DE PREÇOS NOS TERMOS DO ART. 23 DA LEI FEDERAL 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N. 3186 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 08/03/2024
Edição N.º 12.965

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3186 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata da Pesquisa de Preços;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, o servidor público do Município, abaixo descrito, para exercer a função de realizar Pesquisa de Preços no Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, a saber:

Responsável :

- NOME: EUDINETE DA SILVA PEDROTA
- Matrícula - 12823-1

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

007

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

I - OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

II - JUSTIFICATIVA:

A aquisição tem como finalidade a promoção de mais qualidade para os serviços diários prestados pela Secretaria de Obras. Ainda tendo em vista que tal recurso é oriundo do governo do estado, com aporte de contra partida através do termo de convênio nº 306/2024.

III - Caracterização das fontes consultadas.

O Município no quando se iniciou um processo para firmar convênio junto com o Governo do Estado foi acolhido 03 (três) orçamentos com possível fornecedores de tais veículos, Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), bem como o decreto municipal nº 3186/2024.

IV - Da Cesta de Preços - Relatório em Anexo.

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	IVECO	MERCEDES	VW	MÉDIA VALOR AUFERIDO
01	VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM	UND	01	530.000,00	495.000,00	420.000,00	481.666,67

V - Conclusão:

Considerando os documentos, referentes à pesquisa de mercado, venho por meio deste atestar que o valor de referência da pesquisa de mercado será o constante na Tabela da Pesquisa apensa ao estudo do documento já mencionado, ou seja **R\$ 481.666,67 (quatrocentos e oitenta e um mil seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, o qual está de acordo com o praticado no mercado.

A Metodologia utilizada para obter o preço foi a **MEDIA DOS PREÇOS OBTIDOS**, é um dos métodos mais comuns para definir preços de referência. É obtida somando os valores de todos os dados e, posteriormente, dividindo a somas pelo número de dados, normalmente utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

Alto Paraíso - Paraná, 26 de Abril de 2024.

Eudinete da Silva Pedrosa

EUDINETE DA SILVA PEDROTA

Matrícula: 12823-1



Mercedes-Benz

Sperandio Diesel Ltda

Concessionária de Veículos
Comerciais Mercedes-Benz

Umuarama - PR, 09 de Abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO.

CNPJ: 95.640.736/0001-30

Conforme vossa solicitação verbal, temos a satisfação de apresentar-lhes nossa proposta de fornecimento de produto de fabricação de nossa representada conforme segue:



Ref.: Proposta de venda de 01 (UM) unidade, 0 KM, Caminhão, marca Mercedes-Benz, Modelo **ACCELO 1017/54, Cabine Estendida** Motor 163cv, Intercooler, Turbo, Direção Hidráulica, Vidros elétricos, Retrovisores elétricos, Ar-condicionado, volante com regulagem de altura, Câmbio 6 Marchas, Tanque Combustível 150 lts, PBT de 9.600 kg, Pneus 235/7,5 R 17, Ano Fabricação **2024/2024**. OBS: "Garantia no Trem de Força de (01) ano livre de KM." Equipado com carroceria de madeira com assoalho em madeira naval, todos os componentes das marcas nacionais para facilitar futuras manutenções, Garantia de no mínimo 12 meses.

Valor unitário de total **RS 495.000,00** (Quatrocentos e noventa e cinco mil reais)

Condições de Pagamento: À Vista

ENTREGA.: (conforme disponibilidade da fábrica)

Validade da Proposta: 30/04/2024

Faturamento Concessão


Esta cotação de preços é Global, estando nela incluso os impostos atualmente vigentes, qualquer alteração legal modificará automaticamente o preço acima.

Fabrizio Garcia

Vendedor

Sperandio Diesel Ltda

Fone: (44) 3621-8787 - (44) 3621-8787


83.296.970/0004-56
SPERANDIO DIESEL LTDA.
RUA MANOEL RAMIRES, 5680
PARQUE INDUSTRIAL I
87.507-011 - UMUARAMA - PR

Sperandio Diesel Ltda

Mercedes-Benz - Marca do Grupo Daimler, Stuttgart, Alemanha

Sperandio Diesel LTDA
Rua Manoel Ramires, nº 5680
Bairro Parque Industrial I
Tel.: (44) 3621-8787
Cep 87507-011
Umuarama - PR
www.umuadiesel.com.br

CHIAPETTI



Caminhões
Ônibus

Umuarama, Pr. 02 de Abril de 2024.

Carta Proposta

Segue proposta de 01 (um) chassi de caminhão marca Volkswagen de fabricação nacional, modelo VW 9.180 4X2, ano de fabricação 2023 modelo 2024 cor branca, potência 175 CV, peso bruto total 9.200 kg, capacidade máxima de tração 11.500 kg. Equipado com carroceria de madeira 6.20 mts

Valor unitário do Veículo c/ Equipamento.....RS 420.000,00

Validade da Proposta: 30 dias

Preço sujeito a alteração conforme a Política do Fabricante ou enquanto durar o estoque.

Comprador: Município de Alto Paraíso

CNPJ: 95.640.736/0001-30

Av. Pedro Amaro Dos Santos, Nº 900 - Centro / Cep: 87.528-00

Paraíso - Pr

OBS.: O veículo será faturado pela CHIAPETTI E CIA LTDA portadora do CNPJ:
76.283.779/0001-61.

Atenciosamente

CHIAPETTI E CIA LTDA

CNPJ: 76.283.779/0001-61

Chiapetti & Cia Ltda.

Unidade 1

Rua Manoel Ramires, 6980

Marginal PR 323, Km 304

Pq. Industrial I - 87507-011

Umuarama - PR - Brasil

Fone: 44 3621-9999

Fax: 44 3621-9998

www.chiapetticaminhoes.com

Unidade 2

Rodovia BR 487 Km 193,8, s/n

Jardim Araucária - 87301-450

Campo Mourão - PR - Brasil

Fone/Fax: 44 3518-3700

IVECO**TURIM**
Diesel

Maringá, 5 de abril de 2024.

À**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO - PR-****ANDRÉ JARDIM 44 9132-8393****CAMINHÃO 4X2 - CARROCERIA DE MADEIRA****MARCA: IVECO - MODELO: TECTOR-11.190 CARROCERIA DE MADEIRA****ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

Caminhão 0 km, ano/modelo 2023/2023, PBT homologado de 10.600 Kg, CMT de 13.000 KG, tração 4x2, motor com potência de 190 CV, motor de 4 cilindros, injeção eletrônica common rail, direção hidráulica, 06 marchas à frente e 01 a ré, sistema de emissões SCR, cabine avançada em aço, ar condicionado, pneus 235/75 R17,5 Rodas - R17,5 x 6,75 e roda reserva, freios a ar, tanque de óleo 150L, tanque do arla de 27L, Equipado com CARROCERIA DE MADEIRA C 6300MM X L2200MM X A0450MM, de acordo com as normas do CONTRAN.

- Garantia de 12 meses.**Preço unitário: R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais)****FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA****PRAZO DE ENTREGA: Até 30 (trinta) dias.****VALIDADE DA PROPOSTA: 30 (trinta) dias.**
Jonas Renato Capucim
Vendas a Governo
(43)98444-0080

Turim Diesel

End. Rod. PR-317,6555
CEP 87065-005 - MARINGÁ - PR
Fone (44) 2101-4100
CNPJ 24.380.089/0003-99
I.E. 90763251-27
E-mail turim@turimdiesel.com.br

End. Rod. BR 376, km 110
CEP 87701-970 - Paranavai - PR
Fone (44) 3141-4100
CNPJ 24.380.089/0002-08
I.E. 90763252-08
E-mail turim.paranavai@turimdiesel.com.br



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

011

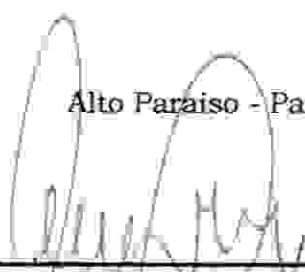
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de pesquisa e preços que foi solicitado

Alto Paraíso - Paraná, 26 de Abril de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

012

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos

INTRODUÇÃO:

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada. Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA PREVISÃO: art. 18, § 1º, I da Lei n. 14.133/21

A aquisição tem como finalidade a promoção de mais qualidade para os serviços diários prestados pela Secretaria de Obras. Ainda tendo em vista que tal recurso é oriundo do governo do estado, com aporte de contra partida através do termo de convênio nº 306/2024.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PREVISÃO: art. 18, § 1º, II da Lei n. 14.133/21

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, contudo, será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente. Vale ressaltar quando da elaboração do PCA, deve ser verificado se a pretensa contratação se compatibiliza com as outras peças de planejamento (PPA, LDO, LOA), e que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO PREVISÃO: art. 18, § 1º, III da Lei 14.133/21

Para que o objeto da contratação seja contratado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021.

O veículo tipo caminhão deverá atender aos requisitos presentes no Termo de Referência/Edital, nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências em especificação.

4 e 5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO art. 18, § 1º, IV e VI da Lei n. 14.133/21

Para atendimento da demanda será adquirido 01 (um) veículo com as características gerais elencadas a seguir:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
01	VEÍCULO NOVO TIPO CAMINHÃO	UND	01	481.666,67	481.666,67

REFERÊNCIA ANEXO MODELO "7"



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

013

A solução está estimada em AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO NOVO TIPO CAMINHÃO e levou em conta preço de forma mediana.

Considerando a pesquisa prévia realizada junto ao setor requisitante, nos termos do anexo, chegou-se ao valor de **R\$ 481.666,67 (quatrocentos e oitenta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO PREVISÃO: art. 18, § 1º, V da Lei n. 14.133/21

O Município no quando se iniciou um processo para firmar convênio junto com o Governo do Estado foram acolhidos 03 (três) orçamentos com possível fornecedores de tais veículos, Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), bem como o decreto municipal nº 3186/2024.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - 18, § 1º, VII da Lei n. 14.133/21

Como resultados pretendidos podemos destacar: maior conforto e segurança aos usuários, melhor performance e rendimento de combustível, melhor controle de uso e manutenção, menores gastos com manutenções e trocas de peças, otimização dos recursos públicos, maior conservação do meio ambiente uma vez que os veículos novos são fabricados dentro das normas vigentes de sustentabilidade e baixa emissão de poluentes.

Prestação de serviços rotineira com melhores ferramentas e atendimento às determinações de órgãos de controle de forma mais célere.

A compra do veículo, visa a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos, através de realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Sendo notório salientar, que existem diferentes modelos, que por ventura possam afetar na qualidade dos itens. Desta forma, para a compra do item o mesmo deverá obedecer aos requisitos técnicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

Para a solução em questão não será adotada o parcelamento haja vista a possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo dos fornecimentos a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os fornecedores, prejudicando o cronograma da Administração.

Considerando a natureza do serviço, não haverá parcelamento da solução, realização de uma única licitação, com todo o objeto sendo adjudicado (concedido, atribuído) a um licitante único.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - art. 18, § 1º, IX da Lei n. 14133/21

Com a presente contratação deseja-se adquirir bens com padrão de qualidade necessária para uma melhor realização dos serviços públicos. Além disso, a contratação visa possibilitar o atendimento das inúmeras solicitações de serviços junto a secretaria demandante no atendimento dos serviços a serem realizados para seu melhor desempenho no trabalho, ao adquirir o veículo mais moderno e com tecnologias e avanços implementados pela própria indústria automobilística ao longo dos anos, entende-se que os carros novos são mais eficazes e eficientes do que um mesmo modelo de anos anteriores. Uma frota de veículos moderna traz redução com manutenção veicular, possuem melhor desempenho e economia além de acompanhar as novas exigências de sustentabilidade e impactos ao meio ambiente determinados pelas atualizações em legislações de órgãos de regulamentação. Pensando além de ganhos materiais e de economia, o transporte de passageiros em veículo seguro e com tecnologias que auxiliam sua dirigibilidade, conduzem com qualidade e segurança os



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

014

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

funcionários da Instituição no desempenho de suas atividades. Conduzem com qualidade e segurança os funcionários da Instituição no desempenho de suas atividades.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS - art. 18, § 1º, X da Lei n. 14.133/21

Previamente à celebração do contrato, se faz imperioso que os servidores sejam capacitados quanto a fiscalização e gestão contrato, para o a perfeita utilização do bem, a ser contratado bem como sobre as orientações sobre a importância da manutenção.

Em razão do grau de pequena complexidade da contratação não se vislumbra necessidades de tomada de maiores providências de adequações para a solução ser contratada.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES art. 18, § 1º, XI da Lei n. 14.133/21

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS - art. 18, § 1º, XII da Lei n. 14.133/21

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos trazidas pelas legislações correlatas, além daqueles trazidos pelo próprio – INMETRO.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - 18, § 1º, XIII da Lei n. 14.133/21

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Alto Paraíso - PR., 29 de abril de 2024.

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

Elaborado por:



Celso Silva de Oliveira
Matrícula nº 4502-1

Revisado por:



Simão Pedro Leme
Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR - 015

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

MATRIZ DE RISCO

Risco 01: Licitação Deserta

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Planejamento considerando as atuais necessidades;

Risco 02: Contratada com serviços desqualificados

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Constar no Edital a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação;

Ação de Contingência: Exigir comprovações e solicitar que a Contratada tome as providências cabíveis caso seja necessário;

Risco 03: Não conformidade com as medidas exigentes

Probabilidade: Baixa;

Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Fiscalização dos serviços com as normas exigentes;

Ação de Contingência: Solicitar que a Contratada refaça o serviço adequado;

Risco 04: Atrasos na Entrega

Probabilidade: Baixa;


Impacto: Alto;

Ação Preventiva: Notificar a empresa para que a mesma cumpra o prazo estabelecido;


Ação de Contingência: Aplicar sanção do Contrato.

Alto Paraíso - PR., 29 de Abril de 2024.

Elaborado por:


Wesley Rafael Felipe
Matrícula: 12688-1

Revisado por:


Simão Pedro Leme

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

016

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1.1 OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
01	VEÍCULO NOVO TIPO CAMINHÃO	UND	01	481.666,67	481.666,67
REFERÊNCIA ANEXO MODELO "7"					

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 3188, de 2024.

1.3 O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 481.666,67 (quatrocentos e oitenta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**. Conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A aquisição tem como finalidade a promoção de mais qualidade para os serviços diários prestados pela Secretaria de Obras. Ainda tendo em vista que tal recurso é oriundo do governo do estado, com aporte de contra partida através do termo de convênio nº 306/2024.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

3.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1.1 O critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o menor preço por item;

3.1.2 deverá ser indicado a marca/modelo do equipamento;

3.1.3 não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

3.1.4 GARANTIA MÍNIMA 12 MESES DA ENTRADA EM OPERAÇÃO. DEMAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE USO OBRIGATÓRIO E EXIGIDOS POR LEIS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO CONTRAN, DETRAN, DENATRAN E DEMAIS ÓRGÃOS REGULADORES DO SETOR dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'e', e art. 40, §1º, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/21)

4.1 Condições de Entrega:

a) O prazo de entrega dos bens é de 90 dias, contados da emissão da autorização de entrega.

b) Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

c) Os bens deverão ser entregues no município de Alto Paraíso, Local a ser indicado na data do Evento.

5. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'f', da Lei nº 14.133/21)

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 as comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 017

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.7 O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.8 O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.9 identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.10 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.11 no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

5.12 O fiscal deverá comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.13 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.15 O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para o atendimento da finalidade da administração.

5.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior, se for o caso, aquelas que ultrapassem a sua competência.

5.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

5.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

018

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

5.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6. DOS CRITÉRIOS E DO PRAZO DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/21)

6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pela Contratada.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.3.1 O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.4 para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4.1 havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.5 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de pregão eletrônico e identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação pública, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.5.1 Constatando-se uma situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

6.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável; independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

019

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

6.7 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.8 O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias, após a entrega, contados da entrega dos bens e execução dos serviços.

6.8.1 no caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea j, da Lei nº 14.133/21)

7.1 as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes

Dotações Orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35888	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
36767	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS

Alto Paraíso - PR., 29 de Abril de 2024.

Elaborado por:

ANDERSON DE FÁRIA SANTOS

MATRÍCULA: 12475-1

Revisado por:

Simão Pedro Leme

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 020

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos

Alto Paraíso - PR., 30 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 021

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

DECLARO para os devidos fins de direito e em cumprimento ao Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, que revendo o orçamento vigente para o exercício de 2024, existe saldo orçamentário para cobertura das despesas descritas na solicitação da Comissão de Licitações, nas seguintes dotações, do orçamento vigente:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35888	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
36767	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 30 de Abril de 2024.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
CONTADOR



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 022

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 30 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

023

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias,

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos

Alto Paraíso - PR., 30 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 024

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

A Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, em atendimento a SETOR DE LICITAÇÕES, e atendendo ao que dispõe o Art. 72, IV da Lei Federal nº. 14.133/21, declaro que há na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, recursos orçamentários e financeiros sobre as rubricas, para **AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, abaixo discriminadas.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35888	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
36767	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	09.02.15.451.0016.1.048	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 30 de Abril de 2024.


ANDRE LUIZ LEME JARDIM

SECRETARIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 025

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 30 de Abril de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 026

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Gabinete do Prefeito, para a **AUTORIZAÇÃO** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos

Alto Paraíso - PR., 02 de Maio de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

027

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

RESOLVO:

Na qualidade de ordenador de despesas **AUTORIZO A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO**, cujo objeto é **“AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS”**, devendo os autos serem encaminhados ao **Setor de Licitação** para as providências cabíveis;

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a ocasião para renovar-lhe voto de real estima e apreço.

Publique-se e Cumpra-se.

Alto Paraíso - PR, 02 de Maio de 2024.

Atenciosamente,

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

028

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 08/03/2024

Edição N.º 12.965

PORTARIA Nº 046/2024

SÚMULA: DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES ESSENCIAIS INERENTES À EXECUÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E SEUS REGULAMENTOS, ALÉM DE SER O RESPONSÁVEL PELOS PROCEDIMENTOS DE COMPRA DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3187 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata de Agente de Contratação;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO, o caput do art. 8º e ainda que conforme o parágrafo 1º do artigo art. 8º a Lei Federal 14.133/2021, o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio.

CONSIDERANDO que conforme o Decreto n. 3187 de 21 de Fevereiro de 2024, o Agente de Contratação poderá ser o responsável pela Condução dos Procedimentos de Compra Direta ou em caso de ser outra pessoa que não o Agente de Contratação nos termos do Decreto Municipal, deverá haver nova designação;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no âmbito Executivo Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, o Agente de Contratação abaixo relacionado, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, além da condução do procedimentos de Compra Direta.

Agente de Contratação:

- NOME: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
- Matrícula - 12009-1



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaiso.pr.gov.br
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

Equipe de Apoio:

- NOME: Cinthia Laize Zagoto
Matrícula – 12505-1
- NOME: Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Matrícula – 12513-1
- NOME: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva
Matrícula – 12408-1

§1º - No âmbito da modalidade pregão, o Agente de Contratação será designado pregoeiro.

§2º - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação) o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação ou por outro servidor a ser designado pela autoridade competente em Portaria própria, nos termos do art. 72 da lei 14.133/2021.

Art. 2º - O Agente de contratação será assistido em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 3º - O Agente de Contratação, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos que vierem a ser aprovados e que serão recepcionados por esta portaria, inclusive sobre ela prevalecendo, caso haja conflito das suas redações.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial as portarias nº 072 e 073 ambas do dia 29 de Março de 2023.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 030

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo ao SETOR DE LICITAÇÕES com a **AUTORIZAÇÃO** para elaboração de edital licitação na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 02 de Maio de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2024
Processo Administrativo n.º 027/2024

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, torna público que, às 08:00 horas do dia 21 de MAIO do ano de 2024, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, demais normas aplicáveis e pelas disposições deste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

OBJETO

1.1 A presente licitação do tipo de menor preço, a preços fixos, tem por objeto a aquisição do(s) EQUIPAMENTO(S), conforme descritivo abaixo e de acordo com demais especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	PRAZO DE ENTREGA (DIAS)
Caminhão Carroceria Madeira ou Metálica	1	481.666,67	90

SAM: 49

1.2 O(s) equipamento(s), objeto deste edital, deverá(ão) atender às características técnicas quantitativas e qualitativas fixadas pelo Município, devendo ser novos e não inferior(es) aos limites mínimos fixados no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO. ARQUIVO DIGITAL que integra este edital.

1.2.1 O não atendimento a qualquer das características exigidas importará desclassificação do proponente.

1.3 O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo previsto no item 1.1, que será contado a partir da data da assinatura do Contrato citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

1.3.1 Juntamente com a entrega do objeto deverá ser fornecido catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético). Manuais completos de operação e manutenção detalhados também deverão ser apresentados.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.4 No caso de item único, na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, conforme fixado no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

1.5 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

RECURSOS FINANCEIROS/ORÇAMENTÁRIOS

1.6 As despesas com o fornecimento(s) do(s) objeto(s) licitado(s) serão financiadas com recursos Tesouro do Estado e contrapartida Municipal.

2. DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

2.1 O Pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do BLL, no sítio eletrônico www.bll.org.br.

2.1.1 O inteiro teor do Edital deverá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Sistema Eletrônico de Licitações de realização da sessão www.bll.org.br (altoparaiso.pr.gov.br).

2.2 O Pregão eletrônico será conduzido por Pregoeiro, assessorado por equipe de apoio, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado para a presente licitação.

2.3 O Pregoeiro é o agente responsável para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

2.4 Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar informações, esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis da data da abertura do certame, através dos seguintes meios: licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br ou através de ligação telefônica 44-3664-1320.

2.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

2.6 Acolhida a impugnação ou pedido de esclarecimentos que importe modificação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, sendo que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.8 A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas, o Município poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do PARANACIDADE, mediante a emissão de um adendo.

2.9 Nos casos em que a alteração do Edital importe modificação das propostas, o Município prorrogará o prazo de abertura do certame.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação empresas, brasileiras ou estrangeiras, devidamente constituídas, que possuam objeto social pertinente e compatível ao licitado, e que atenderem todas as exigências deste edital e de seus anexos, e desde que devidamente credenciadas no sistema, no sítio eletrônico www.bll.org.br.

3.2 Credenciamento:

3.2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Eletrônico de Licitações www.bll.org.br, que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2.1.1 O cadastro dos interessados deverá ser feito no Sistema Eletrônico de Licitações www.bll.org.br, no sítio eletrônico www.bll.org.br.

3.2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico de Licitações www.bll.org.br, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Consórcio:

3.3.1 Não será permitida a participação de Consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

3.4 Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas.

3.5 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas que:

3.5.1 Estejam sob processo de falência;

3.5.2.1 Será admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

3.5.2 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

3.5.3 Estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.

3.5.4 Se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021):

3.5.4.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5.4.2 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.5.4.3 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.5.4.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.5.4.4.1 As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5.4.5 Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.5.4.6 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.4.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

3.5.4.8 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

3.6 ME e EPP: As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.6.1 Não serão aplicáveis tais benefícios em se tratando de contratação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.7 Como requisito para a participação no PREGÃO, a licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico ou mediante apresentação de declaração, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos, especialmente:

3.7.1 O pleno conhecimento e atendimento aos critérios legais e constitucionais e às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.7.2 A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.7.2.1 A comprovação da condição acima deverá ocorrer mediante apresentação de:

a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;

b) Declaração escrita (Anexo VI), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006;

c) Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG n.º 1002/2021, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

3.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.8.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros tipos e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.9 A participação na presente licitação implica o reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada neste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas e lances e de julgamento.

4.2 O encaminhamento da proposta de preços será feito exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos. Até a data e horário de abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.3 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), desde que os referidos documentos estejam atualizados e disponíveis para acesso dos demais licitantes.

4.6 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

4.6.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.6.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.7 Os documentos instrutores da proposta e habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS

5.1 O licitante enviará a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global em moeda corrente nacional.

5.2 A licitante deverá indicar na sua proposta o "Valor", "Marca", "Fabricante" e "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado".

5.3 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.4 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.4.1 Os preços unitários e total deverão possuir até 02 (duas) casas decimais.

5.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

5.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do contrato.

5.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 5.2 deste Edital, de acordo com o formulário que segue como ANEXO II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

5.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto licitado nos seus termos, bem como fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços recebidas, quando o Pregoeiro irá avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.1.1 Serão desclassificadas, desde logo, as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas, conforme art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

6.2 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, em sentido contrário.

6.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

FASE DE LANCES E MODO DE DISPUTA

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, conforme MODO DE DISPUTA ABERTO.

6.8.1 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.8.2 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.3 A etapa de envio de lances terá duração de 10 minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8.3.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.8.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.8.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.8.6 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.9 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9.1 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.11 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

6.11.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

6.11.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

6.11.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

6.11.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

6.13 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar melhores condições, encaminhando, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.13.1 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

6.14 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares.

6.15 Encerrada a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de envio de negociação, o pregoeiro verificará, preliminarmente, se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

7.1.1 Constada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.1.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.2 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade ao item 3.6 deste Edital.

7.3 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

7.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 contiver vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.4.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital.

7.5 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

7.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6.1 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

7.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

7.9 Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, caso a proposta seja recusada, seguirá a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

8.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

8.2.1 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

8.2.2 O pregoeiro avaliará os documentos exigidos no subitem 8.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

8.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

8.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

8.4 Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

8.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

8.5.1 Quanto à Habilitação Jurídica:

- a) Comprovação de existência jurídica da pessoa;
- b) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- g) Declaração unificada, conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo IV;
- h) Declaração (Anexo IV), sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei n.º 10.097/00);
- i) Procuração do representante do licitante para participar do pregão, se for o caso.

8.5.2 Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;
- c) Prova de regularidade com as fazendas:
 - a) Federal mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

- b) Estadual mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais da sede da empresa (ou certidão conjunta quando forem unificadas);
- c) Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa, e prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a tributos mobiliários e imobiliários da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (Lei n.º 12.440/2011);
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo IV.

8.5.2.1 Serão aceitas as Certidões acima em original ou obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário. No caso de divergência entre os dados constantes da certidão apresentada e os dados constantes da verificação, prevalecerá a última.

8.5.3 Quanto à Capacidade Técnica:

- a) Declaração de treinamento, caso haja previsão nas características técnicas do objeto.
- b) O não envio, o envio indevido ou a falta de qualquer dos documentos acarretará desclassificação ou inabilitação. Nesse caso, obedecida a ordem de classificação, prazo e demais exigência do edital, será convocada a próxima classificada.
- c) Considerar-se-á como válido por 90 (noventa) dias os documentos que não possuírem outra referência quanto a esse prazo.
- d) Considerar-se-á desclassificada e/ou inabilitada a licitante que:
- e) Seja declarada inidônea em qualquer esfera de Governo;
- f) Estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária ou outra penalidade imposta pelo ente licitante;
- g) Tiver decretada sua falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- h) Não atender as exigências quanto à habilitação, devidas neste Edital.
- i) Apresentar as propostas em desacordo com o estabelecido no Edital, em especial, com valores superiores ao estimado.
- j) Deixar de atender a alguma exigência deste Edital, ou apresentar declaração ou documentação que não atenda aos requisitos legais.
- k) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas nesse Edital.
- l) As declarações apresentadas pelas licitantes classificadas, deverão estar assinadas por representante legal da empresa, comprovadas por meio do contrato social e/ou procuração devidamente autenticada em cartório e anexada à documentação.

8.5.4 Comprovação da Condição de ME ou EPP

- a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;
- b) Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (ANEXO VI);

c) Apresentação do Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

8.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições gerais que seguem:

8.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

8.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

8.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro.

8.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

8.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

8.8 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

8.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

8.8.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada.

8.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação.

8.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.8.4 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

8.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8.10 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame, oportunidade na qual serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da referida.

9. DOS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.2 Havendo preclusão do prazo de manifestação de intenção de recurso, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

9.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, desejando, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

9.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

9.8 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e, após submeter o processo licitatório ao Paranacidade para análise e emissão de autorização de homologação, homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2 Caso o objeto do procedimento licitatório possua mais de um lote, será permitida sua adjudicação parcial.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1 Após a adjudicação e homologação do resultado do certame licitatório, a proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Fornecimento, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação.

11.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pela Administração.

11.2 É facultado ao Município, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda recusar-se injustificadamente a assinar o termo de contrato, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação, retomar o procedimento licitatório ou revogar a licitação.

12. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O(s) equipamento(s) entregue(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, o qual, também, verificará a consistência e a exatidão da nota fiscal/fatura, apresentada em duas vias.

12.2 O(s) equipamento(s) só será(ão) recebido(s) definitivamente depois de certificado(s) pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, por meio de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas no ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.

12.3 O(s) técnico(s) poderá(ão) solicitar informações na oportunidade da vistoria, ficando o contratado obrigado a prestá-las.

12.4 Sob nenhuma hipótese será aceito equipamento(s) sem sua respectiva documentação técnica contendo os desenhos mecânicos e eletroeletrônicos (quando necessários), bem como, todos os

manuals pertinentes para a correta manutenção preventiva e corretiva, ajustes, testes, aferições e utilização/operação, que deverão ser entregues junto com o equipamento.

12.5 No caso de equipamento(s) rejeitado(s), o contratado deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito e de acordo com o ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de serem aplicadas as sanções estabelecidas neste edital, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.

12.6 O Município não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s).

12.7 O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser entregues com a logo do programa, disponibilizado no link <https://paranainterativo.pr.gov.br/placas>

13. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1 A proponente contratada ficará obrigada a **garantir** a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, fornecendo os respectivos termos e/ou declaração dessa garantia. Ainda, caso haja previsão nas características técnicas do objeto, deverá oferecer treinamento para operação do equipamento.

13.2 Durante o prazo de garantia – 12 (doze) meses –, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de transporte para oficina própria da proponente, fica sob responsabilidade da contratada todo ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema.

13.3 Após o período de garantia de 12 (doze) meses, a proponente fica obrigada, às expensas do Município, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, disponibilizar **oficina de manutenção e assistência Técnica** no Estado do Paraná, bem como garantir a disponibilização, se necessário, de peças.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias, no protocolo do Município e deverá ser apresentado conforme segue: a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento; b) termo de recebimento provisório.

14.2 Havendo erro na apresentação dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça o pagamento – como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência –, esse ficará sobrestado até que a proponente contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa grave:

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

15.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

15.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.6 Fraudar a licitação;

15.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.8 Com fulcro no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.10 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.10.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1 a 13.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.10.2 Para as infrações previstas nos itens 13.5 a 13.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.11 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.12 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do artigo 157 da Lei n.º 14.133/2021.

15.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.17 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.18 As penalidades aplicadas serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em qualquer hipótese.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.2 Reserva-se ao pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.3 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema.

17.4 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.6 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no sítio eletrônico www.bll.org.br; altoparaíso.pr.gov.br, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando houver.

17.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.8 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.9 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca de Xambrê- Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

18. LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

18.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.1.1 ANEXO I – MINUTA PADRÃO DE CONTRATO

18.1.2 ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

18.1.3 ANEXO III – MODELO DE PROCURAÇÃO

18.1.4 ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

18.1.5 ANEXO V – LOCAIS DE ENTREGA

18.1.6 ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

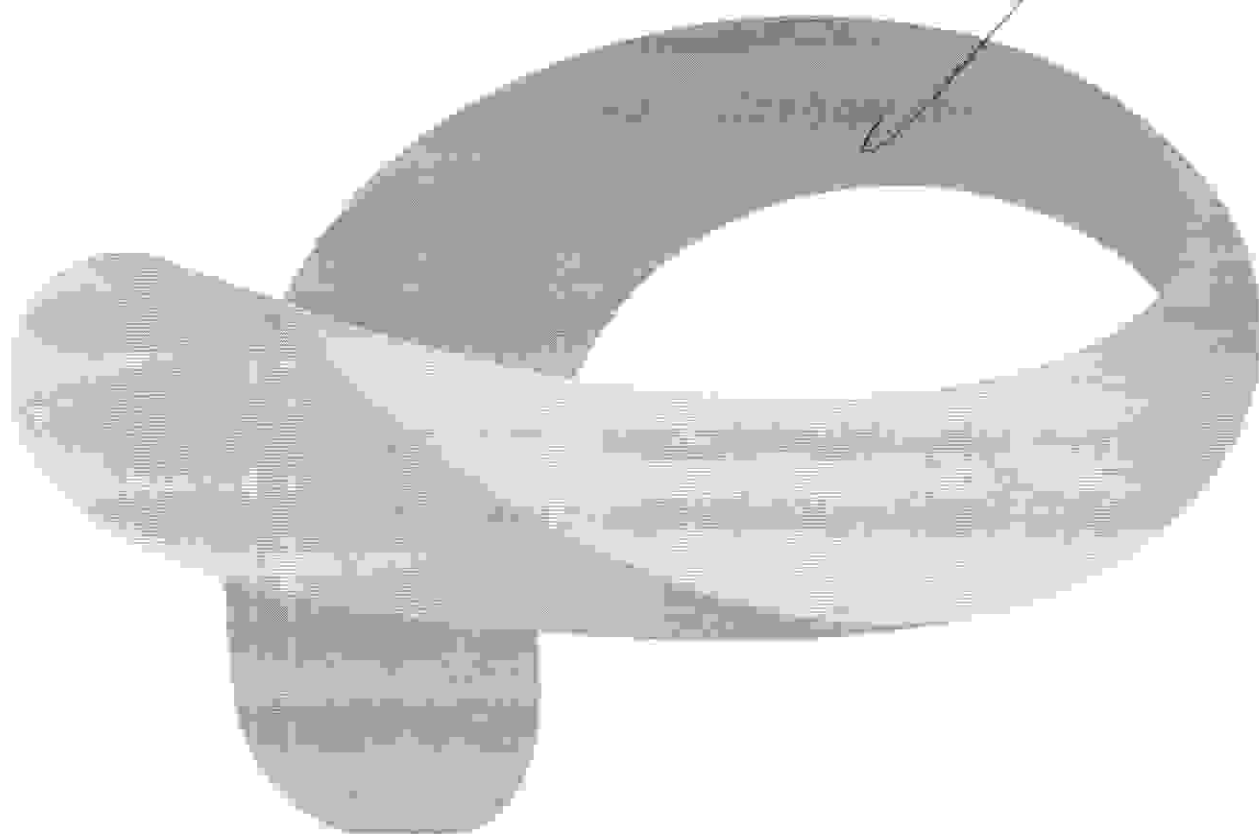
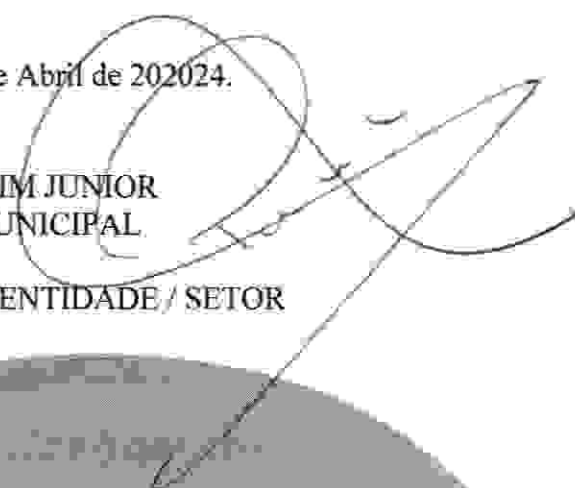
18.1.7 ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente as disposições da Lei n.º 14.133/2021.

Alto Paraíso-Pr , 30 de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

SERVIDOR(A) ÓRGÃO/ENTIDADE / SETOR



PAM

ANEXO I

CONTRATO N.º /

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE E A EMPRESA NA FORMA
ABAIXO:

CONTRATANTE: O (inserir nome do contratante), situado na (inserir endereço), PR, CNPJ (inserir n.º), neste ato representado(a) pelo(a) (inserir cargo e nome da autoridade), portador da cédula de identidade R.G. n.º (inserir n.º), inscrito no CPF sob n.º (inserir n.º).

CONTRATADA: A empresa (inserir nome da empresa), CNPJ (inserir n.º), localizada na (inserir endereço), representada por (inserir nome do representante legal) portador da cédula de identidade R.G. n.º (inserir n.º), inscrito no CPF sob n.º (inserir n.º), residente na (inserir endereço).

Firmam o presente Contrato de Fornecimento com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, na proposta da CONTRATADA datada de (inserir data), protocolo n.º (inserir n.º), apresentada no procedimento licitatório de PREGÃO ELETRÔNICO n.º (inserir n.º) que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, e pelas cláusulas e condições a seguir determinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1 O objeto do presente contrato é o fornecimento do seguinte equipamento:
- 1.2 Juntamente com a entrega do objeto deverá ser fornecido catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético).
- 1.3 Também deverão ser apresentados manuais completos de operação e manutenção detalhados.
- 1.4 Os bens deverão ser fornecidos em ENTREGA ÚNICA, conforme descrito no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO, e demais documentos integrantes do Pregão Eletrônico que deu origem a esse instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

- 2.1 O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$, daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
- 2.2 O "VALOR CONTRATUAL" inclui todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

- 3.1 As despesas com o fornecimento do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da .

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 Os bens deverão ser entregues no local (ANEXO V), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO, que integra o presente contrato para todos os fins.

4.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de *(insérer o prazo)* *(insérer prazo por extenso)* dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

4.3 O equipamento só será recebido definitivamente depois de certificado pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, através de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas nas CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes.

6.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias, no protocolo geral na sede do Município e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura, em duas vias, com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento;

b) termo de recebimento provisório.

6.3 O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de _____ - CNPJ n.º _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DA PRORROGAÇÃO

7.1 O prazo de fornecimento é de _____ (_____) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

7.2 Somente será admitida alteração do prazo de fornecimento, com anuência expressa do PARANACIDADE, nos casos previstos em lei, especialmente quando:

a) houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste contrato, por atos do CONTRATANTE;

b) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de fornecimento;

c) atos de terceiros que interfiram no prazo de fornecimento ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;

d) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado.

7.3 Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do contrato, devidamente justificadas e formalizadas, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao contrato.

7.4 Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos ao fornecimento, deverá esta comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

7.5 Enquanto perdurar o impedimento, o CONTRATANTE se reserva o direito de extinguir o presente contrato e contratar o fornecimento do equipamento com outro fornecedor, desde que

respeitadas as condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1 assegurar o fornecimento do objeto, cumprindo fielmente a forma disposta no Edital e demais documentos pertinentes;

8.1.2 cumprir com os encargos trabalhistas, previdenciários, social e tributário de sua responsabilidade, incidentes sobre o objeto deste contrato;

8.1.3 fornecer os respectivos termos ou declaração de garantia;

8.1.4 garantir a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, e oferecer treinamento(s) para operação do(s) equipamento(s) (caso previsto nas características técnicas anexas ao edital);

8.1.5 durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de transporte para oficina própria da proponente, fica sob responsabilidade da Contratada todo o ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema;

8.1.6 após o período de garantia de 12 (doze) meses, a Contratada fica obrigada, às expensas do Contratante, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, a disponibilizar Oficina de Manutenção e Assistência Técnica no Estado do Paraná bem como garantir a disponibilização, se necessário, de peças;

8.1.7 assegurar durante o período da garantia de 12 (doze) meses, as suas expensas, e após a garantia, pelo prazo mínimo 60 (sessenta) meses, às expensas do Contratante, as alterações, substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no edital;

8.1.8 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a reserva de cargos prevista em lei;

8.1.9 entregar o(s) equipamento(s) com a logo do programa, disponibilizado no link <https://paranainterativo.pr.gov.br/placas>;

8.1.10 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.11 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

8.1.12 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

8.1.13 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

9.1.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.4 comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades

verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.1.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.1.6 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos nesse contrato;

9.1.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.1.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.1.9 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.1.10 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

9.1.11 efetuar a previsão dos recursos e encaminhar ao PARANACIDADE a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, para controle e supervisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, utilizando-se o índice *inserir o índice cuja adoção deve estar justificada no processo*.

10.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, conforme estabelece o parágrafo sétimo do artigo 25 da Lei n.º 14.133/2021, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

10.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

10.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

10.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme justificativa apresentada na fase preparatória do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENS NÃO PREVISTOS

12.1. Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do contrato, com anuência expressa do PARANACIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

13.1 A Contratada não poderá subcontratar nem ceder o objeto do presente contrato, em qualquer hipótese, a nenhuma pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E PENALIDADES

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, mediante expressa anuência do PARANACIDADE:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14.5 A CONTRATADA, poderão ser aplicadas pelo CONTRATANTE, após conhecimento e anuência do PARANACIDADE, as seguintes sanções:

14.5.1. Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

14.5.2 multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento.

14.5.3 multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais.

14.5.4. Impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do MUNICÍPIO, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.6. As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

14.7. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos 156 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO E ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

15.2 Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente Contrato, a CONTRATADA realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, a CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade

Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

15.3 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

15.4 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.5 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

15.6 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

15.7 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

16.1 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação deste Contrato será assegurado o contraditório e ampla defesa.

16.2 Assim, diante de eventual penalidade aplicada ou indeferimento de pedidos administrativos, cabem recursos administrativos nas formas previstas na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, mediante anuência expressa do PARANACIDADE, salvo as que tratem da prorrogação, tão somente, do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONTROLES DE EXECUÇÃO

18.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

18.1.1 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

18.2 Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

19.2 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas perante o Foro da Comarca de , Estado do

Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 2 (duas) vias em igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

de de 20

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

RG n.º

RG n.º

PAM

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa, razão social, endereço, telefone e e-mail)

Ref.: Pregão n.º ____/____.

DADOS DO FORNECEDOR:

Fornecedor:		
CNPJ/CPF:		
Endereço:		
Bairro:		
CEP:		
Telefone:	Fax:	E-mail:
Inscrição Estadual:		
Cidade:	Estado:	
Banco:	Agência:	Conta corrente:

DADOS DO OBJETO OFERTADO

Lote ()	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item ()			R\$	R\$		

1. O valor para fornecimento do objeto acima é de R\$ ____ (Valor total contendo no máximo duas casas decimais).

2. O prazo de fornecimento é de ____ (inserir o prazo) ____ (inserir o prazo por extenso) dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Fornecimento.

3. O prazo de validade da proposta de preços é de ____ (inserir o prazo de validade) ____ (inserir o prazo de validade por extenso) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas pelo Pregoeiro.

4. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo VII do Edital.

5. O arrematante DECLARA que, para fins, do disposto no §1º, do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Atenciosamente,

_____, de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Assinatura:

PAM

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)

OUTORGANTE: , pessoa jurídica de direito privado, neste ato representada por ,
portador da Carteira de Identidade n.º , CPF n.º , residente e domiciliado na Rua ,
n.º , Cidade , Estado , CEP .

OUTORGADO: , portador da Carteira de Identidade n.º , e do CPF n.º , residente
e domiciliado no(a) , n.º , Cidade , Estado , CEP .

PODERES: Por este instrumento, a OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e
gerais poderes, para em nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º , podendo para tanto
protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento,
interpor recurso, efetuar e efetivar lances, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal
cumprimento deste mandato.

_____ de _____ de 20_____.

PAM

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS
CRITÉRIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS***(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)*

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Pregão Eletrônico n.º _____/20_____

O Signatário da presente, _____, Carteira de Identidade n.º _____, representante legal, em nome da Empresa _____, CNPJ/MF _____, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau
 - 6.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que ele estipular;
- 9) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível.
- 10) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).

- 11) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada, quando cabível.
- 12) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

de 20

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Assinatura:

P A M

ANEXO V
LOCAIS DE ENTREGA

Local de Entrega:
Responsável pelo Recebimento:
Telefone:
Horário de Funcionamento:

PAM

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU equiparadas*(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)*

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Pregão Eletrônico n.º /20

A Empresa , CNPJ/MF , DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo o nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Declara ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar n.º 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

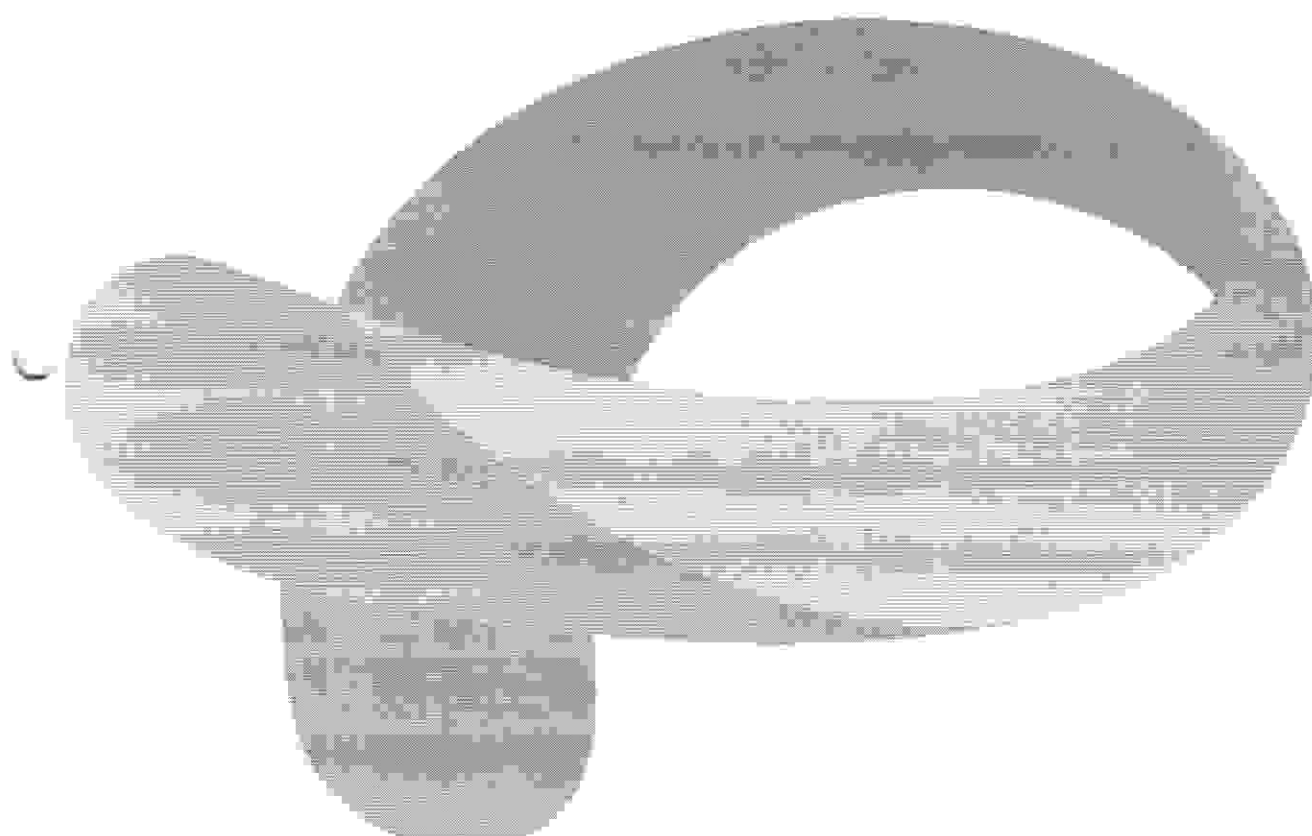
de 20

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Assinatura:

ANEXO VII**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO****ARQUIVO DIGITAL**

PAM



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

062

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal, para emissão **PARECER JURÍDICO** do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR.

02 dias do mês de Maio de 2024.


VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

063

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

Processo Administrativo Nº 027/2024

Objeto: “AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METALICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.”

1 – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo que visa a **aquisição do tipo caminhão 4X2 carroceira madeira ou metálica, novo, zero KM**, por meio de Registro de Preços, fundamentada na **Lei nº. 14.133/2021**

Presente nos autos os seguintes documentos:

1. Documentos de Formalização da Demanda, elaborado pela Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos.
2. Portarias de designação do Servidor responsável pela Pesquisa de Preços e Agente de Contratação e Equipe de Apoio.
3. Relatório de Pesquisa de Preços, juntamente com as fontes de pesquisa.
4. Estudo Técnico Preliminar, assinado pelo Secretario de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos.
5. As declarações de disponibilidade e indicação de recurso orçamentários, emitidas pelos setores competentes de finanças e contabilidade.
- 6- Autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Dêrcio Jardim Jr.,
7. Portaria de designação do Agente de Contratação e Agente de Apoio.
8. Edital de Pregão e Termo de Referência juntamente com o anexo, devidamente assinado pelo responsável pela elaboração e aprovado pela autoridade competente.
9. solicitação de parecer Jurídico, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

Oportuno, portanto, esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

É o sucinto relatório.

2. OBJETO DE ANÁLISE

Inicialmente, cumpre informar que a análise dos aspectos técnicos da presente licitação não se trata de tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico.

Presume-se, então, que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos, especificações e etc., bem como quanto à pesquisa de preços tenham sido regularmente apuradas pela área técnica do consulente e conferidas pela autoridade responsável pela contratação.

Portanto, não nos cabe analisar se o preço está realmente conforme o valor de mercado ou se as quantidades estimadas efetivamente correspondem às necessidades do órgão assessorado, além da metodologia utilizada pelo responsável pela pesquisa, em razão desta Procuradora Jurídica carecer de tais conhecimentos.

Tais aspectos técnicos são assuntos que fogem da alçada de competência desta Procuradora.

Reforçamos o entendimento de que o parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, desde que de forma fundamentada.

3. FUNDAMENTAÇÃO

Destaca-se que ao buscar satisfazer o interesse público, que é norteado pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, a regra é a ocorrência de licitação, conforme indica o inciso XXI do artigo 37 da



Município de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,
assegurando a igualdade de condições aos concorrentes que
possam vir a pactuar contrato com o ente.

Nesse diapasão, a Lei nº. 14.133/21 estipulou que, para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado para a contratação, a modalidade licitatória a ser utilizada para efetivar o contrato é, obrigatoriamente, o pregão, conforme conceitua o art. 6º, inciso XLI da referida Lei, vejamos:

“ Art. 6º...

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Quanto ao rito procedimental a ser seguido, o art. 29 da Lei 14.133/21, dispõe que:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (grifo nosso)

Nesse contexto, tendo em vista que o Consultante tem como objeto do processo licitatório a **“aquisição do tipo caminhão 4X2 carroceira madeira ou metálica, novo, zero KM”** é notória a adequação da modalidade Pregão para a referida licitação que tem como finalidade a contratação de **bens comuns**, conforme constou do Estudo Técnico Preliminar.



Feitas tais considerações, adentra-se ao mérito

procedimental do caso em tela, o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, determina os requisitos a serem observados na fase preparatória (fase interna) do processo licitatório, sendo eles:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Quanto ao *estudo técnico preliminar*, o §1º do artigo anteriormente mencionado, prevê que:

Art. 18, § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

No que tange ao estudo técnico preliminar apresentado nos autos, que deverá evidenciar a melhor solução para a demanda da Administração, observa-se que possui todos os elementos elencados no art. 18, §1º, estando, portanto, em harmonia com o mínimo exigido pela legislação.

Verifica-se, que nos termos registrado no Estudo Técnico Preliminar não está esclarecido se a aquisição está prevista a outras peças de planejamento (PPA, LDO, LOA), no entanto, afirma-se que ainda não está incluída no PCA, pelo fato de o Município ainda não ter elaborado e regulamentado o mesmo.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação; a autorização da Autoridade competente para a instauração do processo de contratação; o estudo técnico preliminar; a pesquisa mercadológica e designação do servidor responsável por sua realização, a previsão de dotação orçamentária; o termo de referência; a portaria e a designação do agente de contratação e a minuta de edital.

Assim, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais. E inclusive, nos termos apresentados na justificativa, resta patente a sua necessidade, tendo em vista a aquisição do objeto.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto; justificativa e objetivo da licitação; classificação dos objetos comuns; prazo de entrega e condições de execução; condições de pagamento; dotação orçamentária; fiscalização do contrato.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

070

Assim, o termo de referência, contém, por

consequente, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Prosseguindo, analisando a minuta de edital, observa-se o cumprimento de todos os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Inclusive, o documento foi submetido à análise jurídica contendo todos os seus anexos, incluindo a minuta de ata.

Ademais, a minuta do Edital veio com os seguintes itens discriminados: sessão pública; definição do objeto; recursos orçamentários; condições de participação; encaminhamento e elementos da proposta; habilitação; recurso; adjudicação e homologação do certame; pedido de esclarecimentos e impugnação ao edital; disposições finais; e foro de julgamento.

E, ainda, a minuta de ata conta com seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, fiscalização do contrato, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações e reajustes, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado pelo artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

O artigo 92 e incisos da NLIC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos. Portanto, assim como o Edital, a



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas

devidamente amparadas pela Lei nº 14.133/2021.

Além do mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção, uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Ainda, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço” e o modo de disputa “aberto”, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador.

De forma bastante acertada, a minuta, também, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fim de regência da contratação em comento.

Outro ponto que merece destaque, afim que de as contratações públicas atinjam de fato o fim que almejam, é ser observada a segregação de funções, considerando que se trata de um princípio estampado no art. 5 da Lei 14.133/2021,

De acordo com o disposto no § 1º do artigo 7 da lei 14.133/2021, a designação dos agentes de verá “observar o princípio da segregação de funções, *vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação*”.

Ainda, deve ser considerado quando for o caso, seguir os preceitos do art. 86 da lei 14.133/2021 quanto a Manifestação de Interesse.

Por fim, quanto às possíveis dificuldades que possam se apresentar ante à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, registra-

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

se que a minuta do Edital apresenta como local da sessão pública a plataforma BLL, não cabendo, por conseguinte, nenhuma gerência da publicação do Edital por essa Entidade, considerando que a publicação se dará de forma automática pela Plataforma Integrada. Considerando a obrigatoriedade de divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e seus anexos, incluindo eventuais esclarecimentos apresentados e do termo de contrato no PNCP, além da publicação de extrato do edital no Diário Oficial, conforme preceitua o art. 54, *caput* e § 1º, e art. 94 da Lei 14.133/2021.

Se faz necessário também destacar, que após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de todos os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Portanto, sobre o pressuposto material, o presente procedimento cumpriu todos os requisitos dispostos na legislação de regência, em concordância com o disposto acima, devendo observar e fazer as adequações dos pontos levantados e as orientações para um melhor andamento do certame.

Portanto, nos limites da atuação deste parecerista, compulsando os autos do procedimento que se encontra ainda em fase interna, verifica-se a conformidade do instrumento convocatório com os dispositivos legais vigentes e a regularidade material e formal do edital anexo, passível de buscar a melhor proposta que supra as necessidades do consulente na consecução do objeto licitado, encontrando-se a minuta do Edital adequada às regras constantes na Lei nº 14.133/2021, ressaltando-se que o presente parecer não abrange as questões de ordem contábil, ou mesmo técnica, quanto a quantitativos, melhor solução escolhida pela área requisitante e técnica, cálculo para apuração dos valores pelo setor de Pesquisa de Preços, as quais devem ser checadas junto ao setor responsável do Órgão.

4 – CONCLUSÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

- - 073

Diante das considerações acima, desde que acatadas as recomendações com as devidas orientações e adequações, opina-se pela regularidade da fase interna e respectivas minutas apresentadas, sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, que se encontra em fase interna e trata-se de **Pregão Eletrônico 015/2024**.

É o nosso parecer.

Alto Paraíso-Pr., 02 de Maio de 2024.

ROBERTO
GONCALVE
S DELFIM

Assinado de forma
digital por ROBERTO
GONCALVES DELFIM
Dados: 2024.05.02
15:17:48 -03'00'

Roberto Gonçalves Delfim

Procurador Jurídico

OAB-PR 58768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 074

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos processo administrativo nº, 023/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com parecer jurídico que me foi solicitado

Alto Paraíso - Paraná, 02 de Maio de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação

Painel

Edital nº 15 | Processo 27/2024

Acessar Contratação

Edital nº 15 | Processo 27/2024

Local: Alto Paraíso/PR Órgão: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO Unidade compradora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Modalidade de contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021 Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 02/05/2024 Situação: Divulgado no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 03/05/2024 07:30 (Horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 21/05/2024 08:00 (Horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000027/2024 Fonte: Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto

ADQUIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA NOVO ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Informação complementar:



Itens: Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhes
1	CAMINHÃO CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA	1	R\$ 481.651,07	R\$ 481.651,07	

1 item 1 página

Página

C >

v voltar

NACIONAL
CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS

Este edital tem por objetivo a contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos da frota da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Anexo I.

Os interessados em participar desta licitação devem observar as condições e especificações técnicas e quantitativas constantes no Anexo I e no Edital.

As propostas devem ser entregues em envelope fechado, com o valor em dinheiro ou em cheque, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Anexo I.

As propostas devem ser entregues em envelope fechado, com o valor em dinheiro ou em cheque, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Anexo I.

✉

📄

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



[Voltar](#)

Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município	ALTO PARAÍSO
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Os campos Ano, Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM

Ano	2024
Modalidade	Pregão
Nº Licitação/dispensa/inexigibilidade	15

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza esses recursos? ☐

Número edital/processo	0272024
Descrição do Objeto	ACQUIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS DO TIPO CAMIONETAS/VEICULOS MULTIFUNÇÃO METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Forma de Avaliação	Menor Preço
Dotação Orçamentária	3588844905252000009021545100

☐ A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)

Preço máximo/Referência de preço - R\$	481.666,67
Data de Lançamento do Edital	02/05/2024
Data da Abertura das Propostas	21/05/2024

Há itens exclusivos para EPP/ME?	
Há cota de participação para EPP/ME?	
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	

Confirmar

CPF: 6633488971 ([Logout](#))

MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2024.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, torna público que às 08:00 horas do dia 21 de Maio, na plataforma B.L. (www.bl.org.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia de informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Camisetas Camoperta Madeira ou Metalica	1	R\$ 481.666,67	90 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, site eletrônico da Prefeitura DE ALTO PARAISO e na plataforma www.bl.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Alto Paraiso-Pr, 02 de Maio de 2024.

GILBERTO JARDIM JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO ALTO PARAISO PR

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: editais@folhadelondrina.com.br

Data: quinta-feira, 2 de maio de 2024 às 14:25 BRT

BOA TARDE, SEGUE EM ANEXO AVISO. PUBLICAR NO DIÁRIO DE AMANHÃ, AGUARDO CONFIRMAÇÃO DE EMAIL.



11 - Aviso de Licitação.docx

27.5kB

Publicações Legais

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: leis@ilustrado.com.br

Data: quinta-feira, 2 de maio de 2024 às 14:25 BRT









11 - Aviso de Licitação.docx

27.5kB



Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo **45051/2024**
Título AVISO PREGAO ELETRONICO 0152024
Órgão PMALTOPARAISO - Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Depositário JESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA
E-mail financas@altoparaiso.pr.gov.br
Enviada em 02/05/2024 14:24

 **Diário Oficial Com. Ind. e Serviços**
 Municipalidades
 Prefeituras
 Alto Paraíso
 Aviso - CIS
 11 - Aviso de Licitação.rtf
56,79 KB

Data de publicação

 03/05/2024 Sexta-feira	R\$ 150,00	Faturada	02/05/24 14:53	 Nº da Edição do Diário: 11642
---	------------	----------	----------------	---

[Histórico](#)

TRIAGEM REALIZADA

Municipalidades

Adrianópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

Estado do Paraná

RATIFICAÇÃO AO EDITAL E DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

TIPO: Menor Preço por item

ABERTURA DIA 22 de Abril de 2024, HORA: 10HS.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Material de Enfermagem para a Secretaria Municipal de Saúde Adrianópolis, 08 de Abril, de 2024.

FABIO CARRIEL DE SOUZA

Pregoeiro Oficial

ONDE LÊ-SE:

0,12 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que medirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrar a melhor oferta deverá ser R\$0,01 - (um centavo).

LEIA-SE:

0,12 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que medirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrar a melhor oferta deverá ser R\$0,0001 - (um décimo de milésimo).

ONDE LÊ-SE:

17.1.2.3 - entrega dos materiais deverá ocorrer em até 04 (quatro) dias corridos após o recebimento da nota de empenho.

LEIA-SE:

17.1.2.3 - entrega dos materiais deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

ONDE LÊ-SE:

ABERTURA DIA 22 de Abril 2024, HORA: 10HS.

LEIA-SE:

ABERTURA DIA 16 de Maio 2024, HORA: 10HS.

Adrianópolis, 02 de Maio de 2024.

FABIO CARRIEL DE SOUZA

Pregoeiro Oficial

45114/2024

Alto Paraíso

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, torna público que às 08:00 horas do dia 21 de Maio, na plataforma BIL (www.bil.org.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRazo
Camilhão Cirrocetia, Madeira ou Metálica	1	RS 481.666,67	90 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, site eletrônico da Prefeitura DE ALTO PARAÍSO e na plataforma www.bil.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento, poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Alto Paraíso-Pr, 02 de Maio de 2024.

DERCILLIARDIM JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

45051/2024

Apucarana

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

O município de Apucarana torna público que será realizar, às 09:00 horas do dia 13 de junho do ano de 2024, na plataforma comprasgovernamentais, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s)

seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Loteamento Binaçu	Construção de infraestrutura urbana (laser)	648,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, site eletrônico da Prefeitura www.apucarana.pr.gov.br e na plataforma comprasgovernamentais. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Apucarana, 02 de maio de 2024.

Comissão de Licitação

44998/2024

Arapongas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de três novas Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos bairros Alto da Boa Vista, Campinho e Guadalupe, em atendimento a Secretaria Obras Transporte e Desenvolvimento Urbano - SEODUR, Critério de julgamento: Menor Preço Global. Modo de Disputa: Aberto, conforme especificações e anexos constantes no respectivo Edital.

Data da Sessão pública: dia 20/05/2024 às 08:00h (horário de Brasília). O edital completo poderá ser obtido em sua íntegra no site: <http://www.arapongas.pr.gov.br/licitacao> e <https://www.gov.br/pnccp/pr-br>.

Arapongas, 30 de abril de 2024.

Valdinéi Juliano Pereira

Agente de Contratação

44488/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DO CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO

INEXIGIBILIDADE Nº 017/2024

Comunicamos que o EDITAL DE ABERTURA DO CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2024 que tem como objeto o Credenciamento de Escolas da Educação Infantil, com suas licenças, regularmente constituídas, cujas unidades de atendimento estejam localizadas no Município de Arapongas para a oferta de vagas em tempo integral, na etapa da creche, crianças de 03 (zero) a 04 (quatro) anos completos, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. Foi aberto. Os interessados deverão encaminhar os documentos por meio do seguinte link: <https://arapongas.pr.gov.br/credenciamento-servicos-e-credenciamento-de-participantes-no-periodo-de-06/05/2024-ate-31/12/2024>. O respectivo edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Arapongas ou no endereço eletrônico www.arapongas.pr.gov.br informações pelo telefone (083) 3912-1151.

Arapongas, 02 de maio de 2024.

Lúcia Maria Birce

Presidente da Comissão

45041/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação da Estação Elevatória de Esgoto, em atendimento a Secretaria de Obras Transporte e Desenvolvimento Urbano - SEODUR, Critério de julgamento: Menor Preço Global. Modo de Disputa: Aberto, conforme especificações e anexos constantes no respectivo Edital. Data da Sessão pública: dia 20/05/2024 às 08:00h (horário de Brasília). O edital completo poderá ser obtido em sua íntegra no site: <http://www.arapongas.pr.gov.br/licitacao> e <https://www.gov.br/pnccp/pr-br>.

Arapongas, 03 de maio de 2024.

Valdinéi Juliano Pereira

Agente de Contratação

45103/2024

17. **17.1** **17.2** **17.3** **17.4** **17.5** **17.6** **17.7** **17.8** **17.9** **17.10** **17.11** **17.12** **17.13** **17.14** **17.15** **17.16** **17.17** **17.18** **17.19** **17.20** **17.21** **17.22** **17.23** **17.24** **17.25** **17.26** **17.27** **17.28** **17.29** **17.30** **17.31** **17.32** **17.33** **17.34** **17.35** **17.36** **17.37** **17.38** **17.39** **17.40** **17.41** **17.42** **17.43** **17.44** **17.45** **17.46** **17.47** **17.48** **17.49** **17.50** **17.51** **17.52** **17.53** **17.54** **17.55** **17.56** **17.57** **17.58** **17.59** **17.60** **17.61** **17.62** **17.63** **17.64** **17.65** **17.66** **17.67** **17.68** **17.69** **17.70** **17.71** **17.72** **17.73** **17.74** **17.75** **17.76** **17.77** **17.78** **17.79** **17.80** **17.81** **17.82** **17.83** **17.84** **17.85** **17.86** **17.87** **17.88** **17.89** **17.90** **17.91** **17.92** **17.93** **17.94** **17.95** **17.96** **17.97** **17.98** **17.99** **17.100**

[illegible][illegible]

Atual, As comunicações e os valores regulamentares informam-se de uma forma estimativa, de uma forma provisória e sem responsabilidade. A 12 (doze) meses) passando em 2020 (ver informações adicionais em www.adminterior.br)
Referidos livros, quantitativos e valores são informados exclusivamente a disposição do Touro Oficial do Município, sob o endereço www.adminterior.br, segundo de direito. O prazo de validade dos dados é de 25 (vinte e cinco) dias de 2022 e os valores em 25 de abril de 2022.
De-se publicabilidade de sua Afirmação em lugar do seguinte: Data e Assinatura.

ENTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
 Processo Administrativo nº 102.2624.
 Dispensa Eletrônica nº 029.2024
 Partes: Município de Arapiraca e ARTES E ILUSTRAÇÕES GILBERTO LIMA LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.76.801.12-0000-55
 Objeto: aquisição de revestimento PROCELO para o ano letivo 2024, em conformidade com Termos Municipais de Educação.
 Valor: R\$ 9.700,00 (nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais).
 Observação: o presente procedimento administrativo é que se refere ao EX-TRATO, para o qual foi anexado o Edital nº 01/2024 de 14/03/2024.
 Data e Assinatura:

AVISO DE REPUBLICAÇÃO LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73024 - UASG 087427 - PMA

A Prefeitura Municipal de Arapanguá-PR, avisa aos interessados que esta REPÚBLICA(A)U abertura da licitação no portal eletrônico Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO, para aquisição de materiais e equipamentos de empresa especializada para aplicação de sistemas de reconhecimento de placas veiculares referente à instalação dos projetos "módulo digital", com o nome da empresa local (qual(is) empresa(s)) - 33330602, em atendimento a Secretaria de Administração Pública (Secretaria)- SRS/RAIA, Alterou este processo, encaminhando do Anexo A, para o dia 30/09/2014 das 09 às 20 horas do dia 30/09, finalizando-se a disposição das informações na Gerência de Licitação e Edital, para acesso ao site: www.Ceafpr.org.br; Arapanguá-PR, onde os interessados poderão acessar o projeto e obter as informações necessárias para participar desta licitação eletrônica através do endereço eletrônico: www.cafpr.org.br, bem como a licitação eletrônica. Filtro sig, informando Nº do processo nº 66410, L1544/087427. Informados complementares através do telefone (31) 301.1052.

Arapanguá, 30 de abril de 2014

Sherwin Munisipal Joangim
Pregueiro Municipal
CONCURSO DE PROVA Nº 001-2024 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Arapongas e o Secretário Municipal de Saúde, tendo em vista as atas das atribuições legais emitidas pelo Conselho Municipal nº 006/2024, de acordo com o procedimento e julgamento das propostas encaminhadas ao Edital da Comissão Publico nº 001-2024 – Concurso de Provas, julgado em 18/09/2024, por uma única vez, uma comissão de direção do processo seletivo constituída como Organismo Especial de Saúde – OSS nos termos do Lei Municipal nº 4.851/2019, que valida autenticidade interesse entre entidades, instruído de certificação com registro e formação de governo para fomento e execução de atividades em saúde, São expedido o presente instrumento da Unidade de Fomento Atendimentos 24H “Ada Ribeiro”, um contrato assinado com a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos do SUS, HPMH/OGO e todos os serviços contratados, sob a forma de prestação de serviço, sob o número 01, Instituto de Estudos e Pesquisas Humanitárias – INEPH nº 27.450.000/01-12, com sede na Rua Centenario da Colônia, nº 82, Centro – Colônia SP, seguida transcrição por valor total mensal de R\$ 1.545.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil reais).

Arapongas, 03 de maio de 2024,
SFAPAGO ONOKE DA SILVA
Prefeito

MARCOS PAUL BRETHER JUNIOR

Publicações legais

084

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 2.655/2024

Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2024, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de São Jorge do Patrocínio, um Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na dotação abaixo relacionada, para fins de cumprimento das despesas decorrentes do exercício financeiro de 2024.

Fonte 406 – Reforma e Ampliação do Hospital Municipal - Resolução SESA 454/2024.

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE SAÚDE

UN. ORÇ. 07.03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 10.302.0044.1.035 – Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos p/ melhoramento de Unidades de Saúde

despesa (4274) 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....R\$ 500.000,00

Total da fonteR\$ 500.000,00

Total Geral.....R\$ 500.000,00

Art. 2º Como fonte de recurso, para cobertura do Crédito Especial, constante do art. 1º, desta Lei, o Executivo Municipal usará o excesso de arrecadação por fonte, conforme o Reforma e Ampliação do Hospital Municipal - Resolução SESA 454/2024.

Art. 3º Os valores arrecadados com as aplicações financeiras dos recursos do referido Convênio nas respectivas fontes, serão incluídos no orçamento vigente, através de decreto do Executivo Municipal, como excesso de arrecadação por fonte obedecendo à dotação acima descrita.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas no artigo 1º desta Lei, no PPA - Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº 2.419/2021 e suas alterações Lei nº 2.446/2021 e Lei nº 2.545/2022, com vigência de 2022 a 2025; LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei Municipal nº 2.592/2023; e LOA – Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei Municipal nº 2.617/2023, com vigência para o exercício financeiro de 2024.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, 02 de maio de 2024.

JOSÉ CARLOS BARALDI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, torna público que às 08:00 horas do dia 21 de Maio, na plataforma BLL (www.bll.org.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Caminhão Carroceria Madeira ou Metálica	1	R\$ 481.666,67	90 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura DE ALTO PARAISO e na plataforma www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Alto Paraíso-Pr, 02 de Maio de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

**Cafezal do Sul**
PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Ítalo Orcelli, 664 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - Cep: 87.565-000 - Cafezal do Sul - Pr.

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao CONTRATO Nº.198/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o nº 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa INDÚSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA UMUARAMA LTDA, endereço eletrônico: hugogonzaga@hotmail.com inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.801.453/0001-70 com estabelecimento à Rua Naga, 1741, Parque industrial II, na cidade de Umuarama PR denominada CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO REPUBLICAÇÃO DE PREGÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº007/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

AMPLA CONCORRÊNCIA

DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Aplicação Lei nº 14.133/21.

O MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA/PR, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO - POR ITEM, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETOS MUNICIPAIS Nº 211/2023, DECRETOS MUNICIPAIS Nº 019/2023 E DO DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO, CONFORME OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS A SEGUIR DEFINIDOS, OBJETIVANDO OBTER A MELHOR PROPOSTA, OBSERVADAS AS DATAS E HORÁRIOS DISCRIMINADOS A SEGUIR:

OBJETO: O objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS, SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS a serem utilizados na manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do Município de Esperança Nova-PR.

Início das Propostas: Das 08:30h do dia 03/05/2024, até às 08:30h do dia 20/05/2024.

Data e hora limite para Impugnação/Escarecimento: dia 15/05/2024 às 08:30h.

Abertura das Propostas: Às 08:30h do dia 20/05/2024.

Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 9:00h do dia 20/05/2024 no site BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br), horário de Brasília - DF

Modo de Disputa: Aberto

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$1.048.553,27 (um milhão, e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: Portal BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br), REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Esperança Nova (<https://esperancanova.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Esperança Nova, Av. Juvenal Silva Braga, nº 181 E/OU no Portal BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Juvenal Silva Braga, nº 181 – Esperança Nova-Pr, E/OU por meio do Telefone (44) 3640-8000.

Esperança Nova/Pr, 02 de maio de 2024.

Everton Barbieri
Prefeito Municipal**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CRUZEIRO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
Av. São Paulo nº 20 - centro, 87.400-00 - (44)3676-2466.
E-mail: cms@cruzeirodoeste.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº04/2024

SÚMULA: Aprova a reprogramação do uso de Saldos de Recursos das Contas da Saúde.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO OESTE – PR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI Nº 013/2015, CONFORME DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a reprogramação do Uso de Saldos de Recursos das Contas da Saúde de acordo com a tabela em anexo;

LOCAL	COD	BANCO	D. BANCO	AGÊNCIA	CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO
57	57	1	Banco do Brasil	0516-1	17610-9	BCO BRASIL CTA EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAL	R\$419,50

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024
Processo Administrativo Nº 27/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 02/05/2024 16:10:57

LOTE 1

Item: 1	Quant.: 1	Unidade: UN	Val. Ref.: 481.666,67
Descrição: CAMINHAO CARROCERIA MADEIRA OU METALICA			
Autor	Marca/Modelo		Valor
SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA	IVECO / TECTOR 11-190		481.000,00
TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	AGRALE / A10000		481.666,67
METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA	AGRALE / A 10000 (4X2)		480.000,00
TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA	Foton Aumark Carroceria: Taba Carrocerias / 1217 Carroceria- Carga Seca		480.000,00
VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	VOLKSWAGEN / DELIVERY 9.180 4X2 (2023/2023)		481.666,67
VCA AUTOMOTORES LTDA	IVECO / 11190		480.000,00
KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA	AGRALE / A10.000 4X2 CARROCERIA DE MADEIRA		481.600,00
MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI	IVECO / TECTOR 11190		484.000,00
BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA	MERCEDES BENZ / ACCELO		590.000,00
MEDZI SOLUÇÕES LTDA	caminhão / estrutura metálica		481.666,67

DOCUMENTOS ANEXADOS

TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Horário: 03/05/2024 14:48

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://laneeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/c8e08848bc86407db4ac7c94f766e795.rar>

METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA

Horário: 20/05/2024 13:11

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://laneeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/de94eccd634849daa33e20db25cb6ab9.zip>

TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

Horário: 20/05/2024 15:09

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://laneeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/650d329386f04dac94e3c6bb92313c08.pdf>

VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA

Horário: 20/05/2024 17:41

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://laneeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/48f8c7be652d47a7a6ccda505df7b57f.zip>

VCA AUTOMOTORES LTDA

Horário: 20/05/2024 17:43

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://laneeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/ce56ab5696454bad9b45e83f4370fee3.rar>

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR****KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA**

Horário: 20/05/2024 18:37

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/ca183e0f2d5840d0bfd317627a975c63.zip>**BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.**

Horário: 20/05/2024 21:26

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/49a5d6f9b2cd455492a223e32dic901b.zip>**SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA**

Horário: 20/05/2024 22:13

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/42c5fa40c25c4a5b8824ca0f94fc0409.rar>**MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI**

Horário: 20/05/2024 22:23

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/6497797a7f2e46ca93922fb2f167be4d.zip>**MEDZI SOLUÇÕES LTDA**

Horário: 21/05/2024 07:36

Documento: Outros documentos

Endereço: <http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/084148683bba478e9964558c30c3655a.pdf>**ARQUIVOS ANEXADOS A ITENS**

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024

Processo Administrativo Nº 27/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Data de Publicação: 02/05/2024 16:10:57

MOVIMENTOS DO PROCESSO

03/05/2024 09:23:14	CADASTRO DE PROPOSTA	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA
03/05/2024 14:48:50	CADASTRO DE PROPOSTA	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
20/05/2024 13:11:18	CADASTRO DE PROPOSTA	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA
20/05/2024 14:32:00	CADASTRO DE PROPOSTA	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
20/05/2024 15:09:08	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
20/05/2024 17:41:18	CADASTRO DE PROPOSTA	VCS COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA
20/05/2024 17:43:44	CADASTRO DE PROPOSTA	VCA AUTOMOTORES LTDA
20/05/2024 18:28:44	CADASTRO DE PROPOSTA	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA
20/05/2024 18:37:07	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA
20/05/2024 20:06:39	CADASTRO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS
20/05/2024 21:26:23	CADASTRO DE PROPOSTA	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE
20/05/2024 22:13:04	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA
20/05/2024 22:23:18	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE
21/05/2024 07:36:41	CADASTRO DE PROPOSTA	MEDZI SOLUÇÕES LTDA
21/05/2024 07:54:03	MENSAGEM	PREGOEIRO
BOM DIA, POR FAVOR FIQUEM ATENTOS, EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
21/05/2024 08:04:15	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		

**LOTE 1 - HABILITAÇÃO
ANEXO**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1.	Unidade: UN	Marca: Foton Aumark Carroceria: Taba	Modelo: 1217 Carroceria: Carga Seca
Descrição: CAMINHAO CARROCERIA MADEIRA OU METALICA		Carrocerias:	
Quantidade: 1	Valor Unit.: 329.000,00	Valor Total: 329.000,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TREVISIA SOLUÇÕES PARA	044	04.862.831/0002-04	480.000,00	329.000,00		Não
2 KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA	089	08.440.584/0001-28	481.600,00	330.000,00	0,30	Não
3 METALURGICA PERPETUO SOCORRO	134	31.262.616/0001-64	480.000,00	368.000,00	11,52	Não
4 VCA AUTOMOTORES LTDA	003	24.380.089/0001-27	480.000,00	418.000,00	13,59	Não
5 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO,	133	03.093.776/0008-68	484.000,00	449.800,00	7,61	Não
6 TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS	008	32.426.859/0001-53	481.666,67	449.900,00	0,02	Sim
7 VCS COMERCIO SERVIÇOS E	050	21.700.911/0001-00	481.666,67	450.000,00	0,02	Não
8 SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA	116	19.681.377/0001-81	481.000,00	475.000,00	5,56	Sim
9 MEDZI SOLUÇÕES LTDA	015	40.119.916/0001-80	481.666,67	479.499,99	0,95	Sim
10 BRUNISA COMERCIO E SERVIÇOS PARA	041	20.901.717/0001-11	590.000,00	590.000,00	23,04	Sim

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS					
Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

02/05/2024 16:10:56	PUBLICADO				
03/05/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS				
21/05/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS				
21/05/2024 08:04:02	DISPUTA				
21/05/2024 08:04:02	LANCE	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE		590.000,00	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 015)		481.666,67	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)		480.000,00	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 116)		481.000,00	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 008)		481.666,67	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA (PARTICIPANTE 134)		480.000,00	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 050)		481.666,67	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		481.600,00	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)		480.000,00	
21/05/2024 08:04:02	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS		484.000,00	
21/05/2024 08:04:52	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)		470.000,00	
21/05/2024 08:04:53	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		479.000,00	
21/05/2024 08:05:20	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		460.000,00	
21/05/2024 08:05:29	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)		450.000,00	
21/05/2024 08:05:43	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		440.000,00	
21/05/2024 08:05:44	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)		430.000,00	
21/05/2024 08:06:08	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)		425.000,00	
21/05/2024 08:07:02	MENSAGEM TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE qual seria o entre eixo compatível para instalar carroceria e cabine estendida? qual o tamanho da cabine estendida o edital não traz esta informação				
21/05/2024 08:07:05	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		420.000,00	
21/05/2024 08:07:21	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)		410.000,00	
21/05/2024 08:07:23	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)		418.000,00	
21/05/2024 08:07:36	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		400.000,00	
21/05/2024 08:07:48	LANCE	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA (PARTICIPANTE 134)		399.000,00	
21/05/2024 08:07:52	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)		390.000,00	
21/05/2024 08:08:10	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS		480.000,00	
21/05/2024 08:08:11	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		380.000,00	
21/05/2024 08:08:25	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)		379.000,00	
21/05/2024 08:08:32	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 015)		479.999,99	
21/05/2024 08:08:37	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		370.000,00	
21/05/2024 08:08:51	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)		369.000,00	
21/05/2024 08:09:01	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)		360.000,00	
21/05/2024 08:09:19	LANCE	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA (PARTICIPANTE 134)		368.000,00	
21/05/2024 08:09:20	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)		359.000,00	

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

21/05/2024 08:09:25	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	479.500,00
21/05/2024 08:09:31	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	350.000,00
21/05/2024 08:09:49	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 015)	479.499,99
21/05/2024 08:09:49	LANCE	TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	349.000,00
21/05/2024 08:10:01	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	479.400,00
21/05/2024 08:10:02	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	340.000,00
21/05/2024 08:10:20	LANCE	TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	339.000,00
21/05/2024 08:10:27	LANCE	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 050)	450.000,00
21/05/2024 08:10:30	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	330.000,00
21/05/2024 08:10:51	LANCE	TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	329.000,00
21/05/2024 08:11:08	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	449.999,00
21/05/2024 08:11:37	LANCE	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 116)	475.000,00
21/05/2024 08:12:39	LANCE	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 008)	449.900,00
21/05/2024 08:12:39	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
21/05/2024 08:13:07	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	449.800,00
21/05/2024 08:15:07	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA			
21/05/2024 08:15:07	HABILITAÇÃO		



PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO: MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO: CINTHIA LAIZE ZAGATO



APOIO: UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024
Processo Administrativo Nº 27/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 02/05/2024 16:10:57

TOTAL DO PROCESSO: 329.000,00

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA 04.862.831/0002-04 329.000,00

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 044 Lance: 329.000,00 Total: 329.000,00

Item: 1 Unidade: UN Marca: Foton Aumark Carroceria: Modelo: 1217 Carroceria: Carga Seca
Taba Carrocerias

Descrição: CAMINHAO CARROCERIA MADEIRA OU METALICA

Quantidade: 1 Val. Ref.: 481.666,67 Valor Unit.: 329.000,00 Total Item: 329.000,00

PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO

APOIO UESLEI GONCALVES RODRIGUES DA SILVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX: (044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

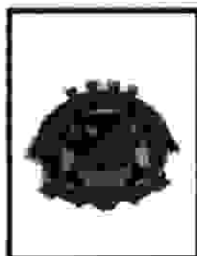
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 015/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

PROPONENTE: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	
Declaração de conhecimento e atendimento (Anexo IV)	SIM	OK	
Declaração de Treinamento	SIM	OK	
Demonstrativo de Resultado do Exercício - DRE	SIM	OK	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX: (044) 3664-1320

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	05 DIAS		
Prazo de Entrega	90 DIAS		
Validade da Proposta	60 DIAS		
Garantia			
Assinaturas	SIM		
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM		
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 21/05/2024


Assinatura do Membro Conferente

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

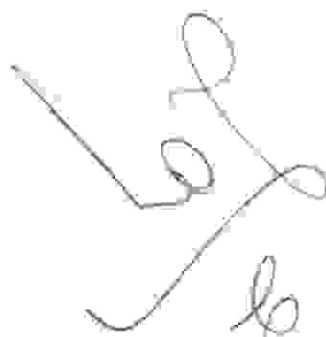
HONOR PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.942.175/0001-67, NIRE 42203756465, com sede e foro a Rua Das Amendoeiras, nº 180, Sala 02, Bairro Palmas, Governador Celso Ramos-SC, CEP: 88.190-000, neste ato representada pelo Administrador o Sr. Cristiano Mair Bonassi, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de São Paulo-SP, nascido em 04/03/1976, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 263.707.398-55, portador da carteira de identidade RG nº 12R-2.997.275, expedida em 13/10/1989, SSP/SC, residente e domiciliado na Avenida Oiapoque, nº 65, Apto 2503-N, Bairro Alphaville, Barueri-SP, CEP: 06.454-065.

SERGIO ROMANO TREVISOL, brasileiro, divorciado, natural de Concordia-SC, nascido em 08/03/1951, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 184.387.179-34, portador da carteira de identidade RG nº 945.765-8, expedida em 19/08/2011, SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida Dr. Gastão Vidigal, 2517, Casa 12 – Condomínio Parthenon, Jardim Fregadolli, Maringá-PR, CEP: 87.053-221.

ALEXANDRE FARIDE PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Maringá-PR, nascido em 06/09/1972, Advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 884.470.659-87, portador da carteira de identidade RG nº 5.729.447-7, expedida em 19/06/2017, SSP-PR, residente e domiciliado na Avenida XV de Novembro, 300, Apto 1002, Condomínio Edifício Beverly Hills Boulevard, Zona 01, Maringá-PR, CEP: 87.013-230.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada **TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA.**, constituída e registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41204728511, em 24/01/2002, inscrita no CNPJ/MF 04.862.831/0001-23, estabelecida na Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jardim Riviera, Cambé-PR, CEP: 86.187-025, resolvem de pleno e comum acordo alterar e consolidar o Contrato Social, fazendo-o mediante as cláusulas e as condições abaixo dispostas:

Cláusula 1ª – O endereço da filial 06 (seis) que era Rua Netuno, 111, Bairro Colônia Dona Luiza, Ponta Grossa – PR, CEP 84.043-550, fica alterado para **Rua Netuno, 111, Sala 01, Bairro Dona Luiza, Ponta Grossa – PR, CEP: 84.043-550.**





TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 2ª – O endereço da filial 02 (dois) que era Avenida Presidente Kennedy, nº 8008, Sala 3, Bairro Colônia Dona Luiza, Ponta Grossa – PR, CEP 84.043-540, fica alterado para **Rua Netuno, 111, Bairro Dona Luiza, Ponta Grossa – PR, CEP 84.043-550.**

Cláusula 3ª – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: Em face das alterações os Sócios deliberam **atualizar e consolidar** o Contrato Social da Sociedade com base na Lei 10.406/2002, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo, que passa a reger-se pelas seguintes cláusulas:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF: 04.862.831/0001-23
NIRE: 41204728511

HONOR PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.942.175/0001-67, NIRE 42203756465, com sede e foro a Rua Das Amendoeiras, nº 180, Sala 02, Bairro Palmas, Governador Celso Ramos-SC, CEP: 88.190-000, neste ato representada pelo Administrador o Sr. Cristiano Mair Bonassi, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de São Paulo-SP, nascido em 04/03/1976, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 263.707.398-55, portador da carteira de identidade RG nº 12R-2.997.275, expedida em 13/10/1989, SSP/SC, residente e domiciliado na Avenida Oiapoque, nº 65, Apto 2503-N, Bairro Alphaville, Barueri-SP, CEP: 06.454-065,

SERGIO ROMANO TREVISOL, brasileiro, divorciado, natural de Concordia-SC, nascido em 08/03/1951, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 184.387.179-34, portador da carteira de identidade RG nº 945.765-8, expedida em 19/08/2011,

TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida Dr. Gastão Vidigal, 2517, Casa 12 – Condomínio Parthenon, Jardim Fregadolli, Maringá-PR, CEP: 87.053-221.

ALEXANDRE FARIDE PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Maringá-PR, nascido em 06/09/1972, Advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 884.470.659-87, portador da carteira de identidade RG nº 5.729.447-7, expedida em 19/06/2017, SSP-PR, residente e domiciliado na Avenida XV de Novembro, 300, Apto 1002, Condomínio Edifício Beverly Hills Boulevard, Zona 01, Maringá-PR, CEP: 87.013-230.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome de **TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA**, com sede na **Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jardim Riviera, Cambé-PR, CEP: 86.187-025**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **04.862.831/0001-23**, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41204728511 em 24/01/2002; **RESOLVEM** consolidar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª – NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO:

A Sociedade gira sob o nome empresarial de **TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA**, e tem sede e domicílio na **Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jardim Riviera, Cambé-PR, CEP: 86.187-025**.

Parágrafo Único: A sociedade utilizará como título do estabelecimento (nome fantasia) a expressão **"TREVISA"**.

Cláusula 2ª – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS:

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo Único: a sociedade mantém as seguintes filiais e seus respectivos objetos sociais:

1) Filial 01 (hum): localizada à **Rodovia BR 376 KM 188, S/Nº, Lote A-10, Gleba do Ribeirão Sarandí, Marialva-PR, CEP 86.990-000, CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0002-04.**



TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41900767077, em 22/05/2002, cujo capital social destacado é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), com objeto social de **Comércio de Veículos Automotores Novos e Usados, Comércio de Peças, Equipamentos e Acessórios para Veículos Automotores, Comércio de Pneus, Comércio de Lubrificantes, Prestação de Serviços para Veículos Automotores, Assistência Técnica, Serviços de Treinamento e Assessoria para Soluções em Transporte Rodoviário, Consignação e Locação de Veículos, Comissionamento de Serviços Financeiros e Transporte de Cargas em Geral (Art. 997, II, CC/2002)**, que iniciou suas atividades em 1º de Junho de 2002, e seu prazo de duração é indeterminado.

2) Filial 02 (dois): localizada à Rua Netuno, 111, Bairro Dona Luiza, Ponta Grossa – PR, CEP 84.043-550, CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0003-95, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41901743309, em 17/07/2018, cujo capital social destacado é de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), com o objeto social de **Comércio de Veículos Automotores Novos e Usados, Comércio de Peças, Equipamentos e Acessórios para Veículos Automotores, Comércio de Pneus, Comércio de Lubrificantes, Prestação de Serviços para Veículos Automotores, Assistência Técnica, Serviços de Treinamento e Assessoria para Soluções em Transporte Rodoviário, Consignação e Locação de Veículos, Comissionamento de Serviços Financeiros e Transporte de Cargas em Geral (Art. 997, II, CC/2002)**, que iniciou suas atividades em 02 de Julho de 2018, e seu prazo de duração é indeterminado.

3) Filial 03 (três): localizada à Avenida Sebastião de Camargo Ribas, 2033, Sala 02, Bairro Bonsucesso, Guarapuava – PR, CEP 85.055-000, CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0004-76, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41901894609, em 08/02/2021, com o objeto social **Comércio de Veículos Automotores Novos e Usados, Comércio de Peças, Equipamentos e Acessórios para Veículos Automotores, Comércio de Pneus, Comércio de Lubrificantes, Prestação de Serviços para Veículos Automotores, Assistência Técnica, Serviços de Treinamento e Assessoria para Soluções em Transporte Rodoviário, Consignação e Locação de Veículos, Comissionamento de Serviços Financeiros e Transporte de Cargas em Geral (Art. 997, II, CC/2002)**, que iniciou suas atividades em 10 de Fevereiro de 2021 e seu prazo de duração é indeterminado.



TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

4) Filial 04 (quatro): localizada à **Avenida Brasil, 2172, Bairro São Cristóvão, Cascavel – PR, CEP 85.816-294, CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0005-57**, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41901902750, em 07/04/2021, com o objeto social **Comércio de Veículos Automotores Novos e Usados, Comércio de Peças, Equipamentos e Acessórios para Veículos Automotores, Comércio de Pneus, Comércio de Lubrificantes, Prestação de Serviços para Veículos Automotores, Assistência Técnica, Serviços de Treinamento e Assessoria para Soluções em Transporte Rodoviário, Consignação e Locação de Veículos, Comissionamento de Serviços Financeiros e Transporte de Cargas em Geral (Art. 997, II, CC/2002)**, que iniciou suas atividades em 12 de Abril de 2021 e seu prazo de duração é indeterminado.

5) Filial 05 (cinco): localizada à **Rodovia BR 280, 5065, Bairro Colégio Agrícola, Araquari – SC, CEP 89.245-000, CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0006-38**, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 42902054672, em 12/05/2021, com o objeto social **Comércio de Peças para Veículos Automotores, Comércio de Pneus, Importação de Peças e Pneus (Art. 997, II, CC/2002)**, que iniciou suas atividades em 10 de Maio de 2021 e seu prazo de duração é indeterminado.

6) Filial 06 (seis): localizada à **Rua Netuno, 111, Sala 01, Bairro Dona Luiza, Ponta Grossa – PR, CEP 84.043-550, CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0005-57**, com o objeto social **Comércio de Peças, Equipamentos e Acessórios para Veículos Automotores, Comércio de Pneus, Comércio de Lubrificantes, Prestação de Serviços para Veículos Automotores, Assistência Técnica (Art. 997, II, CC/2002)**, que iniciou suas atividades em 24 de Janeiro de 2022 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 3ª – OBJETO SOCIAL:

A sociedade tem por objeto o **COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS E USADOS, COMÉRCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COMÉRCIO DE PNEUS, COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES, IMPORTAÇÃO DE PEÇAS E PNEUS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES - ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SERVIÇOS DE TREINAMENTO E ASSESSORIA PARA SOLUÇÕES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO, CONSIGNAÇÃO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, COMISSIONAMENTO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E TRANSPORTE DE CARGAS EM GERAL (Art. 997, II, CC/2002).**

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 4ª – INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE:

A Sociedade iniciou suas atividades em 1º de Fevereiro de 2002 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5ª – CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 7.445.283,00 (sete milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e oitenta e três reais) dividido em 7.445.283 (sete milhões quatrocentas e quarenta e cinco mil e duzentas e oitenta e três) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

Sócios	Qte. Quotas	Valor em R\$	%
Honor Participações Ltda.	3.350.378	3.350.378,00	45
Sergio Romano Trevisol	3.350.378	3.350.378,00	45
Alexandre Faride Pereira	744.527	744.527,00	10
Total	7.445.283	7.445.283,00	100,00

Cláusula 6ª – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:

A Responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposto no Art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

Cláusula 7ª – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

As quotas de Capital Social são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretender ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito os demais sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

Cláusula 8ª: ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL:

A administração da sociedade caberá aos sócios **SERGIO ROMANO TREVISOL** e **ALEXANDRE FARIDE PEREIRA** atuando isoladamente, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade; representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial.

Ocupa o cargo de Diretor de Compliance o não sócio o Sr. Cristiano Mair Bonassi, representante da sócia Honor Participações Ltda., sem interferência na gestão administrativa da sociedade.

§ 1º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios, expressa em Ata de Reunião dos Sócios, conforme dispõe a Lei 10.406/2002.


§ 2º - Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

Cláusula 9ª – RETIRADA DE PRÓ-LABORE:

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 10ª – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS:

Ao término de cada exercício social, coincidente com o ano civil, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação



TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apuradas, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

§ 1º – A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de antecipação de lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o Art. 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

§ 2º – Os sócios decidem, de acordo com o Código Civil, facultar a distribuição de lucros acumulados e Juros de Capital Próprio de forma desproporcional e diferenciada a participação no capital social, consoante ao Art. 1.071 da Lei 10.406/2002, item IV, que será aprovada em reunião de sócios.

Cláusula 11ª – JULGAMENTO DAS CONTAS:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único – Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

Cláusula 12ª – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO:

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 13ª – EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA:

Ressalvado o disposto no Art. 1.030 da Lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios representam mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, por justa causa, mediante alteração do contrato social.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, com a presença de todos os sócios, ciente, o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Efetuado o registro da alteração contratual, o valor dos haveres do sócio excluído será apurado e liquidado da forma prevista na cláusula décima segunda deste contrato.

Cláusula 14ª – DIREITO DE RECESSO:

Em caso de modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra ou transformação, se não houver o consentimento de todos os sócios, o dissidente da decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à deliberação, aplicando-se nesse caso, o disposto no Art. 1.031 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula 15ª – CASOS OMISSOS:

Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima (Lei nº 6.404/76), conforme faculta o § único do Art. 1.053 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula 16ª – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ/MF 04.862.831/0001-23
NIRE 41204728511
VIGÉSIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 17ª – FORO:

Fica eleito o foro de Cambé – PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram, datam, e assinam o presente instrumento em uma única via, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cambé-PR, 23 de Abril de 2024.

HONOR PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 07.942.175/0001-67
Representante: Cristiano Mair Bonassi

SERGIO ROMANO TREVISOL
CPF: 184.387.179-34

ALEXANDRE FARIDE PEREIRA
CPF: 884.470.659-87
OAB/PR: 47.665



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
18438717934	SERGIO ROMANO TREVISOL
26370739855	CRISTIANO MAIR BONASSI
88447065987	ALEXANDRE FARIDE PEREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/04/2024 11:09 SOB Nº 20242857477.
PROTOCOLO: 242857477 DE 26/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12405934664. CNPJ DA SEDE: 04862831000123.
NIRE: 41204728511. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/04/2024.
TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.729.447-7

POLEGAR DIREITO

SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 5.729.447-7 DATA DE EXPEDIÇÃO: 18/06/2017

NOME: ALEXANDRE FARIDE PEREIRA

FILIAÇÃO: JESUINO JOSE PEREIRA
JOANA D'ARC FARIDE PEREIRA

NATURALIDADE: MARINGÁ/PR DATA DE NASCIMENTO: 08/07/1972

DOC. ORIGEM: COMARCA-MARINGÁ/PR, 2.º OFÍCIO
S. CAS=24186, EMRG=8715 FOLHA=292

CPF: 884.479.632-67

CERTIDÃO/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/03

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



6

6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 945.785-8

PC EDUAR DRETO

SIGNATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 945.785-8 DATA DE EXPEDIÇÃO: 18/02/93

NOME: SERGIO ROMANO TREVISOL

FILIAÇÃO: EUGENIO TREVISOL
FERA OLIVEIRA MENESOTTI TREVISOL

NATURALIDADE: CONCORDADO DATA DE NASCIMENTO: 08/01/1941

DOS OUTROS: COMARCADO BILTRACON DA BEM
C. 1245-1027, LIVRO 538, FOLHA 187

CPR: 154.387.178-38


CURTELAPR

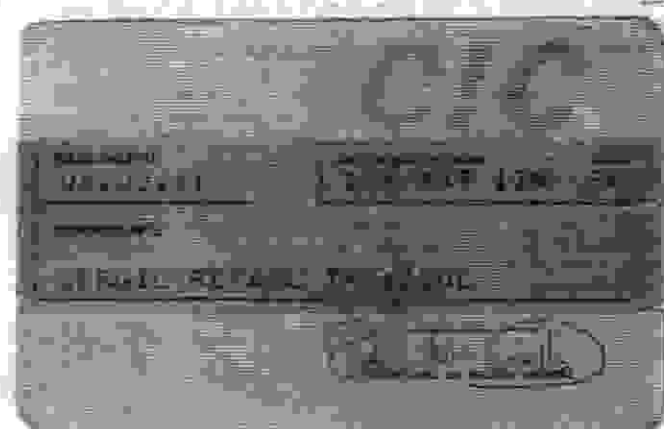
SIGNATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.218 DE 25.05.93

Vol
b

2

[illegible]



Vol
6

10



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL

Município de Nossa Senhora das Graças - Comarca de Santa Fé - Paraná

PAULO EDUARDO NAMI - Tabelião e Of. Registro Civil

Protocolo 128/2024

00027-P

046/049

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA A FAVOR DE DAIANE CRISTINA RODRIGUES GOMES, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, (11/04/2024), nesta Cidade de Nossa Senhora das Graças - Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná neste Serviço Notarial situado na Rua Arthur Bernardes, 07, Centro, cep.:86.680-000, e-mail: cart.gracas@gmail.com., perante mim Audrei Cristina de Andréa Moraes, Escrevente Substituta, compareceu, como Outorgante, **TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº **04.862.831/0001-23**, Inscrição Estadual nº 90250211-40, com sede à Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jardim Riviera em Cambé-PR, endereço eletrônico: elaine@grupotrevisa.com.br, neste ato representada nos termos do Contrato Social e Alterações, por seu sócio administrador **ALEXANDRE FARIDE PEREIRA**, brasileiro, maior e capaz, administrador de empresas, casado, conforme certidão de registro de casamento civil sob matrícula nº 080275.01.55.2010.2.00087.299.0024196-40, lavrado do 2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS DE MARINGÁ-PR, em 27/11/2010, nascido em 06/09/1972, natural de MARINGÁ/PR, filho de JESUÍNO JOSE PEREIRA e JOANA D ARC FARIDE PEREIRA, email: alexandre@trevisacaminhoes.com.br, Portador da CI RG nº **5729447-7/SESP/PR**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **01436843022/DETRAN/PR**, expedida em 16/08/2018, inscrito no CPF/MF sob nº **884.470.659-87**, residente e domiciliado à Avenida XV de Novembro, 300, APTO 1002, Zona 01, Maringá-PR; **TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA - FILIAL 01**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº **04.862.831/0002-04**, Inscrição Estadual nº 90264497-04, localizada à Rodovia BR 376, nº S/N, Km 188, Lote A-10, Gleba do Ribeirão Sarandi, Marialva-PR, CEP: 86.990-000, endereço eletrônico: elaine@grupotrevisa.com.br, neste ato representada nos termos do Contrato Social e Alterações, por seu sócio administrador **ALEXANDRE FARIDE PEREIRA**, já mencionado e qualificado; **TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA - FILIAL 02**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº **04.862.831/0003-95**, Inscrição Estadual nº 90786398-03, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 8008, sala 03, Bairro Colônia Dona Luíza, Ponta Grossa-PR, CEP: 84.043-540, endereço eletrônico: elaine@grupotrevisa.com.br, neste ato representada nos termos do Contrato Social e Alterações, por seu sócio administrador **ALEXANDRE FARIDE PEREIRA**, já mencionado e qualificado; **TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA - FILIAL 03**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº **04.862.831/0004-76**, Inscrição Estadual nº 90879488-51, localizada à Avenida Sebastião de Camargo Ribas, nº 2033, Sala 02, Bairro Bonsucesso, Guarapuava-PR, CEP: 85.055-000, endereço eletrônico: elaine@grupotrevisa.com.br, neste ato representada nos termos do Contrato Social e Alterações, por seu sócio administrador **ALEXANDRE FARIDE**

Página 1 Selo SFTM2IJtuNmKaz43vuD51400q Consulte em <https://selo.funarpen.com.br/Consultantiva> na Página 2

Município de Nossa Senhora das Graças - Comarca de Santa Fé - Paraná

Rua Arthur Bernardes, 7 - CEP 86.680-000

Fone/Fax: (44) 3312-1153 - email: cart.gracas@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL
Município de Nossa Senhora das Graças - Comarca de Santa Fé - Paraná
PAULO EDUARDO NAMI - Tabelião e Of. Registro Civil

110

Protocolo 128/2024

00027-P

046/049

PEREIRA, já mencionado e qualificado; **TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA - FILIAL 04**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0005-57, Inscrição Estadual nº 90887498-60, localizada à Avenida Brasil, nº 2172, Bairro São Cristóvão, Cascavel-PR, CEP: 85.816-294, endereço eletrônico: elaine@grupotrevisa.com.br, neste ato representada nos termos do Contrato Social e Alterações, por seu sócio administrador **ALEXANDRE FARIDE PEREIRA**, já mencionado e qualificado; **TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA - FILIAL 05**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0006-38, Inscrição Estadual nº 261073656, localizada à Rodovia BR 280, nº 5065, Galpão 11K, Bairro Colégio Agrícola, Araquari-SC, CEP: 89.245-000, endereço eletrônico: elaine@grupotrevisa.com.br, neste ato representada nos termos do Contrato Social e Alterações, por seu sócio administrador **ALEXANDRE FARIDE PEREIRA**, já mencionado e qualificado; **TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA - FILIAL 06**, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.862.831/0007-19, Inscrição Estadual nº 90926903-23, localizada à Rua Netuno, nº 111, Colonia Dona Luiza, Ponta Grossa-PR, CEP: 84.043-550, endereço eletrônico: elaine@grupotrevisa.com.br, neste ato representada nos termos do Contrato Social e Alterações, por seu sócio administrador **ALEXANDRE FARIDE PEREIRA**, já mencionado e qualificado; reconhecida como a própria por mim Audrei Cristina de Andréa Moraes, **ESCREVENTE SUBSTITUTA**, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela Outorgante, me foi dito que nomeia e constitui sua bastante procuradora: **DAIANE CRISTINA RODRIGUES GOMES**, brasileira, maior e capaz, solteira, vendedora, nascida em 09/04/1986, natural de Maringá-PR, filha de **VICENTE RODRIGUES GOMES** e **MARINA GOMES**, Portadora da CI RG nº 9856974-0/SESP/PR, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 05078174129/DETRAN/PR, expedida em 17/07/2020, inscrita no CPF/MF sob nº 059.912.279-00, residente e domiciliada à Rua Caviúna, nº 244, Parque Palmeiras, na cidade de Maringá-PR, CEP: 87.023-680, email: licitacao@grupotrevisa.com.br; por meio do presente instrumento "à qua" confero: poderes para representar junto aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta em geral, para participar de qualquer processo licitatório nas modalidades previstas nas **Leis 8.666/93 e as alterações e artigos, bem como a Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021**, à qual estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conferindo-lhes poderes especiais para assinar requerimentos, declarações de atas, termos de compromissos, termos de responsabilidades, contratos, propostas de preços, recorrer administrativamente de resultados ou renunciar a este direito, impugnar editais e recursos, receber intimações, negociar preços diretamente com o pregoeiro, receber e dar plena quitação, formular ofertas e lances de preços, assinar a sua carta de credenciamento, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame para o completo desempenho do presente instrumento. **DA POSSIBILIDADE DE SUBSTABELECIMENTO:** O procurador acima qualificado poderá substabelecer o presente no todo ou em parte com ou sem reservas de poderes. **PRAZO DE VALIDADE: O presente instrumento terá validade de cinco (5) anos.**

Página 2 Selo SFTN2I7tuNmXaz43vu051400q Consulte em <https://selo.funarpen.com.br/ConsultarInua.na> Página 3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL
 Município de Nossa Senhora das Graças – Comarca de Santa Fé – Paraná
PAULO EDUARDO NAMI - Tabelião e Of. Registro Civil

Protocolo 128/2024

00027-P

046/049

contar da data da lavratura. FUNREJUS-GUIA nº.14000000010315007-8 - valor de R\$.31,46 - quitado em data de 11/04/2024. **DAS DECLARAÇÕES:** A outorgante declaram através de seu representante: a) Que assume toda responsabilidade civil e criminal pelos documentos apresentados bem como pela veracidade das declarações aqui prestadas, ciente de que qualquer declaração falsa importa nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro de odo a isentar esta Serventia de qualquer responsabilidade disso decorrente; b) Que conferiu e corrigiu os poderes, qualificação do mandatário, objeto, prazo, possibilidade ou vedação de substabelecimento e todas as demais cláusulas principais e adjacentes, estando tudo em conformidade com a sua solicitação, responsabilizando-se por qualquer equívoco, tendo sido alertada de que não serão corrigidos erros materiais neste ato, decorrentes de declaração da mesma; c) Declara-se totalmente ciente de que, caso ocorra qualquer eventual erro material por parte da serventia quando da elaboração da presente procuração ou ocorrendo erro material e/ou falha na prestação documental por parte dos contratantes, estarão obrigadas a assinar Escritura Pública de Retificação e Ratificação necessária à regularização do ato lavrado, sendo que no primeiro caso as despesas correrão por conta da serventia, enquanto no segundo caso as despesas decorrentes do novo ato correrão por conta das partes contratantes, autorizando ainda, de plena e total ciência que: na ocorrência de erro material por parte da serventia, as partes, sob justificativa prévia, da total liberdade a esta para lavrar Escritura Declaratória, assinando-a, para que o erro apontado seja corrigido, mantendo inalterada a essência do documento originário e o fim ao qual se destinou; d) Conforme Artigo 14, Provimento nº 39/2014, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, foi consultada a base de dados, a qual verificou não constar, ocorrência referente aos outorgantes; e) Declaram expressamente, sob responsabilidade civil e criminal, que mesmo não residindo nesta cidade, comparecem à esta serventia em pleno gozo de suas faculdades mentais, para assinar o presente; f) As partes tem ciência de que o prazo para assinatura do presente ato, está condicionada ao que dispõe o Artigo 675, e parágrafos seguintes, do Código de Normas da Egrégia Corregedoria do Estado do Paraná; g) Que o presente documento foi lavrado atendendo os requisitos do Provimento 88/2019, visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei nº 9.613 de 03/03/1998, e do financiamento de terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16/03/2016; h) Que conforme Artigo 9º, par. 6º do Provimento 88/2019, as partes declaram sob responsabilidade civil e criminal, não serem pessoas expostas politicamente, isentando esta serventia bem como o registro imobiliário competente de quaisquer cominações.

CERTIFICA O TABELIÃO: a) Que o procurador mandatário ao utilizar este instrumento deverá se pautar em postulados de probidade, correção e boa-fé, sendo que o mesmo responderá por eventuais faltas ou excessos cometidos na forma prevista no Código Civil Brasileiro. Fica desde já estabelecido pela outorgante, que o Outorgado está obrigado a prestar contas do referido mandato. Finalmente a outorgante que foram alertados pelo Agente Delegado, sobre as consequências da responsabilidade civil e penal, que aqui assumiram, por todos os documentos apresentados e declarações prestadas. Procuração lavrada com base no Contrato Social e Alterações em especial a Cláusula 8ª e parágrafos da 23ª Alteração Contratual. Pela Outorgante, me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se

Página 3 Selo SFTN2I7tUuNmXaz43vu051400q Consulte em <https://selo.funarpen.com.br/Consultantinha> na Página 4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL
 Município de Nossa Senhora das Graças - Comarca de Santa Fé - Paraná
PAULO EDUARDO NAMI - Tabelião e Of. Registro Civil

Protocolo 128/2024

00027-P

046/049

acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens relativo ao CNPJ 04.862.831/0001-23, HASH Nº 9812.e4c4.2785.54a4.d876.ea22.d417.60bb.9ae9.9897; CPF 884.470.659-87, HASH Nº 5543.6eff.2535.c274.8a15.dd4d.e6fe.bcf7.2d82.13e9, Ato devidamente protocolado sob nº 128/2024. Eu, (a.), Andrei Cristina de Andréa Moraes, ESCRIVENTE SUBSTITUTA, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos: R\$106,53(VRC 384,62), Funrejus: R\$26,63, Selo: R\$16,00, Outorgante/Outorgado Adicional: Não incide, FUNDEP: R\$5,33, ISSQN: R\$5,33. Total: R\$159,82. Nossa Senhora das Graças-PR, 11 de abril de 2024. (aa.) TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA, ALEXANDRE FARIDE PEREIRA, Representante da Outorgante. Andrei Cristina de Andréa Moraes, ESCRIVENTE SUBSTITUTA. Ato devidamente protocolado sob nº 128/2024, nesta data. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, u u Andrei Cristina de Andréa Moraes, ESCRIVENTE SUBSTITUTA, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Teste da Verdade

Nossa Senhora das Graças-PR, 11 de abril de 2024

u u
Andrei Cristina de Andréa Moraes
ESCRIVENTE SUBSTITUTA

FUNARPEN



SELO DE FISCALIZAÇÃO
 SFTN2.IJtUN.mXaz4
 3vuD5.1400q
<https://selo.funarpen.com.br>



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

Ao
MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO

Referência: Pregão Eletrônico n.º 15/2024

O Signatário da presente Alexandre Faride Pereira, Carteira de Identidade n.º 5.729.447-7 SSP-PR, representante legal, em nome da Empresa TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA, CNPJ/MF 04.862.831/0002-04, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau
 - 6.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que ele estipular;

DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES-05991227
900
Assinado eletronicamente
por: DAIANE CRISTINA
RODRIGUES
GOMES-05991227
Data: 2024.06.17
10:04:12 -03:00

9) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível.

10) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).

11) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada, quando cabível.

12) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

Marialva 21 de Maio de 2024.

DAIANE CRISTINA
RODRIGUES
GOMES:05991227900

Assinado de forma digital por
DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES:05991227900
Data: 2024.05.17 16:04:26
+03'00'

TREVIS SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
ALEXANDRE FARIDE PEREIRA
CPF: 884.470.659-87 RG: 5.729.447-7 SSP-PR
Cargo: Sócio Administrador
P/P: Daiane Cristina Rodrigues Gomes
CPF: 059.912.279-00 RG: 9.856.974-0
Cargo: Vendas A Governo

DECLARAÇÃO

Ref. : Edital de Pregão nº 015/2024

O signatário da presente, o senhor Alexandre Faride Pereira, representante legalmente constituído da proponente TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA, declara que, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos e ainda pleno conhecimento e atendimento aos critérios legais e constitucionais e às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

Marialva, 21 de Maio de 2024.

DAIANE CRISTINA
RODRIGUES
GOMES:0599122790
0

Assinado de forma digital por:
DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES:05991227900
Data: 2024.05.20 14:06:07
+02'00'

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
ALEXANDRE FARIDE PEREIRA
CPF: 884.470.659-87 RG: 5.729.447-7 SSP-PR
Cargo: Sócio Administrador
P/P: Daiane Cristina Rodrigues Gomes
CPF: 059.912.279-00 RG: 9.856.974-0
Cargo: Vendas A Governo

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO

Ref. : Edital de Pregão nº 015/2024

O signatário da presente, o senhor Alexandre Faride Pereira, representante legalmente constituído da proponente TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA, declara que, se vencedora do presente certame, realizará a entrega técnica e treinamento sem ônus adicional ao contratante e a instrução de no mínimo a quantidade de operadores determinada pela secretaria solicitante, pelo período de horas necessárias, em data a ser designada pelo contratante.

Marialva, 21 de Maio de 2024.

DAIANE CRISTINA
RODRIGUES
GOMES:05991227900

Assinado de forma digital por
DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES:05991227900
Data: 2024.05.20 15:07:44
+03'00'

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
ALEXANDRE FARIDE PEREIRA
CPF: 884.470.659-87 RG: 5.729.447-7 SSP-PR
Cargo: Sócio Administrador
P/P: Daiane Cristina Rodrigues Gomes
CPF: 059.912.279-00 RG: 9.856.974-0
Cargo: Vendas A Governo

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.862.831/0002-04 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/05/2002
NOME EMPRESARIAL TREVISAS SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TREVISAS	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.12-9-02 - Comércio sob consignação de veículos automotores 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores 45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 64.99-9-99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD BR 376, KM 188, LOTE A-10	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
CEP 86.990-000	BAIRRO/DISTRITO GLEBA DO RIBEIRAO SARANDI	MUNICÍPIO MARIALVA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ELAINE@TREVISACAMINHOS.COM.BR		UF PR
TELEFONE (44) 3125-2044/ (44) 3125-2020		
ENTE FEDERATIVO/RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/11/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 24/04/2024 às 14:19:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ**



Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90264497-04	04.862.831/0002-04	09/2002

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA
Título do Estabelecimento	TREVISIA
Endereço do Estabelecimento	ROD BR 376, KM 188, LOTE A-10, SN - GB RIBEIRÃO SARANDI - CEP 86990-000 FONE: (44) 3125-2044
Município de Instalação	MARIALVA - PR, DESDE 08/2010

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4511-1/01 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS
	4511-1/02 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS
	4512-9/02 - COMERCIO SOB CONSIGNACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES
	4530-7/01 - COMERCIO POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
	4530-7/02 - COMERCIO POR ATACADO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AIR
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
	4530-7/05 - COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AIR
	4681-8/05 - COMERCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES
	4732-6/00 - COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES
	4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

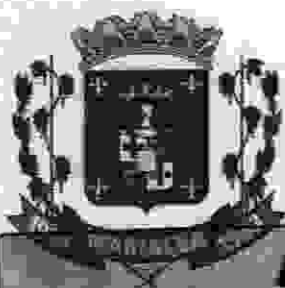
Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	184.387.179-34	SERGIO ROMANO TREVISOL	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	884.470.659-87	ALEXANDRE FARIDE PEREIRA	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CNPJ	07.942.175/0001-67	HONOR PARTICIPACOES LTDA	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 24/05/2024.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA****ESTADO DO PARANÁ****ALVARÁ DE LICENÇA Nº 7140**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Marialva, CONCEDE ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM DISCRIMINAÇÃO ABAIXO:

Cadastro Municipal
7140**RAZÃO SOCIAL****TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA****NOME FANTASIA****TREVISIA****HORÁRIO ESPECIAL
CONVERSÃO****ENDEREÇO: ROD BR 376, SN CEP.: 86990-000****BAIRRO: LOTES E CHACARAS COMPLEMENTO: KM 188, LOTE A-10****CNPJ/CPF:**

04.862.831/0002-04

INSC. ESTADUAL

9026449704

EXERCÍCIO

2024

PROTOCOLO

1374 / 2010

CNAE

4511101 - COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS

4511102 - COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS USADOS

4512902 - COMÉRCIO SOB CONSIGNAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

4520001 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

4520002 - SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

4520003 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

4520004 - SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

4520005 - SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

4530702 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR

4530703 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

4530705 - COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR

4661805 - COMÉRCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES

4732600 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES

4930202 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL

6499999 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

7020400 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA

7711000 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000**www.marialva.pr.gov.br****(44) 3232-8383****CNPJ - 76.282.680/0001-45**



GOVERNO MUNICIPAL DE MARIALVA

ESTADO DO PARANÁ

REGIME FISCAL
LUCRO REAL

INÍCIO
22/05/2002

- 1 - A presente licença está sujeita a fiscalização de atividades anualmente.
- 2 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudança de endereço, razão social, ramo de atividade, etc., o contribuinte será obrigado a comunicar a prefeitura imediatamente.
- 3 - EVITE: multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco municipal.

OBSERVAÇÃO CADASTRAL:

VALIDADE ATÉ: 16/11/24

PREFEITURA DE MARIALVA, 29 de abril de 2024

MANTER FIXADO EM LOCAL VISÍVEL
Certidão de Regularidade para o Exercício

**** EMITIDO VIA ALVARÁ ONLINE ****

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE Nº E4731151332129D16AB839E5A831E1AC

Paço Municipal: Rua Santa Efigênia, 680 - Caixa Postal 156 - CEP 86990-000



www.marialva.pr.gov.br



(44) 3232-8303

CNPJ - 76.282.680/0001-45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 04.862.831/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:41:51 do dia 21/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/09/2024.

Código de controle da certidão: **7326.A368.5BA2.D4A0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033456197-03

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.862.831/0002-04**
Nome: **TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 04/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
RUA SANTA EFIGÊNIA, 680 - CEP 86990-000

CERTIDÃO NEGATIVA 4307 / 2024**Informações da Certidão:**

Data Emissão: 24/04/2024

Código da Autenticação: 824A8.AADF4.528530F8BFA89B5175D9E9

Data de Vencimento: 24/05/2024

Protocolo: /

Informações do Requerente:

CNPJ/CPF: 04.862.831/0002-04

Requerente: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

Finalidade: Licitação

Identificação do Contribuinte

Código / Nome: 17053 - TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

CPF/CNPJ: 04.862.831/0002-04

Endereço: R. ROD BR 376, S/N, GLEBA DO RIBEIRAO SARANDI Marialva-PR CEP: 86990000 KM 188,

Complemento: KM 188, LOTE A-10

CERTIFICAMOS que o contribuinte acima citado encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal não constando pendências até a presente data em nome do mesmo, relativas aos tributos de competência municipal.

RESSALVADO o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas. Esta certidão não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX do artigo 149 da Lei Federal Nº 5172/1966 - Código Tributário Nacional.

Esta certidão emitida é válida em todo território nacional, refere-se exclusivamente aos débitos relativos aos tributos municipais, inclusive às inscrições em Dívida Ativa, não abrangendo os demais tributos Federal e Estadual, com as finalidades previstas na Lei nº. 8.212, de 24 de junho de 1991, e alterações exceto para:

- Averbação de obra e construção civil no Registro de Imóveis;
- Redução do capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresarial ou simples;
- Baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresarial ou simples, inclusive de cisão total, fusão ou incorporação

Marialva - PR, 24 de abril de 2024

Atenção: Esta Certidão foi emitida via Internet, e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima, acesse <http://www.marialva.pr.gov.br>, Tributos Web, clique na opção (CERTIDÕES) e posterior selecionado a Opção (AUTENTICAR DOCUMENTOS).



PREFEITURA DE MARIALVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTOS
 R. SANTA EFIGÊNIA, 680 - CENTRO, MARIALVA - PR, 86990-000

Certidão Negativa de Débitos Nº 4308 / 2024
Mobiliário

Informações da Certidão:

Data de Emissão: 24/04/2024 Processo: /
 Data de Vencimento: 24/05/2024
 Código de Autenticação: 0ADE6.6A48E.B09B59FB71558EE3EE8811

Informações do Requerente:

CNPJ/CPF Requerente: 04.862.831/0002-04
 Requerente: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
 Finalidade da Certidão: Licitação

Empresa / Prestador:

Pessoa: 13172 CPF / CNPJ: 04.862.831/0002-04
 Nome: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
 Endereço: ROD BR 376, KM 188
 Bairro: GLEBA DO RIBEIRAO SARANDI CEP: 86.990.000,00 Cidade: Marialva - PR
 Situação Cadastral: Normal Atividade Principal: COM. DE VEICULOS
 Cadastro: 2 - 7140
 Endereço: ROD BR 376, SN - LOTES E CHACARAS - Marialva - PR CEP: 86990-000

CERTIFICAMOS que o contribuinte acima citado encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal não constando pendências até a presente data em nome do mesmo, relativas aos tributos de competência municipal.

RESSALVADO o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas. Esta certidão não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX do artigo 149 da Lei Federal Nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional. Esta certidão emitida é válida em todo território nacional, refere-se exclusivamente aos débitos relativos ao tributos municipais, inclusive às inscrições em Dívida Ativa, não abrangendo os demais tributos Federal e Estadual, com as finalidades previstas na Lei nº. 8.212, de 24 de junho de 1991, e alterações exceto para: -averbação de obra e construção civil no Registro de Imóveis; -redução do capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresarial ou simples; -baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresarial ou simples, inclusive de cisão total, fusão ou incorporação.

Validade: 30 Dia(s)

Marialva - PR, 24 de abril de 2024

Atenção: Esta Certidão foi emitida via Internet, e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima, acesse <https://www.marialva.pr.gov.br/>, Tributos Web, clique na opção (CERTIDÕES) e posterior selecionado a opção (AUTENTICAR DOCUMENTOS).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.862.831/0002-04

Certidão nº: 19416734/2024

Expedição: 21/03/2024, às 10:43:27

Validade: 17/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.862.831/0002-04**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 04.862.831/0002-04
Razão Social: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
Endereço: ROD BR 376 KM 188 LOTE A-10 S/N PREDIO / ZONA RURAL / MARIALVA / PR / 86990-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/04/2024 a 24/05/2024

Certificação Número: 2024042506123736196196

Informação obtida em 15/05/2024 11:10:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
TELEFONE (44) 3232-1535
EMAIL: distribuidor_mva@hotmail.com
MARIALVA - PARANÁ

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Praça Orlando Bornia 187, Edifício Fórum. - Centro
Marialva/PR - 86990-000

TITULAR
REGINA CELIA MAROCO
JURAMENTADO
JESSIKA FERREIRA DA SILVA STUBS

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL referente à FALÊNCIA E CONCORDATA, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra: contra:

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

CNPJ 04.862.831/0002-04, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

Marialva/PR, 21 de Março de 2024

Jessika Ferreira da Silva
Stubs:07663664990

Assinado de forma digital por Jessika
Ferreira da Silva Stubs:07663664990
Dados: 2024.03.21 12:32:45 -03'00'



Certificação

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
41204728511	04.862.831/0001-23	
NOME EMPRESARIAL		
TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diário	37
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
06.2F.BA.1D.83.7C.B9.19.AC.09.AE.A4.67.66.C8.3C.54.C7.8D.69	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	00587061944	ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA FERREIRA:00587061944	824043429894974369 799277571042785537 73	27/01/2020 a 26/01/2023	Não
Diretor	88447065987	ALEXANDRE FARIDE PEREIRA:88447065987	422047527405334164 796079529426711025 44	30/10/2019 a 29/10/2022	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

06.2F.BA.1D.83.7C.B9.19.AC.09.AE.A4
.67.66.C8.3C.54.C7.8D.69-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/03/2022 às 14:12:43

DF.2B.CB.F5.78.1E.F7.0D
7E.3D.5C.51.41.6E.BA.6D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 04.862.831/0001-23
 Número de Ordem do Livro: 37
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial: TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA
 NIRE: 41204728511
 CNPJ: 04.862.831/0001-23
 Número de Ordem: 37
 Natureza do Livro: Livro Diário
 Município: CAMBE
 Data do arquivamento dos atos constitutivos: 24/01/2002
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária:
 Data de encerramento do exercício social: 31/12/2021
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 477286

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial: TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA
 Natureza do Livro: Livro Diário
 Número de ordem: 37
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 477286
 Data de início: 01/01/2021
 Data de término: 31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 06.2F.BA.1D.83.7C.B9.19.AC.09.AE.A4.67.66.C8.3C.54.C7.8D.69-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: TRÉVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

GNPJ: 04.862.831/0001-23

Número de Ordem do Livro: 37

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021.

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 31.724.818,16	R\$ 40.053.516,27
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 26.836.518,97	R\$ 32.577.998,81
CAIXA		R\$ 22.402,35	R\$ 40.914,65
BANCOS		R\$ 2.451.121,47	R\$ 10.825,54
CREDITOS		R\$ 7.130.722,32	R\$ 9.959.512,91
ESTOQUES		R\$ 10.020.678,99	R\$ 13.659.682,31
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 510.938,31	R\$ 229.956,95
OUTROS VALORES		R\$ 6.700.855,53	R\$ 8.677.106,45
ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 4.888.299,19	R\$ 7.475.517,46
PERMANENTE		R\$ 4.888.299,19	R\$ 7.475.517,46
IMOBILIZADO		R\$ 9.356.579,90	R\$ 12.613.535,11
(-) DEPRECIACAO IMOBILIZADO		R\$ (4.468.280,71)	R\$ (5.138.017,65)
PASSIVO		R\$ 31.724.818,16	R\$ 40.053.516,27
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 12.820.878,46	R\$ 17.017.210,88
FORNECEDORES		R\$ 12.327.410,63	R\$ 15.918.315,79
OBRIGACOES TRIB E FISCAIS		R\$ 70.610,49	R\$ 134.646,13
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS		R\$ 422.200,07	R\$ 531.237,36
OUTROS VALORES		R\$ 657,27	R\$ 433.011,60
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 18.903.939,70	R\$ 23.036.305,39
CREDITOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 10.630.891,00	R\$ 14.448.158,55
CREDITOS.PESSOAS LIGADAS		R\$ 5.577.336,51	R\$ 5.102.937,47
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS L.P.		R\$ 0,00	R\$ 4.291.666,59
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R\$ 5.053.554,49	R\$ 5.053.554,49
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 8.273.048,70	R\$ 8.588.146,84
CAPITAL SOCIAL		R\$ 7.445.283,00	R\$ 7.445.283,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 8.025.885,89	R\$ 6.985.613,46
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS		R\$ (5.198.120,19)	R\$ (5.842.749,62)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 06.2F.BA.1D.83.7C.B9.19.AC.09.AE.A4.67.66.C8.3C.54.C7.8D.69-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 04.862.831/0001-23

Número de Ordem do Livro: 37

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 1.115.686,22	R\$ 959.727,57
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 42.388.610,69	R\$ 55.560.578,57
RECEITA MERCADORIAS		R\$ 41.870.636,75	R\$ 53.065.713,11
RECEITA SERVIÇOS		R\$ 2.902.072,76	R\$ 2.946.510,67
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R\$ (2.550.327,52)	R\$ (1.614.961,38)
OUTRAS RECEITAS		R\$ 166.228,70	R\$ 1.163.316,17
(-) CUSTOS MERCADORIAS E SERVIÇOS		R\$ (33.279.552,77)	R\$ (42.242.103,23)
(-) CUSTOS MERCADORIAS		R\$ (31.351.409,38)	R\$ (40.176.284,90)
(-) CUSTOS SERVIÇOS		R\$ (1.928.143,39)	R\$ (2.065.818,33)
(-) DESPESAS TOTAIS		R\$ (8.446.460,94)	R\$ (12.026.888,28)
(-) DESPESAS PESSOAL		R\$ (3.661.818,84)	R\$ (4.215.319,04)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (5.783.028,41)	R\$ (7.673.752,43)
(-) ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		R\$ 998.386,31	R\$ (137.816,81)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 1.610.732,72	R\$ 607.968,23
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (612.346,41)	R\$ (745.785,04)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		R\$ 992.812,43	R\$ 126.182,00
VENDA IMOBILIZADO		R\$ 3.199.545,76	R\$ 1.726.990,00
(-) CUSTO VENDA IMOBILIZADO		R\$ (2.206.733,33)	R\$ (1.600.808,00)
(-) PROVISÕES		R\$ (539.723,19)	R\$ (458.041,49)
(-) PROVISÃO IRPJ		R\$ (390.502,35)	R\$ (330.442,27)
(-) PROVISÃO CSLL		R\$ (149.220,84)	R\$ (127.599,22)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 06.2F.BA.1D.85.7C.B9.19.AC.09.AE.A4.67.66.C8.3C.54.C7.8D.69-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade:

TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA

Período da Escrituração:

01/01/2021 a 31/12/2021

CNP 04.862.831/0001-23

Número de Ordem do Livro: 37

Período Selecionado:

01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

	IMMUTUO	CAPITAL SOCIAL (R\$)	Cálculo de Aquisição das quotas de Patrimônio Líquido Lúculos ou Prejuízos Acumulados (R\$)	DISTRIBUIÇÃO DE LÚCROS (R\$)	Total (R\$)
Saldo Inicial em 01.01.2021		7.445.283,00	6.026.885,89	(-15.198.120,19)	8.273.048,70
SALDO INICIAL		7.445.283,00	6.026.885,89	(-15.198.120,19)	8.273.048,70
Lucro líquido do exercício			959.727,57		959.727,57
Distribuição de lucros				(-1544.629,43)	(-1544.629,43)
SALDO FINAL		7.445.283,00	6.986.613,46	(-15.842.749,62)	8.588.146,84
Saldo Final em 31.12.2021		7.445.283,00	6.986.613,46	(-15.842.749,62)	8.588.146,84
Notas					

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número

06.2F.BA.1D.83.7C.B9.19.AC.09.AE.A4.67.66.C8.3C.54.C7.8D.69-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial	TREVISA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA		
CNPJ	04.862.831/0001-23	Nire	41284728511
Período da Escrituração	01/01/2021 a 31/12/2021		
Forma de Escrituração Contábil	Livro Diário		
Natureza do Livro	Livro Diário		
Identificação do arquivo(hash)	08.2F.BA.1D.83.7C.B9.19.AC.09.AE.A4.67.66.C8.3C.64.C7.6D.69		

Consulta Realizada em: 23/03/2022 11:14:13

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 3º-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.3º-A da Lei nº 8.934/1994).

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA

Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jarifim Riviera - Cambé - Paraná
 CNPJ 04.862.831/0001-23 NIRE 41.2.0472851-1

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto - 2021

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro/Prejuízo do Exercício	959.727,57
Ajustes de Exercícios Anteriores	-
(=) Subtotal	959.727,57
Aumento/Redução de Ativos	(8.163.263,47)
Aumento/Redução nas contas a receber de clientes	(2.718.996,78)
Aumento/Redução nas contas de adiantamentos	(1.966.786,01)
Aumento/Redução em outros créditos	(109.793,81)
Aumento/Redução nos estoques	(3.639.003,32)
Aumento/Redução nos impostos a recuperar	280.981,36
Aumento/Redução nos despesas antecipadas	(9.664,91)
Aumento/Redução de Passivos	4.108.332,42
Aumento/Redução em fornecedores	2.719.452,59
Aumento/Redução nos impostos e obrigações sociais	1.463.716,67
Aumento/Redução nas demais obrigações circulantes	13.161,16
(=) Caixa gerado nas atividades operacionais	(3.007.203,48)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aumento/Redução em demais títulos e créditos de longo prazo	-
Compra de ativo imobilizado	(4.446.528,85)
Recebimento pela venda de bens do ativo imobilizado	1.859.310,58
Investimento em imóveis não destinados ao uso	-
Investimento em Direito de Concessão	-
(=) Caixa gerado nas atividades de investimento	(2.587.218,27)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento/Redução nos empréstimos e financiamentos	-
Aumento/Redução em demais títulos e créditos de longo prazo	3.817.267,55
Recebimento emissão de ações ou quotas	-
Distribuição de Lucros	(644.629,41)
Integralização de Capital	-
(=) Caixa gerado nas atividades de financiamento	3.172.638,12
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.421.783,63)
(+) Caixa/equivalente de caixa no início do período	2.473.523,82
(=) Caixa/equivalente de caixa no fim do período	51.740,19

CAMBÉ-PR, 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ALEXANDRE FARIDE
 PEREIRA:884470659

87

ALEXANDRE FARIDE PEREIRA
 Sócio Administrador
 CPF: 884.470.659-87

Assinado de forma digital
 por ALEXANDRE FARIDE
 PEREIRA:88447065987
 Dados: 2022.10.19 07:42:32
 +02'00'

ELAINE MARIA DE MORAES
 SANTANA
 FERREIRA:00587061944

Assinado de forma digital por ELAINE
 MARIA DE MORAES SANTANA,
 FERREIRA:00587061944
 Dados: 2022.10.19 16:58:08 -02'00'

ELAINE MARIA M. S. FERREIRA
 Contadora CRC-PR 056903/O-2
 CPF: 005.870.619-44

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA

Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jardim Riviera - Cambé - Paraná
CNPJ 04.862.831/0001-23 - NIRE 41 2 0472851-1

Notas Explicativas - 2021**Nota 01 - Contexto Operacional**

Trevisia Soluções para Transporte Ltda, sociedade empresária limitada, tem por objeto social o Comércio de Veículos Automotores Novos e Usados, Peças, Equipamentos e Acessórios para Veículos, Prestação de Serviços, com sede estabelecida na Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jardim Riviera, Cambé-PR, inscrita no CNPJ nº 04.862.831/0001-23, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Paraná em 24 de Janeiro de 2002 sob NIRE 41 2 0472851-1.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos critérios contábeis da Lei das S/A, com a nova redação dada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.341/09 (arts. 37 e 38), atendem plenamente os Pronunciamentos Técnicos CPC (CPC 26 Item 16). A Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos foi substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto. As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Nota 03 - Principais critérios contábeis adotados

Na elaboração das Demonstrações Contábeis adotamos os seguintes procedimentos adotados:

- a) **Ativos e Passivos Circulantes:** Os Ativos e Passivos realizáveis e exigíveis em 360 dias, estão demonstrados como circulantes.
b) **Investimentos:** Estão demonstrados pelo valor de aquisição.
c) **Imobilizado:** Estão demonstrados pelo valor de aquisição e deduzido das depreciações acumuladas calculadas pelo método linear e taxas adotadas pela legislação fiscal, sendo:
- | | |
|-----------------------------|-----|
| - Veículos | 20% |
| - Equipamentos Informáticos | 20% |
| - Máquinas e Equipamentos | 10% |
| - Móveis e Utensílios | 10% |
| - Instalações | 4% |

Nota 04 - Estoques

Os estoques de mercadorias e materiais auxiliares foram avaliados, respectivamente, pelo custo médio de aquisição, os quais não superam o valor de mercado.

Nota 05 - Outros Valores - Circulantes

Referem-se aos seguintes valores:

- Adiantamento à Empregados	59.951,37
- Adiantamento à Fornecedores	8.559.309,67
- Despesas Antecipadas	50.066,91
- Outros créditos	7.178,50

Nota 06 - Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo**Nota 07 - Passivo Não Circulante - Exigível a Longo Prazo**

Referem-se ao seguinte valor:

- Contratos de Futuro	3.103.937,47
- Direitos de Concessão a Pagar	5.053.554,49
- Empréstimos e financiamentos	4.291.666,59

Nota 08 - Capital Social

O Capital Social pertence em sua totalidade a quotas domiciliadas no País, composto de 7.445.283 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, distribuído da seguinte forma:

Quotista	%	Valor (R\$)	Prazo
Minor Participações Ltda	45,00%	3.350.378,00	Indeterminado
Sérgio Romano Trevisol	45,00%	3.350.378,00	Indeterminado
Alexandre Faride Pereira	10,00%	744.527,00	Indeterminado
Total	100,00%	7.445.283,00	

Nota 09 - Administração

A administração da sociedade é exercida pelos sócios-administradores **Sérgio Romano Trevisol** e **Alexandre Faride Pereira**, atuando isoladamente, com amplos poderes para o desempenho de suas funções.

Nota 10 - Indicadores

	31/12/2021	31/12/2020	
Liquidez			
Liquidez Corrente	1,91	2,09	0,00
Liquidez Geral	1,04	1,14	0,00
Estrutura			
Grau de Endividamento	78,58%	73,92%	0,00%
Garantia do Capital Próprio ao de Terceiro	27,29%	35,28%	0,00%
Imobilização do Patrimônio Líquido	87,04%	59,09%	0,00%
Imobilização dos Recursos não Circulantes	37,45%	25,86%	0,00%
Retorno			
Retorno do Ativo	2,40%	3,52%	0,00%
Retorno do Patrimônio Líquido	11,18%	13,49%	0,00%
Margem Bruta	23,29%	20,27%	0,00%
Margem Operacional	2,32%	1,56%	0,00%
Margem Líquida	1,68%	2,63%	0,00%
Giro do Ativo	1,39	1,34	0,00
Índice de Insolvência Geral	1,27	1,35	0,00
Atividade			
Capital Circulante Líquido	14.560.787,93	14.015.640,51	0,00

ALEXANDRE FARIDE
PEREIRA-0844706598

7

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE FARIDE
PEREIRA-0844706598
Data: 2022.10.14 10:13:02-0200

ELAINE MARIA DE MORAES
SANTANA
FERREIRA-00587061944

Assinado de forma digital por ELAINE
MARIA DE MORAES SANTANA
FERREIRA-00587061944
Data: 2022.10.14 17:01:38-0200

Balanço 2021

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
1,04

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
1,27

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
1,91

Fonte: sped contábil

Ponta GROSSA, 29 DE FEVEREIRO DE 2024
ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA
FERREIRA:00587061944
Assinado de forma digital por ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA FERREIRA/00587061944
Dados: 2024.02.29 15:17:30 -03'00'

ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA
CPF: 005.870.619-44
CONTADORA CRC:
ALEXANDRE FARIDE PEREIRA:88447065987
Assinado de forma digital por ALEXANDRE FARIDE PEREIRA/88447065987
Dados: 2024.02.29 15:17:30 -03'00'

TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 04.862.831/0003-95
ALEXANDRE FARIDE PEREIRA
CPF: 884.470.659-87 RG: 5.729.447-7 SSP-PR
Cargo: Sócio Administrador



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41204728511	CNPJ 04.862.831/0001-23	
NOME EMPRESARIAL TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LT		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/11/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 39
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 12.65.14.E3.8E.49.72.B3.60.16.64.99.43.61.F2.94.C1.4E.38.17	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPE/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Outros	88447065987	ALEXANDRE FARIDE PEREIRA:88447065987	789372275164518627 6	17/05/2023 a 16/05/2024	Sim
Contador	00587061944	ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA FERREIRA:00587061944	789372273839352100 7	01/02/2023 a 01/02/2026	Não
EMPRESA	04862831000123	TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA:04862831000123	789372275164513387 0	17/05/2023 a 16/05/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

12.65.14.E3.8E.49.72.B3.60.16.64.99.4
3.61.F2.94.C1.4E.38.17-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 07/06/2023 às 09:12:47

1F.22.3F.83.49.FB.8B.6B
69.46.01.61.AB.AB.BF.9E

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LT
 Período da Escrituração: 01/11/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 04.862.831/0001-23
 Número de Ordem do Livro: 39

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial: TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LT
 NIRE: 41204728511
 CNPJ: 04.862.831/0001-23
 Número de Ordem: 39
 Natureza do Livro: DIARIO
 Município: CAMBE
 Data do arquivamento dos atos constitutivos: 02/06/2011
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária:
 Data de encerramento do exercício social: 31/12/2022
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 142685

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial: TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LT
 Natureza do Livro: DIARIO
 Número de ordem: 39
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 142685
 Data de início: 01/11/2022
 Data de término: 31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 12.65.14.E3.9E.49.72.B3.60.16.64.99.43.61.F2.94.C1.4E.38.17-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: TREVISIA SOLUCOES PARA TRANSPORTE LT

Período da Escrituração: 01/11/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 04.862.831/0001-23

Número de Ordem do Livro: 39

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) RESULTADO EXERCÍCIO		R\$ 0,00	R\$ (1.000.505,28)
RECEITAS TOTAIS		R\$ 0,00	R\$ 51.270.342,12
RECEITA VENDA MERCADORIAS		R\$ 0,00	R\$ 48.657.585,62
RECEITA VENDA SERVIÇOS		R\$ 0,00	R\$ 2.612.756,50
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		R\$ 0,00	R\$ (1.375.970,52)
(-) IMPOSTOS S/ VENDAS		R\$ 0,00	R\$ (1.375.970,52)
(-) CUSTOS DAS VENDAS		R\$ 0,00	R\$ (40.032.150,51)
(-) CUSTOS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 0,00	R\$ (37.989.888,96)
(-) CUSTOS SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ 0,00	R\$ (2.042.261,55)
OUTRAS RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ 2.011.572,68
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 1.866.376,99
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 145.195,73
(-) IMPOSTOS/DESPESAS S/ O REC E REC. FINAN		R\$ 0,00	R\$ (1.662.288,26)
(-) IMPOSTOS S/ OUTRAS RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ (2.444,58)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ (1.659.843,68)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ (11.667.297,83)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ 0,00	R\$ (4.115.269,06)
(-) DESPESAS DE FUNCIONAMENTO		R\$ 0,00	R\$ (6.590.986,20)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ 0,00	R\$ (961.042,58)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 53.155,00
VENDA DE IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ 1.890.500,00
(-) CUSTO VENDA IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ (1.837.345,00)
PROVISÕES		R\$ 0,00	R\$ 402.132,06
PROVISÃO IRPJ		R\$ 0,00	R\$ 251.332,54
PROVISÃO CSLL		R\$ 0,00	R\$ 150.799,52

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 12.65.14.E3.8E.49.72.B3.60.16.64.99.43.61.F2.94.C1.4E.38.17-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial:	TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LT		
CNPJ:	04.862.831/0001-23	NIRE:	41204728511
Período da Escrituração:	01/11/2022 a 31/12/2022		
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)		
Natureza do Livro:	DIÁRIO		
Identificação do arquivo(hash):	12.66.14.E6.8E.49.72.B3.60.16.64.99.43.61.F2.94.C1.4E.38.17-		

Consulta Realizada em: 14/06/2023 14:47:06

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA

Rua José Carlos Mufatto, 1334, Jardim Riviera - Cambé - Paraná

CNPJ 04.862.631/0001-23

NIRE 412 0472851-1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 2022

Histórico	CAPITAL SOCIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	TOTAL
SALDO INICIAL EM 01/01/2022	7.445.283,00	6.985.613,46	-5.842.749,62	8.588.146,84
Saldo Inicial	7.445.283,00	6.985.613,46	-5.842.749,62	8.588.146,84
Lucro Líquido do Exercício	0,00	1.000.505,28		1.000.505,28
Distribuição de Lucros			-463.573,01	-463.573,01
Saldo Final	7.445.283,00	5.985.108,18	-6.306.322,63	7.124.068,55
SALDO FINAL EM 31/12/2022	7.445.283,00	5.985.108,18	-6.306.322,63	7.124.068,55
Notas				

CAMBÉ-PR, 31 DE DEZEMBRO DE 2022ALEXANDRE FARIDE
PEREIRA:88447065987Assinado eletronicamente por
ALEXANDRE FARIDE
PEREIRA:88447065987
Data: 2023.02.14 13:43:31 -0300**ALEXANDRE FARIDE PEREIRA**
Sócio-Administrador
CPF: 884.470.659-87ELAINE MARIA DE
MORAES SANTANA
FERREIRA:00587061944Assinado eletronicamente por
ELAINE MARIA DE MORAES
SANTANA FERREIRA:00587061944
Data: 2023.02.14 13:44:00 -0300**ELAINE MARIA M. S. FERREIRA**
Contadora CRC/PR 056903/O-2
CPF: 805.870.619-44




TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA	
Rua José Carlos Rufatto, 1334, Jardim Botânico - Camê - Paraná CNPJ 04.851.831/0003-23 NIRE 81.2 0472851-3	
Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto - 2022	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro/Prejuízo do Exercício	(1.000.505,28)
Ajustes de Esmaltes e Anticorrosivos	-
(=) Subtotal	(1.000.505,28)
Aumento/Redução de Ativos	(8.454.711,32)
Aumento/Redução nas contas a receber de clientes	2.309.179,78
Aumento/Redução nas contas de adiantamentos	(2.575.696,29)
Aumento/Redução em outros créditos	(285.050,05)
Aumento/Redução nos estoques	(1.894.720,64)
Aumento/Redução nos empréstimos a receber	(1.217.121,20)
Aumento/Redução nas despesas antecipadas	(4.302,96)
Aumento/Redução de Passivos	6.373.426,14
Aumento/Redução em fornecedores	(394.573,52)
Aumento/Redução nos impostos e obrigações sociais	7.354.149,17
Aumento/Redução nas demais obrigações financeiras	(12.187,51)
(=) Caixa gerado nas atividades operacionais	(87.408,46)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aumento/Redução em bens materiais e imateriais de longo prazo	-
Compra de bens materiais	(1.177.317,87)
Recatamento pela venda de bens de ativo imobilizado	1.877.710,63
Investimento em imóvel não disponível ao uso	-
Investimento em direito de concessão	-
(=) Caixa gerado nas atividades de investimento	700.392,76
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento/Redução nos empréstimos e financiamentos	-
Aumento/Redução em demais títulos e créditos de longo prazo	93.121,42
Redução em emissão de ações ou quotas	-
Extinção de dívidas	(487.523,01)
Imunização de Capital	-
(=) Caixa gerado nas atividades de financiamento	(412.451,59)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	206.220,71
(+) Caixa/equivalente de caixa no início do período	51.790,10
(=) Caixa/equivalente de caixa no fim do período	257.846,90
CAMBÉ-PR, 31 DE DEZEMBRO DE 2022	
<div> Assinada de forma digital por: ALEXANDRE FARIDE PEREIRA/88447063987 Assinatura digital: 2022.000.44.11.44.51.0000 </div> <div> Assinada de forma digital por: ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA/00587061944 Assinatura digital: 2022.000.44.11.44.51.0000 </div>	
<div> ALEXANDRE FARIDE PEREIRA Sócio-Administrador CPF: 884.470.639-87 </div> <div> ELAINE MARIA M. S. FERREIRA Contábil CPF: 005.870.619-44 </div>	

TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA																							
Rua José Carlos Mulato, 1334, Jardim Riverside - Curitiba - Paraná																							
CNPJ 04.862.831/0001-23		NIRE 41.2.0472851-1																					
Notas Explicativas - 2022																							
Nota 01 - Continuidade Operacional																							
A Trevisa Soluções para Transporte Ltda, sociedade empresária limitada, tem por objeto social o Comércio de Veículos Automotores Novos e Usados, Peças, Equipamentos e Acessórios para Veículos, Prestação de Serviços, com sede constituinte na Rua José Carlos Mulato, 1334, Jardim Riverside, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ nº 04.862.831/0001-23, com seus atos constitutivos registrados no Diário Comercial do Paraná em 26 de Janeiro de 2022 sob NIRE nº 41.2.0472851-1.																							
Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Consolidadas																							
As Demonstrações Consolidadas foram elaboradas com observância dos critérios contábeis na Lei nº 6.402/06, com a redação dada pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 10.930/09, em 31 de 12, de acordo com as Prescrições contidas no Manual CPC (CPC 28 Item 18). A Demonstração de Contas e Aplicação de Recursos foi autônoma para Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto. As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.																							
Nota 03 - Principais critérios contábeis adotados																							
Na elaboração das Demonstrações Consolidadas destacamos os seguintes procedimentos adotados:																							
a) Ativos e Passivos Circulantes: Os Ativos e Passivos circulantes são medidos pelo valor demonstrado, com exceção de:																							
b) Investimentos: São demonstrados pelo valor de aquisição;																							
c) Imobilizado: São demonstrados pelo valor de aquisição e depreciação das depreciações acumuladas calculadas pelo método linear à base de meses pelo regime de competência.																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativo</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Veículos</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos e Informática</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e Equipamentos</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td>4%</td> </tr> </tbody> </table>				Ativo	Porcentagem	Veículos	20%	Equipamentos e Informática	10%	Máquinas e Equipamentos	10%	Móveis e Utensílios	10%	Instalações	4%								
Ativo	Porcentagem																						
Veículos	20%																						
Equipamentos e Informática	10%																						
Máquinas e Equipamentos	10%																						
Móveis e Utensílios	10%																						
Instalações	4%																						
Nota 04 - Estoques																							
Os estoques de mercadorias e materiais acabados foram avaliados, respectivamente, pelo custo médio de aquisição, do qual são subtraídos o valor de mercado.																							
Nota 05 - Outros Valores - Circulantes																							
Referem-se aos seguintes valores:																							
Ativo	Valor (R\$)																						
Ativo financeiro - Impostos	11.822,93																						
Ativo financeiro - Fornecedores	11.894.045,31																						
Despesas antecipadas	96.514,90																						
Outros créditos	374.849,87																						
Nota 06 - Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo																							
Nota 07 - Passivo Não Circulante - Capital a Longo Prazo																							
Referem-se aos seguintes valores:																							
Contratos de Futuro	1.030.402,01																						
Debitos de Contribuição a Pagar	3.063.039,89																						
Empréstimos e Financiamentos	4.337.315,67																						
Nota 08 - Capital Social																							
O Capital Social pertence em sua totalidade a quotas constituídas por 7.445.283 quotas nominativas, nominal de R\$ 1,00 cada, distribuídas da seguinte forma:																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Quotista</th> <th>%</th> <th>Valor (R\$)</th> <th>Prazo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sergio Romano Trevizi</td> <td>45,00%</td> <td>3.350.216,00</td> <td>Indeterminado</td> </tr> <tr> <td>Elaine Maria de Moraes Santana</td> <td>45,00%</td> <td>3.350.216,00</td> <td>Indeterminado</td> </tr> <tr> <td>Alexandre Faride Pereira</td> <td>10,00%</td> <td>744.851,00</td> <td>Indeterminado</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>100,00%</td> <td>7.445.283,00</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Quotista	%	Valor (R\$)	Prazo	Sergio Romano Trevizi	45,00%	3.350.216,00	Indeterminado	Elaine Maria de Moraes Santana	45,00%	3.350.216,00	Indeterminado	Alexandre Faride Pereira	10,00%	744.851,00	Indeterminado	Total	100,00%	7.445.283,00	
Quotista	%	Valor (R\$)	Prazo																				
Sergio Romano Trevizi	45,00%	3.350.216,00	Indeterminado																				
Elaine Maria de Moraes Santana	45,00%	3.350.216,00	Indeterminado																				
Alexandre Faride Pereira	10,00%	744.851,00	Indeterminado																				
Total	100,00%	7.445.283,00																					
Nota 09 - Administração																							
A administração da sociedade é exercida pelos sócios-administradores Sergio Romano Trevizi e Alexandre Faride Pereira, que não possuem, cada um, poderes para a administração de suas funções.																							
Nota 10 - Indicações																							
31/12/2022 31/12/2021																							
Liquidez																							
Índice Corrente	1,63	1,54	0,10																				
Índice Geral	1,01	1,04	0,03																				
Estrutura																							
Gravidade do Endividamento	81,37%	78,56%	0,03%																				
Composição do Capital Próprio ao 31 de Dezembro	18,80%	27,33%	0,07%																				
Implantação do Ativo	93,10%	87,04%	0,00%																				
Implantação dos Recursos não Circulantes	31,33%	22,45%	0,00%																				
Retorno																							
Retorno do Ativo	-2,12%	2,40%	0,05%																				
Retorno do Patrimônio Líquido	-14,04%	11,17%	0,00%																				
Retorno Bruto	26,07%	23,29%	0,00%																				
Retorno Operacional	-2,81%	2,32%	0,00%																				
Retorno Líquido	-1,88%	1,71%	0,00%																				
Índice de Ativo	1,45	1,38	0,05																				
Índice de Imobilização Ativo	1,19	1,27	0,06																				
Atividade																							
Capital Circulante Líquido	14.848.211,85	15.560.287,51	0,00																				

ALEXANDRE FARIDE
Pereira:8844706598
7

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE FARIDE
Pereira:8844706598
Data: 2023.09.14 13:46:28
+03'00'

ELAINE MARIA DE
MORAES SANTANA
Ferreira:00587061944

Assinado de forma digital por
ELAINE MARIA DE MORAES
SANTANA
Ferreira:00587061944
Data: 2023.09.14 13:47:28 +03'00'



Balanco 2022

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
1,01

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
1,19

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
1,63

Fonte : Sped Contábil

Ponta GROSSA, 29 DE FEVEREIRO DE 2024

ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA
CPF: 005.870.619-44
Assinado de forma digital por ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA
Data: 2024.02.29 15:15:46 -03'00'

ELAINE MARIA DE MORAES SANTANA

CPF: 005.870.619-44

CONTADORA CRC:

ALEXANDRE FARIDE

PEREIRA:88447065987

Assinado de forma digital por ALEXANDRE FARIDE PEREIRA:88447065987
Data: 2024.02.29 15:16:14 -03'00'

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 04.862.831/0003-95

ALEXANDRE FARIDE PEREIRA

CPF: 884.470.659-87 RG: 5.729.447-7 SSP-PR

Cargo: Sócio Administrador



1217 A/B FOTON AUMARK S





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (21/05/2024 às 08:21) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 07.942.175/0001-67.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacaodcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 664C.83B8.3854.4488 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

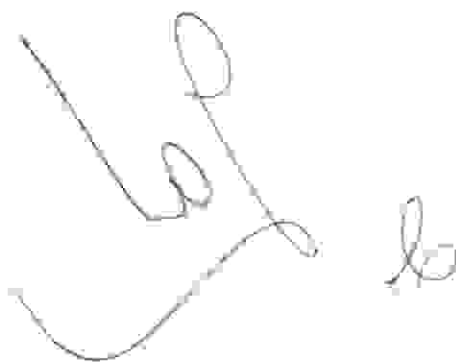
Certidão Negativa

Certifico que nesta data (21/05/2024 às 08:56) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 04.862.831/0001-23.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 664C.8BF3.044F.4595 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (21/05/2024 às 08:21) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 184.387.179-34.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 664C.83CD.6910.4509 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (21/05/2024 às 08:22) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 884.470.659-87.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 664C.83DD.B336.E525 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



FILTROS APLICADOS:

Busca (Kv): 04862831000123
Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:18:20
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS). 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência). 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CPF/CNPJ	NOME	UF	ÓRGÃO/ENTIDADE	CATEGORIA	DATA DE PUBLICAÇÃO DA	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	----------	------	----	----------------	-----------	-----------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado.

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 18438717934
Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:18:20
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAP) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 88447065987

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:23
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 05/2024 (Quadro Oficial da União - CEAF), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 04862831000123
Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:18:33
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS). 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CERPA), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ORÇÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado







FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 18438717934

Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:18:33
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) - 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAPF) - CEPIM) - 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) - 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) - 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado

20

20

20

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 88447065987

Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:18:33
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP).

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCONADO	NOME SANCONADO	UF SANCONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	--------------------	----------------	--------------	----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado







FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 07942175000167
Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:18:20
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCCIONADO	NOME SANCCIONADO	UF SANCCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCCIONADORA	CATEGORIA SANCCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCCÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	----------------------	------------------	----------------	------------------------------	-------------------	-------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 07942175000167
Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 21/05/2024 08:18:33
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS). 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência). 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAP). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

8

2

3

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Pregão n.º 15/2024

DADOS DO FORNECEDOR:

Licitante Razão Social: TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA		CNPJ N.º: 04.862.831/0002-04
Celular: 44 99144 1050	Endereço eletrônico e-mail: licitacao@grupotrevisa.com.br	
Endereço Completo Rua, Nº, Bairro, Município, Estado, Cep: ROD BR 376 KM 188 LOTE A-10 GLEBA RIBEIRÃO SARANDI MARIALVA-PARANÁ CEP: 86.990-000		
Conta Corrente nº: 18500-9	Agência: 2956	Banco: ITAU

DADOS DO OBJETO OFERTADO

Lote	Descrição	Quant	Valor Unit	Valor Total	Valor Unit s/ ICMS	Aliquota % ICMS
01	Caminhão Carroceria Madeira conforme anexo 07 Caminhão Marca: Foton Aumark Modelo: 1217 Carroceria: Taba Carroceria Modelo: Carga Seca	01	R\$ 329.000,00 (Trezentos e Vinte e Nove Mil Reais)	R\$ 329.000,00 (Trezentos e Vinte e Nove Mil Reais)	R\$ 289.520,00 (Duzentos e Oitenta e Nove Mil Quinhentos e Vinte Reais)	12%

- O valor para fornecimento do objeto acima é de R\$ 329.000,00 (Trezentos e Vinte e Nove Mil Reais)
- O prazo de fornecimento é de 90 (noventa) dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Fornecimento.
- O prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas pelo Pregoeiro.
- O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo VII do Edital.

DAIANE CRISTINA
RODRIGUES
GOMES-05991227900

Assinatura de forma digital por
DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES-05991227900
FIM: 2024.05.21 16:11:46
-13:00

Marialva - Rodovia BR 376, KM 188, s/n - CEP: 86.990-000 - **44 3261-9999**

Ponta Grossa - Av. Presidente Kennedy, 8008 - CEP: 84.043-540 - **42 3311-4331**

Camé - Rua Inês Carlos Mufatto, 1334 - CEP: 86.187-025 - **43 3174-4200**

5. O arrematante DECLARA que, para fins, do disposto no §1º, do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Atenciosamente,

Marialva 21 de Maio de 2024.

DAIANE CRISTINA
RODRIGUES

GOMES:05991227900

Assinado de forma digital por
DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES:05991227900

Dados: 2024/05/21 08:32:00
+03'00'

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

ALEXANDRE FARIDE PEREIRA

CPF: 884.470.659-87 RG: 5.729.447-7 SSP-PR

Cargo: Sócio Administrador

P/P: Daiane Cristina Rodrigues Gomes

CPF: 059.912.279-00 RG: 9.856.974-0

Cargo: Vendas A Governo

PAM - 2024 - SEÇID
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

LOTE Nº: 1

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2.024

PROPOSTANTE: TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - Pr.

TIPO DE BEM: CAMINHÃO 4x2 CARROCERIA DE MADEIRA

Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: 01 (UM)

(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MUNICÍPIO	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
1. MARCA/MODELO	Indicar	FOTON AUMARK 1217
1.1 Fabricação/Modelo (Ano)	2023/2023 (novo, zero km)	2023/2023 (novo, zero km)
2. CHASSI DE CAMINHÃO		
2.1. MOTOR DIESEL		
2.1.1. Marca/ Modelo	Indicar	CUMMINS F3.8
2.1.2. Potência (cv ou hp)	160 CV	170
2.2. TRANSMISSÃO		
2.2.1. Nº de marchas/velocidade à frente	6 marchas à frente	6 marchas a frente
2.2.2 Tração	4X2	4X2
2.3. CAPACIDADE, DIMENSÕES E PESO		
2.3.1. Capacidade de carga sobre o chassi do veículo considerando a carroceria (kg)	Indicar	7.056 kg
2.3.2. Capacidade admissível sobre o eixo dianteiro (kg)	Indicar	4.000 kg
2.3.3. Capacidade admissível sobre o eixo traseiro (kg)	Indicar	8.000 kg
2.3.4. Peso bruto total homologado (kg)	9.000 kg	11.500 kg
2.3.5. Distância entre eixos dianteiro e traseiros	Compatível para instalação da cabine estendida e a carroceria de madeira	Compatível para instalação da cabine estendida e a carroceria de madeira
2.4. EIXOS		
2.4.1. Número de eixos	2 eixos sendo o traseiro rodado duplo	2 eixos sendo o traseiro rodado duplo
2.5. DIREÇÃO		
2.5.1. Tipo	Hidráulica	Hidráulica
2.6. CABINE		
2.6.1. Tipo de cabine	Avançada em chapa de aço	Avançada em chapa de Aço
2.7. PNEUS	Da linha de montagem, especificar medidas	Da linha de montagem, medida 235/75R17,5
2.8. ACESSÓRIOS E OPCIONAIS DO VEÍCULO		
2.8.1. Aro e pneu socorro	Sim, da linha de montagem, especificar medidas	Sim, da linha de montagem medida 235/75R17,5
2.8.2. Espelhos externos com braços fixados à cabine	Sim	Sim

PAM - 2024 - SECID
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO
LOTE Nº:1

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2.024

PROponente: TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - Pr.

TIPO DE BEM: CAMINHÃO 4x2 CARROCERIA DE MADEIRA

Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: 01 (UM)

(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MUNICÍPIO	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
2.8.3. Macaco hidráulico tipo garrafa, compatível com o veículo, capacidade (t)	Sim, compatível com o PBT do veículo	Sim, compatível com o PBT do Veículo
2.8.4. Kit de Ferramentas	Sim, exigido por lei e normas do CONTRAN	Sim, exigido por lei e normas do CONTRAN
2.8.5. Aplicação de Logomarca do Programa	Adesivo 35x20cm, 4 cores gerado em https://paranainterativo.pr.gov.br/placas/index.html	Adesivo 35X20cm, 4 cores gerado em http://paranainterativo.pr.gov.br/placas/index.html
3. CARROCERIA		
3.1. Modelo/Pintura	Em madeira de lei	Em madeira de lei
3.2. Comprimento útil	6.000 mm	6.000 mm
3.3. Largura máxima	Indicar	2300 mm
3.4. Altura máxima	Indicar	400 mm
3.5. Peso (kg)	Indicar	1000 kg
3.6. Anteparos (para-barros) confeccionados em chapas de aço	Sim	Sim
3.7. Para-choque traseiro	Sim, conforme Resolução 152/03 CONTRAN	Sim, conforme Resolução 152/03 CONTRAN
3.8. Faixas refletivas	Sim, conforme Resolução 152/036 CONTRAN	Sim, conforme Resolução 152/036 CONTRAN
3.9. Proteção lateral	Sim, conforme Resolução 323/09 CONTRAN	Sim, conforme Resolução 323/09 CONTRAN
4. GARANTIA	12 meses da entrada em operação	12 meses da entrada em operação
5. TREINAMENTO DE MECÂNICOS E MOTORISTAS (duração)	Entrega técnica realizada pelo fornecedor com emissão de certificado.	Entrega Técnica realizada pelo fornecedor com emissão de certificado.

Obs.: A proponente deverá preencher todos os espaços vazios da coluna 3 (três) com as especificações do equipamento proposto, obedecendo ao mesmo sistema de unidades e padrões adotados nas colunas 1 (um) e 2 (dois).





Carimbo e assinatura legal
Nome responsável legal: Daiane Cristina Rodrigues Gomes
Carteira de identidade - 9.856.974-0 nº e Órgão Emissor SSP-PR
Marialva, 21 de Maio de 2024.

DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES:0599122790
0
Assinado de forma digital por
DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES:0599122790
Dados: 2024.05.21 08:22:33
+03'00'

**MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAÍSO-PR**

ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024
Processo Administrativo Nº 27/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 02/05/2024 16:10:57

MOVIMENTOS DO PROCESSO

03/05/2024 09:23:14	CADASTRO DE PROPOSTA	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA
03/05/2024 14:48:50	CADASTRO DE PROPOSTA	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
20/05/2024 13:11:18	CADASTRO DE PROPOSTA	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA
20/05/2024 14:32:00	CADASTRO DE PROPOSTA	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
20/05/2024 15:09:08	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA
20/05/2024 17:41:18	CADASTRO DE PROPOSTA	VCS COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA
20/05/2024 17:43:44	CADASTRO DE PROPOSTA	VCA AUTOMOTORES LTDA
20/05/2024 18:28:44	CADASTRO DE PROPOSTA	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA
20/05/2024 18:37:07	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA
20/05/2024 20:06:39	CADASTRO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS
20/05/2024 21:26:23	CADASTRO DE PROPOSTA	BRUNISA COMERCIO E SERVIÇOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE
20/05/2024 22:13:04	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA
20/05/2024 22:23:18	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE
21/05/2024 07:36:41	CADASTRO DE PROPOSTA	MEDZI SOLUÇÕES LTDA
21/05/2024 07:54:03	MENSAGEM	PREGOEIRO
BOM DIA, POR FAVOR FIQUEM ATENTOS, EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
21/05/2024 08:04:15	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
21/05/2024 08:15:33	MENSAGEM	PREGOEIRO
POR FAVOR AGUARDE, IREMOS VERIFICAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.		
21/05/2024 08:24:40	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA adicionou o arquivo bfa527e315234bb090d0b9c26072d5c6.pdf aos documentos complementares.		
21/05/2024 08:32:28	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA adicionou o arquivo 668e96da6bdb48c09f6c306c2f1847a5.pdf aos documentos complementares.		
21/05/2024 09:04:58	MENSAGEM	PREGOEIRO
A EMPRESA TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA ESTÁ REGULARMENTE HABILITADA...		
21/05/2024 09:05:17	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS AVANÇAR A FASE PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.		

**LOTE 1 - ADJUDICADO
ANEXO**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Foton Aumark Carrocera Tapa Carrocerias	Modelo: 1217 Carrocera: Carga Seca
Descrição: CAMINHAO CARROCERIA MADEIRA OU METALICA			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 329.000,00	Valor Total: 329.000,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 TREVISIA SOLUÇÕES PARA	044 04.862.831/0002-04	480.000,00	329.000,00		Não

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

2	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA	089	08.440.584/0001-28	481.600,00	330.000,00	0,30	Não
3	METALURGICA PERPETUO SOCORRO	134	31.262.816/0001-64	480.000,00	368.000,00	11,52	Não
4	VCA AUTOMOTORES LTDA	003	24.380.089/0001-27	480.000,00	418.000,00	13,59	Não
5	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO,	133	03.093.776/0008-68	484.000,00	449.800,00	7,81	Não
6	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS	008	32.426.859/0001-53	481.666,67	449.900,00	0,02	Sim
7	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E	050	21.700.911/0001-00	481.666,67	450.000,00	0,02	Não
8	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA	116	19.681.377/0001-81	481.000,00	475.000,00	5,56	Sim
9	MEDZI SOLUÇÕES LTDA	015	40.119.916/0001-80	481.666,67	479.499,99	0,95	Sim
10	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA	041	20.901.717/0001-11	590.000,00	590.000,00	23,04	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num. Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	----------------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num. Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	----------------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE

02/05/2024 16:10:56	PUBLICADO		
03/05/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
21/05/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
21/05/2024 08:04:02	DISPUTA		
21/05/2024 08:04:02	LANCE	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE	590.000,00
21/05/2024 08:04:02	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 015)	481.666,67
21/05/2024 08:04:02	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	480.000,00
21/05/2024 08:04:02	LANCE	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 116)	481.000,00
21/05/2024 08:04:02	LANCE	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 008)	481.666,67
21/05/2024 08:04:02	LANCE	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA (PARTICIPANTE 134)	480.000,00
21/05/2024 08:04:02	LANCE	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 050)	481.666,67
21/05/2024 08:04:02	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	481.600,00
21/05/2024 08:04:02	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)	480.000,00
21/05/2024 08:04:02	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	484.000,00
21/05/2024 08:04:52	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)	470.000,00
21/05/2024 08:04:53	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	479.000,00
21/05/2024 08:05:20	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	460.000,00
21/05/2024 08:05:29	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)	450.000,00
21/05/2024 08:05:43	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	440.000,00
21/05/2024 08:05:44	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	430.000,00
21/05/2024 08:06:08	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)	425.000,00
21/05/2024 08:07:02	MENSAGEM	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE qual seria o entre eixo compatível para instalar cartocera e cabine estendida? qual o tamanho da cabine estendida o edital não traz esta informação	
21/05/2024 08:07:05	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	420.000,00
21/05/2024 08:07:21	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	410.000,00
21/05/2024 08:07:23	LANCE	VCA AUTOMOTORES LTDA (PARTICIPANTE 003)	418.000,00
21/05/2024 08:07:36	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	400.000,00
21/05/2024 08:07:48	LANCE	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA (PARTICIPANTE 134)	399.000,00
21/05/2024 08:07:52	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	390.000,00

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

21/05/2024 08:08:10	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	480.000,00
21/05/2024 08:08:11	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	380.000,00
21/05/2024 08:08:25	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	379.000,00
21/05/2024 08:08:32	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 015)	479.999,99
21/05/2024 08:08:37	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	370.000,00
21/05/2024 08:08:51	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	369.000,00
21/05/2024 08:09:01	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	360.000,00
21/05/2024 08:09:19	LANCE	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA (PARTICIPANTE 134)	368.000,00
21/05/2024 08:09:20	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	359.000,00
21/05/2024 08:09:25	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	479.500,00
21/05/2024 08:09:31	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	350.000,00
21/05/2024 08:09:49	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 015)	479.499,99
21/05/2024 08:09:49	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	349.000,00
21/05/2024 08:10:01	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	479.400,00
21/05/2024 08:10:02	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	340.000,00
21/05/2024 08:10:20	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	339.000,00
21/05/2024 08:10:27	LANCE	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 050)	450.000,00
21/05/2024 08:10:30	LANCE	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA (PARTICIPANTE 089)	330.000,00
21/05/2024 08:10:51	LANCE	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE 044)	329.000,00
21/05/2024 08:11:08	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	449.999,00
21/05/2024 08:11:37	LANCE	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 116)	475.000,00
21/05/2024 08:12:39	LANCE	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 008)	449.900,00
21/05/2024 08:12:39	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
21/05/2024 08:13:07	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	449.800,00
21/05/2024 08:15:07	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA.			
21/05/2024 08:15:07	HABILITAÇÃO		
21/05/2024 08:18:26	MENSAGEM PREGOEIRO		
PARA PARTICIPANTE 044. TÁMANHO PARA INSTALAÇÃO DE UM CABINE ESTENDIDA PADRÃO...			
21/05/2024 08:23:32	MENSAGEM TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA (PARTICIPANTE		
o município quem vai instalar a cabine estendida correto?			
21/05/2024 09:05:22	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
21/05/2024 09:35:22	EM ADJUDICAÇÃO		
21/05/2024 15:04:46	MENSAGEM PREGOEIRO		
PARA PARTICIPANTE 044. SE POR ACASO PRECISAR DE COLOCAR ESSA CABINE.. SERÁ EM MOMENTO POSTERIOR.. COM OS CUSTOS ARCADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE.			
21/05/2024 15:20:01	ADJUDICADO		

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR



PREGOEIRO: VALDEIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO: MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO: CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO: UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024
Processo Administrativo Nº 27/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 02/05/2024 16:10:57

TOTAL DO PROCESSO: 329.000,00

TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA 04.862.831/0002-04 329.000,00

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 044 Lance: 329.000,00 Total: 329.000,00

Item: 1 Unidade: UN Marca: Foton Aumark Carroceria: Modelo: 1217 Carroceria: Carga Seca
Taba Carrocerias

Descrição: CAMINHAO CARROCERIA MADEIRA OU METALICA

Quantidade: 1 Val. Ref.: 481.666,67 Valor Unit.: 329.000,00 Total Item: 329.000,00

PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO

APOIO JESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

169

MUNICÍPIO DE ALTO PARÁISO, ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO

REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

01. ABERTURA: 21/05/2024; 08H00MIN; BLL

02. PUBLICIDADE: O aviso de licitação foi publicado:

- PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no dia 02/05/2024;
- Diário Oficial Municipal (Umuarama Ilustrado), no dia 03/05/2024;
- Diário Oficial do Estado do Paraná (DIOE), no dia 03/05/2024;
- Jornal Diário de Grande Circulação (Folha de Londrina), no dia 03/05/2024;
- Meios Eletrônicos (Portal da Transparência do Município), no dia 02/05/2024;
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Mural de Licitações) no dia 02/05/2024;
- BLL Compras, no dia 02/05/2024.

A íntegra do edital foi disponibilizada 02/05/2024, a partir de 03/05/2024.

A data da sessão foi designada para 21/05/2024, portanto, cumpriu-se o disposto na legislação vigente.

03. EMPRESA(S) QUE SOLICITOU(ARAM) O EDITAL:

Nº	NOME DA(S) EMPRESA(S)	ENDEREÇO E CNPJ
01	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA	ROD BR 376 KM 188; GLEBA RI9BEIRÃO SARANDI; LOTE A10; MARIALVA-PR; 04862831000204
02	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA	RUA CHILE Nº 339; VILA PROGRESSO; CAMPO GRANDE-MS; 08440584000128
03	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA	AV. JOÃO CUSTODIO CONFRO; RESIDENCIAL PORTO SEGURO; QUADRA00APM LOTE 08 SALA 01; ABADIA DE GOIÁS-GO; 31262616000164.
04	VCA AUTOMOTORES LTDA	ROD MELO PEIXOTO 498; CAMBÊ-PR; 24380089000127.
05	MANUPA COMERCIO	PRACA IPIRANGA; CENTRO; MARINGÁ-



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

Nº	NOME DA(S) EMPRESA(S)	ENDEREÇO E CNPJ
	EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI	PR; 03093776000868
06	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	RUA C-161, NUMERO 1568; JARDIM AMÉRICA; QD. 413, LT. 25; GOIÂNIA-GO; 32426859000153.
07	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	RUA ANTONIO ROSETTI, 01; NOVA VALVERDE; GALPÃO A; CARIACICA-ES; 21700911000100.
08	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA	RUA MMM17, 344; SETOR TRÊS; GOIÂNIA-GO; 19681377000181.
09	MEDZI SOLUÇÕES LTDA	RUA HIPÓLITO ALVES DE ARAÚJO N 45 SALA 04; CENTRO; LAPA-PR; 40119916000180.
10	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	AV IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 1248; VILA LEOPOLDINA; CONJ.507; SÃO PAULO-SP; 20901717000111.

04. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Não houve(ram) pedido(s) de esclarecimento(s) e/ou impugnação(ções) relativo(s) ao edital, modelo(s) e anexo(s).

05. PARTICIPANTE(S) DO CERTAME

Nº	EMPRESA(S)	CREDENCIAMENTO(S)
01	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA	DAIANE CRISTINA RODRIGUES GOMES
02	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA	CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMA
03	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA	JOAQUIM JOSE GALVÃO
04	VCA AUTOMOTORES LTDA	CARLOS HENRIQUE TREVISAN
05	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI	PAULO CESAR JACOB
06	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	THIAGO DELANO GONÇALVES TRINDADE
07	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	ANTONIO CARLOS DE SOUZA
08	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA	JOÃO ALMEIDA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

171

Nº	EMPRESA(S)	CREDENCIAMENTO(S)
09	MEDZI SOLUÇÕES LTDA	INGRID DUSZCZAK
10	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA.	ALBERTO FERNANDO FONTOLAN

06. PROPOSTA DE PREÇOS, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

A(s) proposta(s) de preços aceita(s) e lance(s) final(is) foi(ram):

CLASSIFICADA(S)	LOTE(S) Nº	EMPRESA(S)	VALOR(ES) PROPOSTO(S) R\$	LANCE FINAL R\$
1ª Colocada	01	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA	480.000,00	329.000,00
2ª Colocada	01	KCINCO CAMINHOS E ONIBUS LTDA	481.600,00	330.000,00
3ª Colocada	01	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA	480.000,00	368.000,00
4ª Colocada	01	VCA AUTOMOTORES LTDA	481.666,67	418.000,00
5ª Colocada	01	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI	484.000,00	449.800,00
6ª Colocada	01	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	481.666,67	449.900,00
7ª Colocada	01	VCS COMÉRCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	481.666,67	450.000,00
8ª Colocada	01	SAFRA EQUIPAMENTOS LTDA	481.000,00	475.000,00
9ª Colocada	01	MEDZI SOLUÇÕES LTDA	481.666,67	479.499,99
10ª Colocada	01	BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA	590.000,00	590.000,00

O(s) lance(s) apresentado(s) consta(am) em Ata

07. HABILITAÇÃO

Proponente Habilitado:

LOTE(S) Nº	EMPRESA	VALOR PROPOSTO R\$	LANCE FINAL R\$	HABILITADO
01	TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA	480.000,00	329.000,00	SIM

A decisão foi divulgada na própria ata de sessão.

Devidamente apurado e aceito os documentos de Habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarou o proponente, vencedor do certame.

O(s) proponente(s) não demonstrou(aram) imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

08. JULGAMENTO DO(S) RECURSO(S) (se houver)

Não Houve



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pret.pr.gov.br

172

09. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto nos itens anteriores deste relatório e no contido nas demais peças constituintes do processo licitatório, o Pregoeiro emite a seguir seu parecer final.

- Que a contratação do(s) objeto(s) constante(s) do(s) lote(s) adiante descrito(s), objeto do Pregão nº 015/2024, do Processo Administrativo nº 027/2024, sejam adjudicadas, com base no edital, na legislação pertinente e nas decisões constantes deste relatório.

Lote nº (CAMINHAO CARROCERIA MADEIRA OU METALICA)

proponente: TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA

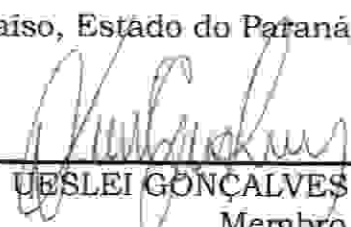
valor global: R\$ 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais)

prazo de fornecimento: 90 Dias


Alto Paraíso, Estado do Paraná, 21 de maio de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Pregoeiro



UESLEI GONÇALVES R. DA SILVA
Membro



MARILDA ROSA DO N. DA SILVA
Membro



CINTHIA LAIZE ZAGOTO
Membro



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@prefpr.gov.br

173

DECLARAÇÃO

Declaramos, pelo presente instrumento, que decorrido o prazo legal, após habilitação, do Pregão nº 015/2024 e, após concluído todo o processo licitatório, inexistem recursos ou impugnações, tanto administrativas quanto judiciais, bem como pendência de qualquer espécie referente ao processo licitatório.

Declaramos, ainda, que não houve modificações, prevalecendo o modelo aprovado pelo PARANACIDADE.

Por ser a mais pura expressão da verdade, firmamos a presente.

Alto Paraíso-Pr, 21 de Maio de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

PREGOEIRO

AUTORIZAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Município : Alto Paraisópolis
Modalidade : PREGÃO ELETRÔNICO **Nr.:** 0015/2024
Objeto : Lote 1 - Aquisição de 01 (um) CAMINHÃO UTILITÁRIO CARGA SECA 4X2, novo, zero km, potência mínima 160 CV, equipado com carroceria de madeira.
Lote(s) : 1==> R\$ 329.000,00

Tem a presente por objetivo autorizar essa Municipalidade a dar continuidade aos atos administrativos como :

* Homologação do(s) Lote(s) do Processo Licitatório

* Assinatura do Contrato com o(s) Fornecedor(es) vencedor(es) :

Lote 1 - TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA.

A presente Autorização decorre do fato de que, após criteriosa análise do processo licitatório por parte da Assessoria Jurídica / PARANACIDADE, concluiu-se que todas as etapas exigidas pela legislação aplicável foram cumpridas de forma satisfatória.

Alertamos a necessidade da observância do contido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para a efetivação dos atos ora autorizados.

O(s) Lote(s) tem a seguinte composição financeira:

Lote 01 - Valor Total: R\$329.000,00; Recursos não reembolsáveis provenientes da SECID: R\$312.550,00;
Contrapartida Municipal: R\$16.450,00;

Obs.: Não haverá transferência voluntária e repasse de recursos financiados do Estado ao Município em período eleitoral, a exceção de repasses já transferidos antes deste período.

Curitiba, 22/05/2024

Carlos Massa Ratinho Jr
Governador do Estado do Paraná


Camila Mileke Scucato
Secretária de Estado das Cidades

Associação : AMERIOS
Escritório Regional : Regional de Umuarama
Contratos de empréstimo :
SAM Projeto Nr : 49



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

178

175

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS."

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, para emissão do parecer final, do processo acima em epígrafe, nos termos disciplinados pelo art. 169 da Lei Federal 14.133/2021.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 28 de Maio de 2024.



Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

PARECER CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 015/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 027/2024
 DATA DIVULGAÇÃO PNCP: 02/05/2024 ANÁLISE DE PROCESSO Nº: CI-22-2024
 GESTOR: SIMÃO PEDRO LEME
 FISCAL DO CTT: EUDINETE DA SILVA PEDROTA
 DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/05/2024 Horário: 08:01h

ANÁLISE DE PROCESSO – MODALIDADE DE PREGÃO -NLL ☒ ELETRÔNICO
☐ PRESENCIAL

A presente análise tem como objetivo verificar a legalidade dos procedimentos.

- 1 – Houve abertura de processo administrativo?
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 027 Obs:
- 2 – Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 12, VI)
☐ SIM ☒ Não ☐ Não aplicável Fls: Obs:
- 3 – Consta documento de formalização de demanda? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item I)
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 001 a 002 Obs:
- 4 – Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano Anual de Contratações? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, caput)
☐ SIM ☒ Não ☐ Não aplicável Fls: Obs: A Administração ainda não possui PCA para o exercício.
- 5 – Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, caput)
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 021 Obs:
- 6 – Há Estudo Técnico Preliminar? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1º)
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 012 a 014 Obs:
- 7 – O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos: (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1º)
☐ Do objeto;
☒ Da necessidade da contratação;
☒ Da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – alinhamento entre a contratação e o planejamento;
☒ Dos requisitos da contratação;
☒ Levantamento de mercado;
☒ Estimativa das quantidades e do valor da contratação;
☒ Da descrição da solução como um todo;
☒ Do parcelamento do objeto;
☒ Do demonstrativo dos resultados pretendidos;
☒ Das providências a serem adotadas pela administração;
☒ Das contratações correlatas e/ou interdependentes;
☒ Dos impactos ambientais e medidas de tratamento;
☒ Da posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina – Declaração de viabilidade (ou não) da contratação.
- 8 – Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento? (Decreto Municipal nº 460/2022, art. 13)
☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:
- 9 – Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §2º. Decreto Municipal nº 460/2022, art. 14, parágrafo único)

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
10 – Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 5º e 11º, item I e IV)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
11 – Há Termo de Referência ou projeto básico? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item II)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 016 a 019	Obs:
12 – O Termo de Referência contém: (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º item XXII)				
<input checked="" type="checkbox"/> Definição do objeto.				
<input checked="" type="checkbox"/> Fundamentação da contratação. - Justificativa				
<input checked="" type="checkbox"/> Descrição dos serviços				
<input checked="" type="checkbox"/> Requisitos da contratação				
<input checked="" type="checkbox"/> Modelo de execução do objeto – Condições de fornecimento				
<input checked="" type="checkbox"/> Modelo de gestão do contrato - Execução do objeto : acompanhamento e fiscalização				
<input checked="" type="checkbox"/> Critérios de medição e de pagamento. – Obrigações.				
<input checked="" type="checkbox"/> Forma e critérios de seleção do fornecedor.				
<input checked="" type="checkbox"/> Estimativas do valor da contratação.				
<input checked="" type="checkbox"/> Adequação orçamentária.				
13 – Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item IX)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
14 – Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item IX)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
15 – Há Análise de Riscos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, item X)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 015	Obs:
16 – A autoridade manifestou-se sobre a aplicabilidade ou não de matriz de alocação de riscos?				
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
17 – Caso seja necessário a aplicabilidade da matriz de alocação risco, ela estabelece a responsabilidade que caiba a cada parte contratante? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 22º, §2º)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 015	Obs:
18 – Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item IV)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	CÓDIGO REDUZIDO:		
19 – Houve a autorização da autoridade competente? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item VIII)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 027	Obs:
20 – A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 7, caput e art. 6 do Decreto Municipal nº 460/2022)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	Portaria nº:	046/2024	Data: 07/03/2024
21 – Foram emitidos e acatados pareceres jurídicos? No caso do não acatamento, verificar se os fundamentos são plausíveis. (Lei Federal 14.133/2021, art. 53º, caput).				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Obs:	
22 – Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade? (Lei complementar nº 123/2006, art 48, item I).				
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
23 – Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 9, item I, e art. 16º)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
24 – Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 9, item I, e art. 15º)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
25 – Consta justificativa do preço baseada em pesquisa de conforme regulamento pertinente ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa mediante solicitação formal de cotações? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item VII e art. 19 do Decreto Municipal nº 460/2022)				
<input type="checkbox"/> Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);				

☐ Contratações similares feitas pela Administração Pública – em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;
☐ Utilização de dados de **pesquisa publicada em mídia especializada**, de tabela de referência ou pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
☒ **Pesquisa direta** com no **mínimo 3 (três) fornecedores** efetuados a menos de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
☐ Pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas** ou **sistema Notas Paraná**;
☐ Pesquisa na **base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade**.

26 – Os autos estão instruídos com edital de licitação? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, item V)
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 081 a 061 Obs:

27 – O edital da licitação contém: (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 25, caput)
☒ Objeto da licitação.
☒ Regras relativas à convocação.
☒ Regras relativas ao julgamento.
☒ Regras relativas à habilitação.
☒ Regras relativas aos recursos.
☒ Regras relativas às penalidades da licitação.
☒ Regras relativas à fiscalização.
☒ Regras relativas à gestão do contrato.
☒ Regras relativas à entrega do objeto.
☒ Regras relativas às condições de pagamento.

28 – Foi dada a publicidade do edital de licitação do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (Lei Federal 14.133/2012, art. 54º).
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Obs: 075

29 – Os prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação foram obedecidos? (Lei Federal 14.133/2012, art. 55º).
☒ Oito dias úteis para a aquisição de bens
☐ Dez dias úteis no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Obs:

30 – Foi adotada a modalidade de pregão sempre que o objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 29)
☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:

31 – Caso adotada forma presencial, a sessão pública foi registrada em ata e gravada em áudio e vídeo? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 17, §2º).
☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:

32 – Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 24, parágrafo único.)
☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:

33 – As regras relativas ao julgamento traz que as propostas serão de acordo com os seguintes critérios? (Lei Federal nº 14.133/2021 art. 33, item I, II, III, IV e V.).
☒ Menor preço
☐ Maior desconto

34 – Em caso de licitações do tipo menor preço está claro se o julgamento será feito por item ou por grupo de itens? (Lei Federal 14.133/21, art. 82º, §1º).
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 031 Obs:

35 – Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 25, §7º).
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 050 Obs:

36 – Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessária? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item V)
 Consultada em momento oportuno, após definição da empresa vencedora.
Documentação relativa à Regularidade Fiscal (Lei Federal 14.133/2022, art. 68º) (*)
☒ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
☐ Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ☐ PIS/PASEP
☐ Cadastro Contribuinte Estadual
☒ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

☒ (X) Fazenda Federal. [do domicílio ou sede do licitante]
☒ (X) Fazenda Estadual [do domicílio ou sede do licitante]
☒ (X) Fazenda Municipal [do domicílio ou sede do licitante]
☒ (X) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei nº 12.440/11
☒ (X) Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – [empregado menor]
Documentação relativa à Qualificação Econômica Financeira (Lei Federal 14.133/2022, art. 69º) (*)
☒ (X) Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis (item I) DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
☒ (X) Certidão Negativa de Falência/concordata. (item II)
☐ () Execução Patrimonial (P. Física)
Documentação relativa à Capacidade Técnica (Lei Federal 14.133/2022, art. 67º) (*)
☐ () - Registro/inscrição na entidade profissional competente detentor de atestado de responsabilidade técnica. (item I);
☐ () - Certidões ou atestados emitidos pelo conselho profissional competente que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. (item II)
☐ () - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica. (item III)
☐ () - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial. (item IV)
☐ () - Registro ou inscrição na entidade profissional competente. (item V)
☐ () - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (item VI)
☐ () - Não requisitado.
Documentação relativa à Habilitação Jurídica (Lei Federal 14.133/2022, art. 66). (*)
☐ () Cédula de Identidade
☐ () Registro comercial – Empresa Individual
☐ () Microempreendedor Individual
☐ () Sociedade Limitada Unipessoal
☒ (X) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Caso sociedade por ações documento de eleição de seus administradores
☐ () Inscrição do ato constitutivo, sociedades civis (sociedade simples).
(*) - Dispensa, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata (Lei Federal 14.133/2022, art. 70, item III).
☐ () Contratações em valores inferiores a ¼ do limite para dispensa de licitação para compras em geral. [13.505,10]
Lei complementar nº123/2006 – Estatuto da Microempresa
☐ () Declaração de que cumpre os requisitos legais para qualificação de microempresa ou empresa de pequeno porte (Decreto nº8538/2015, §2º)
Procuração
☒ (X) SIM ☐ () Não Firma reconhecida, se particular ou carta de credenciamento ☐ () SIM ☒ (X) Não
Documento de identidade com foto do procurador
☐ () SIM ☒ (X) Não ☐ () Não aplicável

ITENS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÕES

37 – Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, item II).
☐ () SIM ☐ () Não ☒ (X) Não aplicável Fls: Obs:

38 – Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? [Compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou desempenho] (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, item V, letra a).
☐ () SIM ☐ () Não ☒ (X) Não aplicável Fls: Obs:

39 – Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? (Lei Federal 14.133/2012, art. 19º, §1 e §2).
☐ () SIM ☐ () Não ☒ (X) Não aplicável Fls: Obs:

40 – Caso a Administração exija que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, consta fundamentação em Estudo Técnico Preliminar? (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, §4º).
☐ () SIM ☐ () Não ☒ (X) Não aplicável Fls: Obs:

41 – Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? (Lei Federal 14.133/2012, art. 41º, item I).	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
42– Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? (Lei Federal 14.133/2012, art. 41º, item III).	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
43– Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
ITENS ESPECÍFICOS PARA SERVIÇOS EM GERAL (QUE NÃO SEJAM DE ENGENHARIA)					
44 – Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? [Compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou desempenho] (Lei Federal 14.133/2012, art. 47, item I).	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 06	Obs:
45 – Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? (Lei Federal 14.133/2012, art. 19º, §1 e §2).	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
46 – Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? (Lei Federal 14.133/2012, art. 48, caput).	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
47– Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? (Lei Federal 14.133/2012, art. 49).	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
48 – Em se tratando de serviços comum de engenharia, o serviço tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens? (Lei Federal 14.133/2012, art. 6, item XXI, letra "a").	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
49 – Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, qual o regime adotado? (Lei Federal 14.133/2012, art. 46, item I ao VII).	<input type="checkbox"/> Empreitada por preço unitário. <input type="checkbox"/> Empreitada por preço global. <input type="checkbox"/> Empreitada integral. <input type="checkbox"/> Contratação por tarefa. <input type="checkbox"/> Contratação integrada. <input type="checkbox"/> Contratação semi-integrada. <input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviços associado.				
50 – Em se tratando de serviços comum de engenharia, foi demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, sendo possível a dispensa da elaboração de projetos? (Lei Federal 14.133/2012, art. 18, §3)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:

Alto Paraíso/PR, 28 de maio de 2024.



ELIAS SOBREIRO DOS SANTOS
DIRETOR DE CONTROLADORIA INTERNA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

181

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.”

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data faço restituição dos autos com o parecer do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, no qual eu solicitei.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 28 de Maio de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

182

DECRETO N. 3245/2024

DATA: 28/05/2024

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 027/2024, Pregão Eletrônico, nº 015/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos,

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado o item 01, em favor da empresa **TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA, CNPJ: 04.862.831/002-04** o resultado do processo licitatório nº 027/2024, Pregão Eletrônico, nº 015/2024.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 027/2024, Pregão Eletrônico, nº 015/2024, o item 01, em favor da empresa **TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA, CNPJ: 04.862.831/002-04**, que tem como objeto: **"AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS"**.

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,
aos 28 dias do mês de Maio de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 29/05/2024

Edição N.º 13.033

Publicações legais 183

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO N. 3245/2024

DATA: 28/05/2024

SUMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 027/2024, Pregão Eletrônico, nº 015/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos. DECRETA:

Art. 1º Fica Adjudicado o item 01, em favor da empresa TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA, CNPJ: 04.862.831/002-04 o resultado do processo licitatório nº 027/2024, Pregão Eletrônico, nº 015/2024.

Art. 2º Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 027/2024, Pregão Eletrônico, nº 015/2024, o item 01, em favor da empresa TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA, CNPJ: 04.862.831/002-04, que tem como objeto: "AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS".

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 28 dias do mês de Maio de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº. 021/2024

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições regimentais, em consonância com o Decreto Municipal nº. 1.985/2024, de 31/01/2024. RESOLVE:

Art. 1º. Fica declarado Ponto Facultativo, suspendendo o expediente administrativo e legislativo deste Poder, na sexta-feira dia 31 de maio de 2024, em razão do feriado de 30 de maio de 2024 (Corpus Christi).

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aos 28 dias do mês de maio de 2024.

CLÁUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA

Presidente

JANETE APARECIDA FRISON

1ª. Secretária



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE PREGÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº21/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – ME/EPP/MEI.

DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Aplicação Lei nº 14.133/21.

O MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA/PR, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO - POR ITEM, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETOS MUNICIPAIS Nº 019/2023 P E DO DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO, CONFORME OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS A SEGUIR DEFINIDOS, OBJETIVANDO OBTER A MELHOR PROPOSTA, OBSERVADAS AS DATAS E HORÁRIOS DISCRIMINADOS A SEGUIR:

OBJETO: O objeto da presente licitação é a aquisição de Climatizadores para o Ginásio de Esportes Oreste Fiorotto para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Esperança Nova – PR.

Início das Propostas: Das 08:30h do dia 29/05/2024, até às 08:30h do dia 14/06/2024.

Data e hora limite para Impugnação/Escarecimento: dia 11/06/2024 às 08:30h.

Abertura das Propostas: Às 08:30h do dia 14/06/2024.

Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 9:00h do dia 14/06/2024 no site BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br), horário de Brasília - DF

Modo de Disputa: Aberto

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$51.030,00 (cinquenta e um mil e trinta reais).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: Portal BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br), REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Esperança Nova (<https://esperancanova.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Esperança Nova, Av. Juvenal Silva Braga, nº 181 E/OU no Portal BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA ESTADO DO PARANÁ.

DECRETO Nº. 079/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICIT

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, r

01 – ADJUDICA E HOMOLOGA a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº : 15/2024
b) Licitação Nº : 12/2024
c) Modalidade : Pregão
d) Data Homologação : 28/05/2024
e) Objeto Homologado :

O objeto da presente licitação é a Aquisição de 1 (um) Ar Subsolado de 5 hastes, 2 (dois) Grade Aradora Intermediária (um) Carreta Agrícola Basculante, destinado ao incentivo desenvolvimento rural dos agricultores e familiares que explo atividades agropecuárias e demais necessidades da Secret Municipal de Agricultura, conforme o Convenio/MAPA 944843/2023, firmado entre a Ministério da Agricultura e Pecu - MAPA, e contrapartida do Município de Esperança Nova/PR. 15/2024

f) Processo Adm Nº : 15/2024

20.606.1025.2.170. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENÇÃO RURAL

20.606.1025.2.170. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENÇÃO RURAL

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: BRUNO IRINEU PEREIRA COMERCIO DE PECAS E MANUTENCAO CNPJ/CPF: 24.667.053/0001-29

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	V
1	Arado subsolador de 5 hastes (NOVO); sistema de desarme automático das hastes com mola; profundidade mínima de trabalho 450mm; controle remoto; disco de corte 18"; rolo destorroador; indicado para tratores de no máximo 118 cv; largura de trabalho máximo de 2.000 mm; peso mínimo do equipamento 1.630kg; estrutura com vigas tubulares de alta resistência; pneus agrícolas novos de no mínimo 10 lonas para o transporte do equipamento; equipamento deve ser entregue devidamente montado.	PRÓPRIA PRÓPRIO	1	R\$ 31.500,00	R
2	Grade Aradora intermediária com controle remoto (NOVA); de 16x28" x 7,5mm discos recortados de alta resistência; largura de trabalho máxima de 2250 mm; peso mínimo do equipamento 2240kg; limpadores dos discos ajustável; indicado para tratores de no máximo	PRÓPRIA PRÓPRIO	2	R\$ 24.399,00	R

118 cv; mancais lubrificados a graxa ou a óleo; estrutura resistente e reforçada; pneus agrícolas novos de no mínimo 10 lonas para o transporte do equipamento; equipamento deve ser entregue devidamente montado.

Valor Total Homologado - R\$ 80.298,0

Fornecedor: TERRASSUS EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 44.607.880/0001-34

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	V
3	Carreta Agrícola Basculante hidráulica (NOVA); estrutura 100% em aço; pintura externa com maior durabilidade e ante corrosiva; capacidade mínima de 6.000kg; Medidas da carroceria: largura de 2.000mm; comprimento mínimo de 5.000mm; tampas laterais com abertura e tampa dianteira fixa com alturas de 460mm e com malta de 1.200mm da altura do assoalho, tampa traseira removível com abertura automática livre de 900mm com chapa das tampas de no mínimo 2,65mm e assoalho em chapa de no mínimo 3mm; estrutura do chassi em chapa "U" de no mínimo 6,35mm; pistão hidráulico de dupla ação, com quatro rodas aro 16 com pneus agrícolas novos de no mínimo 10 lonas e eixo tipo tandem; engate articulado e giratório em aço forjado; malha de apoio para transporte dos trabalhadores confeccionado com largura de 2.000mm por 500 mm de profundidade confeccionado em piso antiderrapante e escada para acesso; pé de apoio para o desengate; equipamento deve ser entregue devidamente montado.	PRÓPRIA PRÓPRIO	1	R\$ 25.000,00	RS

Valor Total Homologado - R\$ 25.000,0

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

ESPERANÇA NOVA, 28 de maio de 2024.

PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

CONTRATO N.º 025/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO E A EMPRESA TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, situado na Avenida Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, CEP: 87528-000, PR, CNPJ 95.640.736/0001-30, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal, Sr. Dércio Jardim Junior, portador da cédula de identidade R.G. n.º 1.649.033-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob n.º 474.519.719-53.

CONTRATADA: A empresa TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTES LTDA, CNPJ 04.862.831/0002-04, localizada na ROD BR 376, KM 188, LOTE A-10, S/N, GLEBA DO RIBEIRAO SARANDI, 86.990-000, MARIALVA/PR, representada por DAIANE CRISTINA RODRIGUES GOMES portador da cédula de identidade R.G. n.º 9.856.974-0-SESP/PR, inscrito no CPF sob n.º 059.912.279-00, residente na RUA CAVIÚNA, 244, PARQUE PALMEIRAS, NA CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

Firmam o presente Contrato de Fornecimento com fundamento na **Lei Federal n.º 14.133/2021**, na proposta da CONTRATADA datada de 21/05/2024, protocolo n.º , apresentada no procedimento licitatório de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 015/2024, que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, e pelas cláusulas e condições a seguir determinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1 O objeto do presente contrato é o fornecimento do seguinte equipamento:
- 1.2 Juntamente com a entrega do objeto deverá ser fornecido catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético).
- 1.3 Também deverão ser apresentados manuais completos de operação e manutenção detalhados.
- 1.4 Os bens deverão ser fornecidos em ENTREGA ÚNICA, conforme descrito no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO, e demais documentos integrantes do Pregão Eletrônico que deu origem a esse instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

- 2.1 O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 329.000,00 (TREZENTOS E VINTE E NOVE MIL REAIS), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
- 2.2 O "VALOR CONTRATUAL" inclui todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS RECURSOS

- 3.1 As despesas com o fornecimento do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 35888 449052520000 VEICULOS DE TRACAO MECANICA 09.02.15.451.0016.1.048 DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS 36767 449052520000 VEICULOS DE TRACAO MECANICA 09.02.15.451.0016.1.048 DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os bens deverão ser entregues no local (ANEXO V), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO, que integra o presente contrato para todos os fins.

4.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

4.3 O equipamento só será recebido definitivamente depois de certificado pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, através de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas nas CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes.

6.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias, no protocolo geral na sede do Município e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura, em duas vias, com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento;

b) termo de recebimento provisório.

6.3 O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município DE ALTO PARAISO – CNPJ n.º 95.640.736/0001-30.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DA PRORROGAÇÃO

7.1 O prazo de fornecimento é de 90 (noventa dias) contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

7.2 Somente será admitida alteração do prazo de fornecimento, com anuência expressa do PARANACIDADE, nos casos previstos em lei, especialmente quando:

a) houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste contrato, por atos do CONTRATANTE;

b) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de fornecimento;

c) atos de terceiros que interfiram no prazo de fornecimento ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;

d) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado.

7.3 Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do contrato, devidamente justificadas e formalizadas, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao contrato.

7.4 Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos ao fornecimento, deverá esta comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

7.5 Enquanto perdurar o impedimento, o CONTRATANTE se reserva o direito de extinguir o presente contrato e contratar o fornecimento do equipamento com outro fornecedor, desde que

respeitadas as condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1 assegurar o fornecimento do objeto, cumprindo fielmente a forma disposta no Edital e demais documentos pertinentes;

8.1.2 cumprir com os encargos trabalhistas, previdenciários, social e tributário de sua responsabilidade, incidentes sobre o objeto deste contrato;

8.1.3 fornecer os respectivos termos ou declaração de garantia;

8.1.4 garantir a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, e oferecer treinamento(s) para operação do(s) equipamento(s) (caso previsto nas características técnicas anexas ao edital);

8.1.5 durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de transporte para oficina própria da proponente, fica sob responsabilidade da Contratada todo o ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema;

8.1.6 após o período de garantia de 12 (doze) meses, a Contratada fica obrigada, às expensas do Contratante, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, a disponibilizar Oficina de Manutenção e Assistência Técnica no Estado do Paraná bem como garantir a disponibilização, se necessário, de peças;

8.1.7 assegurar durante o período da garantia de 12 (doze) meses, as suas expensas, e após a garantia, pelo prazo mínimo 60 (sessenta) meses, às expensas do Contratante, as alterações, substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no edital;

8.1.8 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a reserva de cargos prevista em lei;

8.1.9 entregar o(s) equipamento(s) com a logo do programa, disponibilizado no link <https://paranainterativo.pr.gov.br/placas>

8.1.10 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.11 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

8.1.12 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

8.1.13 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

9.1.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.4 comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.1.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.1.6 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos nesse contrato;

9.1.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.1.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.1.9 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.1.10 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

9.1.11 efetuar a previsão dos recursos e encaminhar ao PARANACIDADE a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, para controle e supervisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, utilizando-se o índice *não há*.

10.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, conforme estabelece o parágrafo sétimo do artigo 25 da Lei n.º 14.133/2021, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

10.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

10.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

10.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme justificativa apresentada na fase preparatória do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENS NÃO PREVISTOS

12.1. Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do contrato, com anuência expressa do PARANACIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

13.1 A Contratada não poderá subcontratar nem ceder o objeto do presente contrato, em qualquer hipótese, a nenhuma pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E PENALIDADES

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, mediante expressa anuência do PARANACIDADE:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por

comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14.5 A CONTRATADA, poderão ser aplicadas pelo CONTRATANTE, após conhecimento e anuência do PARANACIDADE, as seguintes sanções:

14.5.1. Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

14.5.2 multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento.

14.5.3 multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais.

14.5.4. Impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do MUNICÍPIO, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.6. As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

14.7. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos 156 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO E ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

15.2 Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente Contrato, a CONTRATADA realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, a CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

15.3 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

15.4 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.5 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

15.6 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

15.7 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

16.1 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação deste Contrato será assegurado o contraditório e ampla defesa.

16.2 Assim, diante de eventual penalidade aplicada ou indeferimento de pedidos administrativos, cabem recursos administrativos nas formas previstas na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, mediante anuência expressa do PARANACIDADE, salvo as que tratem da prorrogação, tão somente, do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONTROLES DE EXECUÇÃO

18.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

18.1.1 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

18.2 Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

19.2 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas perante o Foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 2 (duas) vias em igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 29 de Maio de 2024.

DERCIO JARDIM
JUNIOR:47451971953

Digitally signed by DERCIO JARDIM JUNIOR,47451971953
DN: cn=DERCIO JARDIM JUNIOR,47451971953, o=BR,
ou=ICP-Brasil, ou=presencial
Date: 2024.06.03 06:12:51 -03'00

190

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
CONTRATANTE

DAIANE CRISTINA RODRIGUES
GOMES:05991227900

Assinado de forma digital por DAIANE
CRISTINA RODRIGUES
GOMES:05991227900
Data: 2024.05.29 21:06:41 -03'00

TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CONTRATADA

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

RG n.º 9.691.402-4 - UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

RG n.º 8.223.284-2 - VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

Publicação Extrato de Contrato nº 025-2024

191

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: leis@ilustrado.com.br

Data: quarta-feira, 29 de maio de 2024 às 17:02 BRT

Boa tarde, por favor publicar o contrato em anexo.

Att...

Valdemir Ribeiro Sparapan
Pregoeiro



Extrato contrato 025-2024.doc

66kB



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

192

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 04.862.831/0002-04

PROCESSO Nº. 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR DO CONTRATO: 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/05/2024.

FORUM: COMARCA DE XAMBRÊ.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 30/1/05 12024

Edição N.º 13-034

(528) 3.3.90.30.00.00- Material de Consumo	R\$ 2.500,00
(529) 3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.249,80
(530) 4.4.90.52.00.00- Equipamentos e Material Permanente	R\$ 12.500,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR	R\$ 275.411,13

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no Artigo 1º desta Lei, o Executivo Municipal, utilizar-se-á do seguinte:

- a) O resultado do superávit financeiro apurado em 31/12/2023 nas fontes de recursos:31052, 31050,31084, 31083 (Lei 4.320/64 – artigo 43 – parágrafo 1º - item I - parecer 214/01-DCM-TC):

Fonte - 31052	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS.	R\$166.536,60
	(Superávit financeiro)	
Fonte - 31050	Portaria 150/2021 - FNAS – Equip. Assistência Social- (Superávit financeiro)	R\$ 11.788,47
Fonte - 31084	31084- Deliberação 47/2022 – FIA Apoio as gestantes e crianças. (Superávit financeiro)	R\$76.836,26
Fonte - 31083	Deliberação 15/2022-FIPAR Incentivo ao idoso. (Superávit financeiro)	R\$20.249,80

Art. 3º Fica alterada a Lei nº 35, de 03/08/2023, que trata das ações prioritárias da administração pública municipal, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária e normas da execução financeira para 2024 (LDO), onde o Programa instituído na presente lei fica acrescido no Anexo X - Ações Prioritárias da Administração Municipal - Exercício 2024, na **Secretaria Municipal de Assistência Social**.

Art. 4º Fica alterada a Lei nº 66, de 20/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022/2025, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 29 (VINTE E NOVE) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2024.

MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 259/2024
Data: 29.05.2024

Ementa: constitui comissão para proceder a avaliação de imóvel para os fins que especifica, no Município de Guaira, Estado do Paraná, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaira, Estado do Paraná, e, considerando o memorando online sob o nº 2.062/2020,

SOLVE:

1º Constituir a Comissão composta pelos Servidores Públicos Municipais Franz Jambersi – Matrícula Funcional nº 2429-1, Bruno Andrei Colcetta – Matrícula Funcional nº 29173-1 e Marcelo Ronnie da Silva – Matrícula Funcional nº 29297-6, para sob a presidência do primeiro, proceder a avaliação do imóvel com área, o bem imóvel denominado (Chácara nº 17-B-desmembrada-parte, chácara nº 17-C-desmembrada, chácara nº 16-remanescente, chácara nº 17-remanescente-parte, chácara nº 16-A, e chácara nº 14)-B com área de 4.787,19 m², a ser destacada do terreno denominado Chácara nº 17-B-desmembrada-parte, chácara nº 17-C-desmembrada, chácara nº 16-remanescente, chácara nº 17-remanescente-parte, chácara nº 16-A, e chácara nº 14, objeto da matrícula nº 9.296 do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Guaira, Estado do Paraná, com a seguinte referência e descrição do memorial descritivo - Inicia-se como ponto de amarração o vértice entre a Rua Pedro Lopes com a Rua Monteiro Lobato, especificamente o vértice do LOTE nº 12 da QUADRA nº 95 do Plano de Loteamento denominado de Novo Loteamento Prefeitura Municipal de Guaira, Estado do Paraná, ponto PA de coordenadas 777.716.9608 E e 7.332.795.1991 N; segue por uma linha perpendicular na Rua Monteiro Lobato numa extensão de 24,00 metros até atingir o ponto M08a; Efetua-se deflexão à esquerda, segue em linha reta do ponto M08a ao ponto M08b numa extensão de 24,00 metros e azimuth 92º 14' 03", confrontando-se com a Rua Monteiro Lobato; Efetua-se deflexão à direita, segue em linha reta do ponto M08b ao ponto M11a numa extensão de 184,04 metros e azimuth de 182º 25' 14", confrontando-se com a área denominada (Chácara nº 17-B-desmembrada-parte, chácara nº 17-C-desmembrada, chácara nº 16-remanescente, chácara nº 17-remanescente-parte, chácara nº 16-A, e chácara nº 14)-A; Efetua-se deflexão à direita, segue-se do ponto M11a ao ponto M11b numa extensão de 43,58 metros em linha sinuosa, confrontando-se com o córrego Carumbei e Chácara (10-REM, 12, 15 e 17-A-REM)-REM de propriedade do Município de Guaira, Estado do Paraná (matrícula CRI-Guaira 9.505); Efetua-se deflexão à direita, segue-se em linha reta do ponto M11b ao ponto M08a (ponto que deu início a esta redação) numa extensão de 207,13 metros e azimuth de 02º 25' 14", confrontando-se com a área denominada (Chácara nº 17-B-desmembrada-parte, chácara nº 17-C-desmembrada, chácara nº 16-remanescente, chácara nº 17-remanescente-parte, chácara nº 16-A, e chácara nº 14) REM.

Art. 2º O laudo destina-se a atualizar o laudo de avaliação já elaborado em função da portaria nº 479/2020 de 14.10.2020, tendo em vista a alteração havida na área do terreno de 3.586,21 m² para 4.787,19 m², conforme as medidas e confrontações do novo memorial descritivo.

Art. 3º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos laudos de avaliação.

Art. 4º O desempenho das atribuições dos membros desta Comissão é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUEM-SE E CUMPRAM-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 29 de maio de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

-Certificado de Reservista (se do sexo masculino);
-Título de Eleitor e Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência;
-Certidão de Nascimento ou Casamento;
-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
-CPF dos filhos menores de 14 anos;
-Comprovante da escolaridade exigida para o cargo (acompanhado de histórico escolar) e, quando for o caso, registro no órgão de classe;
-Comprovante de residência;
-Uma foto 3X4 recente;
-Atestado de Sanidade Física e Mental (Emitido por médico do município); e
-Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais. (ESTADUAL) (Emitida no fórum em Umuarama).
-Apresentar os documentos originais com cópia (ou entregar cópias autenticadas em cartório), que compuseram o currículo, no que tange à pontuação.
Maria Helena-PR, 29 de maio de 2024.
MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

DECRETO Nº. 078/2024

CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE IPORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais considerando o art. 139 e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº. 003/2011, de 14/08/2011 RESOLVE:

Art. 1º. Constituir com as pessoas abaixo nominadas o Conselho Municipal da Cidade de Iporã.

A-REPRESENTAÇÃO DO PODER PÚBLICO

I - Gestores, administradores públicos e legislativos – estaduais e municipais: 42,30%;

Secretaria Municipal de Finanças e Compras

Titular: Clovis Adriano Burgo

Suplente: Lilian Renata Nakashima

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Eliane Maria Bortoletto Poli

Suplente: Cintia Siquerolo Oseleri

Secretaria Municipal de Administração, Segurança Pública e Desenvolvimento

Titular: Rodrigo Wesley Montoro

Suplente: Renan Gustavo Borges

Câmara de Vereadores

Titular: Jubineis Alves dos Reis

Suplente: Adão Alves Pimentel

B-REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

II - Movimentos populares com atuação na área de desenvolvimento urbano: 26,70%

Titular: Emerson

Suplente: Luis Pereira de Souza

Titular: Marcos Roberto Pereira

Suplente: Osmar Aparecido da Costa Silva

Titular: Gilmar Jorge de Andrade

Suplente: Celia Aparecida da Silva Romano

II - Trabalhadores, por suas entidades sindicais com atuação na área de desenvolvimento urbano: 9,90%

Titular: Antonio Carlos Bogaz Nespolo

Suplente: Dirce Tomazela

III - Empresários relacionados à produção, fomento e ao financiamento do desenvolvimento urbano: 9,90%

Titular: Cleverson Rocha

Suplente: Endryu Faria

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais com atuação na área de desenvolvimento urbano: 7%

Titular: Arildo Antonio de Campos

Suplente: Ariel de Moraes Andreani

Art.2º. Fica nomeado como Presidente do Conselho Rodrigo Wesley Montoro

Art.3º Pela atividade exercida no Conselho Municipal da Cidade de Iporã, os integrantes não receberão qualquer tipo de remuneração.

Parágrafo único. O mandato dos membros do presente conselho será de 2 (dois) anos, a contar desta data, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº.080/2023, de 21/06/2023.

Edifício do Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro.

SÉRGIO LUIS BORGES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Expirado o prazo recursal, adjudico e homologo a licitante vencedora do Processo Licitatório nº 014/2024 - Concorrência Eletrônica nº 002/2024, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para a empresa seguinte:

* CONSTRUTORA LONGUINI LTDA - CNPJ 16.514.870/0001-19.

A fim de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA ESTRADA PAI DA BRASA E NA ESTRADA CEMITERINHO, LOCALIZADAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, para atendimento do Convênio/Instrumento de Repasse nº 4103370/2023.

Brasilândia do Sul-PR, 29 de maio de 2024.

Alex Antônio Cavalcante

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 04.862.831/0002-04

PROCESSO Nº. 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR DO CONTRATO: 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/05/2024.

FÓRUM: COMARCA DE XAMBRE.

Contrato nº 25/2024

[Home] [Contratos] [25/2024]

Local: Alto Paraíso/PR Órgão: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO Unidade executora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 27 Categoria do Processo: Compra

Data de divulgação no PNCP: 08/08/2024 Data de assinatura: 29/05/2024 Vigência: de 29/05/2024 a 28/05/2025

Id contrato PNCP: 95840738000130-2-000023/2024 Fonte: Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços Id contratação PNCP: 95840738000130-2-000027/2024

Objeto:

AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 192 CARROCEIA MADEIRA OU METÁLICA NOVO ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.



FORNECEDOR:

Nome/Razão social: TREVISIA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA CNPJ/CPF: 04.852.837/0002-04 Tipo: Pessoa jurídica

Histórico

Evento	Data/Hora do Evento	Revisão
Inclusão - Contrato	08/08/2024 - 14:38:13	

Exibir 1 de 1 item

Exibir 1 de 1

[Voltar](#)NACIONAL
CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS

O Portal para PNCP (PNCP) é o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e é um sistema oficial destinado à divulgação de informações sobre atos de contratação pública, com o objetivo de garantir a transparência e a eficiência no processo de contratação pública.

É gerido pelo Comitê Gestor do Portal Nacional de Contratações Públicas, um colegiado de representantes das instituições estabelecidas no Decreto nº 10.734 de 8 de agosto de 2021.

O acesso à informação é assegurado pelo Portal e um esforço conjunto de instituições de cooperação técnica, legal e tecnológica para garantir a transparência e a eficiência no processo de contratação pública.

A administração pública tem o dever de garantir a transparência e a eficiência no processo de contratação pública, e o Portal para PNCP é uma ferramenta essencial para isso, permitindo a divulgação de informações sobre atos de contratação pública e a interação entre as instituições envolvidas.

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

195

Republicado por Incorreção

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: TREVISA SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA

CNPJ: 04.862.831/0002-04

PROCESSO Nº. 027/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR DO CONTRATO: 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 28/05/2025.

FORUM: COMARCA DE XAMBRÊ.

PUBLICADO NO JORNAL
JMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 05 / 06 / 2024

Edição N.º 13.038

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
Replicado por incorreção
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: TREVIS SOLUÇÕES PARA TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 04.862.831/0002-04
PROCESSO Nº. 027/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
VALOR DO CONTRATO: 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 28/05/2025.
FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO EDITAL DE CP Nº 06 /2024
EMISSÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA: 04/06/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 104/2024
DATA DO PROTOCOLO: ATÉ DIA 21/06/2024 ÀS 08:15 HORAS
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 21/06/2024 ÀS 08:15 HORAS
LOCAL DE ABERTURA: www.gov.br/compras
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CBUQ, NAS RUAS: SÃO TOMÉ E DUQUE
DE CAXIAS, DISTRITO DE SÃO JOÃO, MUNICÍPIO DE ALTÔNIA-PR, DE ACORDO COM
PROJETOS E PLANILHAS EM ANEXO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
VALOR MÁXIMO: R\$ 340.546,91 (Trezentos e quarenta mil quinhentos e quarenta e seis mil reais
e noventa e um centavos).
DO EDITAL: Será fornecido aos interessados cópias impressas ou cópias em mídia digital (desde
que fornecido pelo licitante) do inteiro teor do presente edital, aos licitantes que comparecerem
na Prefeitura Municipal de Altônia. Os interessados poderão obter melhores informações no
Departamento de Licitações desta Prefeitura, durante o período normal de expediente, até o dia
da abertura do Certame, através do E-mail: altonialicitacoes@gmail.com
ALTÔNIA PR, 04/06/2024
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 046/2024

Abre crédito suplementar por excesso de arrecadação, embasado no disposto no artigo 6º da Lei Municipal 2.510/2023 e artigo 19, da Lei Municipal 2.495/2023 e, da outras providências.

HENRIQUE DOMINGUES, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, no uso de minhas atribuições legais. DECRETA:

Art. 1º Fica, nos termos do disposto no artigo 6º, da Lei Municipal 2.510/2023 e, artigo 19, da Lei Municipal 2.495/2023, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por excesso de arrecadação, na fonte de recurso, no exercício financeiro de 2024, no montante de R\$ 21.785,46 (vinte e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), com a seguinte ordem classificatória:

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ft Fc	1030112322032 Manutenção das unidades básicas de saúde
1064	1219 1.3.90.11 Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil

21.785,46

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados como recursos, excesso de arrecadação, apurado em receita realizada na fonte de recursos em epígrafe, conforme balancete da receita, em apenso, não previsto em orçamento do presente exercício financeiro, de acordo com o artigo 43, § 1.º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, no valor elencado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 19, § 2º, da Lei Municipal 2.495/2023 e artigo 6º, § 2º da Lei Municipal 2.510/2023.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 4 de junho de 2024.

HENRIQUE DOMINGUES
Prefeito Municipal

Balancete da Receita Janeiro a Junho/2024					
Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha					
Receita	Descrição	Previsto Líquido	Arrecadado Período	Arrecadado	no
Ano Diferença					
1064 Assistência financeira da União destinada a complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem					
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Receitas Correntes	0,00	21.785,46	
21.785,46	21.785,46				
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Receita Patrimonial	0,00	359,77	
359,77	359,77				
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Valores Mobiliários	0,00	359,77	
359,77	359,77				
1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Juros e Correções Monetárias		0,00	
359,77	359,77				
1.3.2.1.01.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Remuneração de Depósitos Bancários		0,00	
359,77	359,77				
1.3.2.1.01.0.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		0,00	
359,77	359,77				
1.3.2.1.01.0.1.01.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Remuneração de Depósitos Bancários			
129	0,00	359,77	359,77		
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Transferências correntes	0,00	21.425,69	
21.425,69	21.425,69				
1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Transferências da União e de suas Entidades			0,00
21.425,69	21.425,69				
1.7.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS			
SUS	0,00	21.425,69	21.425,69		
1.7.1.3.51.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Transf. Rec. – SUS – Bl. Estrut. da Rede de Serv. Pub.			
Saúde	0,00	21.425,69	21.425,69		
1.7.1.3.51.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Transf. de Recursos do SUS destinados a Gestão do SUS			
0,00	21.425,69	21.425,69			
1.7.1.3.51.5.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.		Transf. de Recursos do SUS dest. A Gestão do SUS – Principal			
Principal					
130	0,00	21.425,69	21.425,69		
Total da Fonte.		0,00	21.785,46	21.785,46	21.785,46
Total Geral....		0,00	21.785,46	21.785,46	21.785,46

MILENA SILVA ROSA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 087 DE 03 DE JUNHO DE 2024.

SÚMULA: "Instaura Processo Administrativo Disciplinar e nomeia a comissão processante."

MILENA SILVA ROSA, Prefeita Municipal de Francisco Alves – Estado do Paraná, usando de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal 248/93, e ainda considerando:

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de possíveis irregularidades praticadas por servidor efetivo municipal deste município de Francisco Alves, conforme especifica o Art. 164 da Lei 248/93 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Francisco Alves – Estado do Paraná.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a comissão processante será composta pelos servidores: JULIANA SALDEIRA DO NASCIMENTO – cargo Técnico em Contabilidade (Presidente) NILZA SOARES DE OLIVEIRA – cargo Professora (membro) e RAFAEL ANTONIO CARREIRO DAS CHAGAS: Motorista, (membro), todos servidores integrantes e efetivos do quadro único de servidores do município de Francisco Alves – Estado do Paraná;

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes e ainda se necessário for convocar os funcionários responsáveis pelos Departamentos no período em que ocorreram as possíveis irregularidades, com fins específicos de sanar dúvidas, prestar esclarecimentos e demais elucidação que se fizer necessárias.

Art. 4º - A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final dando ciência à Administração Superior, com possibilidade de prorrogação mediante pedido justificado.

Art. 5º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final, conforme prevê o Art. 164, parágrafo primeiro, da Lei nº 248/93.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Alves, em 03 de junho de 2024, 203ª da Independência e 136ª da República.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MILENA SILVA ROSA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
LEI MUNICIPAL Nº 1.239/2024
03/06/2024
SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir duas vagas adicionais no Processo Seletivo Simplificado (PSS) realizado no ano de 2023 para o cargo de Motorista, categoria "D".
A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E A PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir duas vagas adicionais no Processo Seletivo Simplificado (PSS) realizado no ano de 2023 para o cargo de Motorista, categoria "D".
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 03 de junho de 2024, 203ª da Independência e 136ª da República.
MILENA SILVA ROSA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
Avenida: Adão Arcangelo Daí Bem. Nº 882 1200 – Telefone 0XX-44-3654-1235 – Fax 0XX-44-3654-1209
e-mail – prefeitura@brasiliandadosul.pr.gov.br

PORTARIA N.° 158/2024.

Dispõe sobre disponibilização de veículo ao Legislativo Municipal dando outras providencias.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE, Prefeito do
Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Ofício n.º 018/2024 PCM

datado de 03 de Junho de 2024.

RESOLVE:

I - Colocar a disposição do Legislativo Municipal de
 Brasilândia do Sul, o veículo Marca COBALT placas BBL – 9G81 com capacidade
 máxima para cinco pessoas, para se deslocarem ate a cidade de Maringá – PR, para
 participarem de Curso/Capacitação com o tema “ORIENTAÇÕES DOS TRIBUNAIS DE
 CONTAS AOS GESTORES TÉCNICOS, JURÍDICOS E VEREADORES NO
 ENCERRAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO DE EXERCÍCIO; PASSO A
 PASSO DAS RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS PARA AS
 EQUIPES DE TRANSIÇÃO NO FINAL DE MANDATO DOS GESTORES
 MUNICIPAIS”, a se realizar no dia 05, 06 e 07 de junho de 2024, com ônus para a
 Municipalidade.

Registre-se Publique-se

PACO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães", aos 04 de junho de 2024

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

197

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 13 / 06 / 2024

Edição N.º 13.045

PORTARIA N.º 128/2024

DATA: 12/06/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE **GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS** NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato no Processo Administrativo nº 027/2024, Pregão Eletrônico n. 015/2024, a saber:

Gestor:

SIMÃO PEDRO LEME - CPF: 015.973.589-08;

Fiscal Administrativo:

EUDINETE DA SILVA PEDROTA - CPF: 030.789.829-63.

Art. 2º Ao Gestor de Contrato cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contrato cabe o acompanhamento do contrato administrativo para qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 12 dias do mês de junho de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

199

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Gestor:**

SIMÃO PEDRO LEME – CPF: 015.973.589-08

Processo Nº. 027/2024


Pregão Eletrônico Nº.015 /2024

Contrato Nº 025/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS”.

Nesta data, remeto aos responsáveis acima em epígrafe cópia do contrato nº 025/2024 para que possam atuar como gestor de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Em 14/06/2024


Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 025/2024, bem como portaria nº 128/2024.

Em 14/06/2024


SIMÃO PEDRO LEME
Gestor de Contrato



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

200

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Fiscal Administrativo:** EUDINETE DA SILVA PEDROTA - CPF: 030.789.829-63

Processo Nº. 027/2024

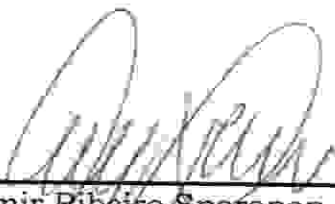
Pregão Eletrônico Nº.015 /2024

Contrato Nº 025/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO 4X2 CARROCERIA MADEIRA OU METÁLICA, NOVO, ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS”.

Nesta data, remeto ao responsável acima em epígrafe cópia do contrato nº 025/2024 para que possa atuar como fiscal de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observadas a função para a qual foi designado.


Em 14/06/2024


Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 025/2024, bem como portaria nº 128/2024.

Em 14/06/2024


EUDINETE DA SILVA PEDROTA
Fiscal de Contrato